



A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

20 AUTORES DESMONTAM O DISCURSO

Ana Lúcia Silva Souza Cleomar Manhas Daniel Cara Denise Carreira
Denise Eloy Ednéia Gonçalves Eduardo Giroto Fernando Abrucio
Fernando Penna Frei Betto Joana Salém Vasconcelos Juliane Cintra
Leonardo Sakamoto Magi Freitas Moacir Gadotti Paulo Candido
Roberto Catelli Jr. Rodrigo Ratier Salomão Ximenes Toni Reis

ILUSTRAÇÕES

Alexandre Beck Alexandre Santos Junião Edson Pelicer Laerte
Leonardo Bastos Victor Teixeira

1ª edição
São Paulo 2016

 **ação**
educativa



AÇÃO EDUCATIVA

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Cleib Aparecida Martins Vieira Cupertino
Michelle Prazeres Cunha

Coordenação executiva

Vera Masagão Ribeiro

Coordenação editorial

Roberto Catelli Jr.

Assessoria editorial

Daniele Brait

Seleção e organização dos textos

Roberto Catelli Jr. e Leila Andrade

Projeto gráfico e diagramação

Aeroestúdio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Antonio Carlos de Souza Junior, CRB8/9119)

A638i

Ação Educativa

A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores
desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa
e Informação (Org.). – São Paulo : Ação Educativa, 2016.

168p. : il.

ISBN 978-85-86382-44-4

1. Educação. 2. Escola sem partido. I. Autor. II. Título.

 **ação
educativa**

Rua General Jardim, 660
CEP 01223-010 São Paulo - SP
Tel. 11 3151 2333
www.acaoeducativa.org.br



Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquele autor e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela mas, o que não posso, na minha crítica, é mentir.

É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética.

É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta.

(...)

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade.

Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho.

Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia*, 1996.







APRESENTAÇÃO

VERA MASAGÃO RIBEIRO

Doutora em Educação pela PUC-SP e coordenadora executiva da Ação Educativa.

Esta coletânea reúne artigos que tematizam o movimento Escola Sem Partido (ESP), alguns já publicados na grande mídia, outros escritos especialmente para esta edição. O foco da coletânea é a desconstrução da ideologia do movimento que pretensamente combate as ideologias nas escolas. Em alguns textos também aparecem nomes dos esparsos personagens que animam essa marcha em prol da “neutralização escolar”: parlamentares de vários partidos (exceto os da esquerda), membros da bancada evangélica, entusiastas da ditadura militar, defensores da pena de morte e da “cura gay”, ideólogos do liberalismo e da privatização.

Veiculado por meio de um sítio na internet desde 2004, o ESP ampliou sua visibilidade em 2014, com a tramitação de projetos de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados e em alguns estados e municípios. Nesse período começaram a circular notícias de docentes sendo intimidados por notificações extrajudiciais, cujo modelo é fornecido no *site* do movimento, a fim de coibir a suposta “doutrinação ideológica” dos professores, incluindo o tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero e sexualidade. Ao longo de 2015, o ESP alinhou-se a outras organizações de direita, como o *Movimento Brasil Livre* e o *Revoltados Online*, defendendo nas ruas e redes sociais o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Deram





apoio ao governo Michel Temer, cujo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu a visita de um dos seus porta-vozes, o ex-ator Alexandre Frota, nos primeiros dias de seu mandato.

Mais recentemente, com a temerária decisão do governo Temer de encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de reforma do Ensino Médio, por meio de Medida Provisória, os arautos do ESP no Congresso terão nova chance de impor suas propostas cerceadoras do pluralismo no ensino, por via parlamentar, a contrapelo de processos democráticos e participativos como o que resultou no Plano Nacional de Educação, da definição da Base Nacional Curricular Comum, ainda em curso. A MP 746/2016 recebeu 568 emendas, que foram submetidas à comissão especial da qual participam parlamentares identificados com o movimento.

Felizmente, as vozes contrárias às propostas do ESP são numerosas entre educadores, intelectuais, jornalistas, parlamentares, ativistas de movimentos sociais, cidadãos e cidadãs identificados com valores democráticos, com os direitos das populações discriminadas historicamente, com o papel central da escola na formação de sujeitos críticos e com o princípio da igualdade. Sob diversos enfoques, os artigos reunidos expõem claramente a natureza autoritária de um movimento que esconde sua própria ideologia na tentativa de silenciar visões de mundo divergentes.

Afirmar a laicidade da escola pública, bem como o pluralismo e a democracia, são tarefas fundamentais da escola contemporânea. Debater temas como a emancipação feminina, o racismo e a homofobia não pode ser considerado crime, muito menos abordar a história recente do país, na qual estão presentes movimentos de trabalhadores sem-terra e sem teto, Parada Gay, manifestações de rua contra a corrupção e até mesmo grupos minoritários que pregam a volta da ditadura militar ou uma escola na qual professores e alunos não podem expressar opiniões.

O fato alentador é que movimentos direitistas como esses, que se alinham ao ESP, são certamente reações frente aos avanços que a





sociedade brasileira vem realizando na direção de aspirações democráticas e igualitárias expressas na Constituição de 1988. Além da importante redução da pobreza e maior acesso ao consumo, a ampliação dos serviços públicos de educação e saúde vem lentamente desenhando um novo país, com uma população que reconhece cada vez mais que tem direitos. Dificilmente o país voltará a ser um terreiro de coronéis, onde se aceite com naturalidade a violência contra a mulher, o racismo e a homofobia, a exclusão e as desigualdades. É certo que, na saúde, na educação ou na infraestrutura urbana e rural, permanecem enormes desigualdades na qualidade dos serviços a que têm acesso os mais pobres, as classes médias e as elites, mas as injustiças vêm sendo cada vez mais desnaturalizadas na consciência social, que reivindica agora não somente o acesso aos direitos humanos, como também qualidade e equidade a esse respeito.

No âmbito das políticas educacionais, ferramentas relevantes foram conquistadas e jogam a favor dos que aspiram por democracia e equidade: uma lei de diretrizes e bases que preconiza a gestão democrática das escolas, a Lei 10.639/2003 que preconiza o ensino de cultura e história afro-brasileira e africana na educação básica, além da adoção de cotas para acesso à educação técnica e superior em instituições públicas.

Paulo Freire, educador brasileiro de renome internacional e demonizado pelos adeptos do ESP, sempre enfatizou a importância de uma educação escolar crítica (não doutrinária) para promover inclusão social e avanços econômicos e políticos no país. Tinha convicção, porém, de que a genuína consciência política nasce na luta social, da qual a educação escolar é insumo e produto. Por isso, Paulo Freire enfatizou o valor da educação popular que acontece nas práticas políticas e culturais. É nesse âmbito que a construção de uma escola democrática e plural vai acontecer. Movimentos direitistas estão se mexendo; os que almejam um Brasil democrático, justo e diverso precisam redobrar o entusiasmo na luta por políticas





públicas que assumam esses valores, fazendo-os prevalecer sobre os interesses particulares e o apego ao passado.

Os textos dessa coletânea estão organizados em três partes que se complementam. O primeiro grupo de textos analisa o conceito de ideologia presente no movimento ESP e as implicações do mesmo no âmbito das políticas públicas, considerando o conjunto de leis e conquistas alcançadas no campo da educação nas últimas décadas. O segundo grupo detém-se sobre os efeitos de tal proposta sobre a escola, levando em conta as práticas pedagógicas, o silenciamento e o medo que se impõe ao professor. Há ainda o terceiro grupo de textos que produz uma reflexão sobre os sujeitos que, de alguma forma, seriam alvo do ESP. Entre eles estão famílias, professores, estudantes, grupos LGBT, povos indígenas e negros.

Vários pontos são convergentes nos textos, em especial, a certeza de que o movimento ESP não atua pela defesa da pluralidade e da valorização da cultura democrática. Ao contrário, busca instaurar uma ordem persecutória, de censura e delação garantidas nos termos da lei, na qual estudantes se tornam acusadores e professores correm o risco de serem criminalizados por exercerem o ofício de ensinar.

Devemos, por último, agradecer a todos que se dedicaram a produzir essa obra, incluindo os vinte autores que rapidamente se prontificaram a contribuir com a coletânea, os cartunistas que cederam suas obras e os estudantes e professores que se dispuseram a produzir depoimentos que registram a realidade cotidiana da escola.





SUMÁRIO

“ESCOLA SEM PARTIDO”: DOUTRINAÇÃO COMUNISTA, COELHO
DA PÁScoa E PAPAÍ NOEL **11**

LEONARDO SAKAMOTO

NADA MAIS IDEOLÓGICO QUE “ESCOLA SEM PARTIDO” **15**

CLEOMAR MANHAS

CONHEÇA O DEPARTAMENTO DE DESIDEOLOGIZAÇÃO DE MATERIAL
DIDÁTICO DA NOSSA EDITORA **23**

PAULO CANDIDO

14 PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O “ESCOLA SEM PARTIDO” **29**

RODRIGO RATIER

O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO” QUER UMA ESCOLA SEM
EDUCAÇÃO **43**

DANIEL CARA

O QUE O DIREITO À EDUCAÇÃO TEM A DIZER SOBRE “ESCOLA
SEM PARTIDO”? **49**

SALOMÃO XIMENES

CONTRA ESCOLA SEM SENTIDO **59**

FERNANDO ABRUCIO

“ESCOLA SEM PARTIDO”? **65**

FREI BETTO





UM PONTO NA REDE: O “ESCOLA SEM PARTIDO” NO CONTEXTO
DA ESCOLA DO PENSAMENTO ÚNICO **69**

EDUARDO GIROTTO

A ESCOLA, O AUTORITARISMO E A EMANCIPAÇÃO **77**

JOANA SALÉM VASCONCELOS

A CRIMINALIZAÇÃO IDEOLÓGICA DOS LIVROS DIDÁTICOS:
A QUEM SERVE? **83**

ROBERTO CATELLI JR.

O ÓDIO AOS PROFESSORES **93**

FERNANDO PENNA

JOVENS, ESCOLA DEMOCRÁTICA E PROPOSTA DO
“ESCOLA SEM PARTIDO” **101**

MARIA VIRGÍNIA DE FREITAS

O ESP SOB O OLHAR DA JUVENTUDE **109**

DENISE ELOY E JULIANE CINTRA

GÊNERO E LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO **117**

TONI REIS

NO CHÃO DA ESCOLA: CONVERSANDO COM FAMÍLIAS
E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE O ESCOLA
SEM PARTIDO **125**

DENISE CARREIRA

REEDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES RACIAIS E ESP **137**

ANA LÚCIA SILVA SOUZA E EDNÉIA GONÇALVES

A ESCOLA CIDADÃ FRENTE À “ESCOLA SEM PARTIDO” **149**

MOACIR GADOTTI

[ANEXO] OS PROTAGONISTAS DO ESP **161**

DANIELE BRAIT



NADA MAIS IDEOLÓGICO QUE "ESCOLA SEM PARTIDO"

CLEOMAR MANHAS

Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
e doutora em Educação pela PUC-SP.





O que seria a tão falada, e pouco explicada Escola Sem Partido? Basicamente, trata-se de uma falsa premissa, pois não diz respeito a não partidarização, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e aprendizados ainda tão fechado, que precisa de abertura e diálogo.

A pauta que precisamos debater é a da qualidade da educação, e não falácias ideológicas sobre a “não ideologização da escola”, algo que se vê até mesmo no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O que se quer com a parte comum curricular que representa 60% de todo o conteúdo? A diversidade será considerada? Como farão com materiais didáticos e avaliações? Estarão dentro desse todo comum? Quem dará a palavra final para o conteúdo comum nessa conjuntura adversa? Os 40% locais serão considerados para o chamado “projeto de nação”?

O Plano Nacional de Educação foi aprovado há mais de dois anos. Durante sua tramitação, uma das polêmicas suscitadas foi acerca da promoção das equidades de gênero, raça/etnia, regional e orientação sexual, que acabou excluída do texto do projeto. Por consequência, isso influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais, que também sucumbiram ao *lobby* conservador, fundamentalista e refutaram qualquer menção a gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese intitulada “ideologia de gênero”.

Geraram uma confusão deliberada entre uma categoria teórica e uma pretensa ideologia. O pretexto dos grupos que combateram o texto era de que se traria para as escolas convicções morais e valores que não correspondiam ao pensamento das famílias, verdadeiras responsáveis por essa “parcela da educação” e não as instituições de ensino, mesmo que a não problematização de tais questões pelas escolas pudesse provocar evasão escolar, problemas mentais como depressão e outras consequências, naqueles que se sentem deslocados.



Há interpretações variadas, mesmo entre acadêmicos, do que se quer chamar por gênero e/ou sexo. Donna Haraway¹, pesquisadora feminista, destaca que as teorias de gênero trouxeram a discussão para o campo da cultura, para que se pudesse constatar a naturalização da diferença sexual, a partir da célebre frase de Simone de Beauvoir “mulher não nasce mulher, torna-se”. Já a pesquisadora Judith Butler² acredita que teorias de gênero, assim como sexo (que está apenas no campo biológico, mas de acordo com Butler poderia vir para o campo da cultura), aprisionam os corpos em uma normatividade heterossexual que não abarca a diversidade existente. Mari-vete Gesser³, do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional da Universidade Federal de Santa Catarina, explica que “gênero pode ser caracterizado como uma construção discursiva sobre nascer com um corpo com genitália masculina ou feminina” e, por meio de normas sobre masculinidade e feminilidade, vamos nos construindo como sujeitos “generificados”.

O preconceito vem dos discursos que naturalizam os lugares sociais de homens e mulheres como únicas representações, e segregam qualquer outra forma de manifestação. Pesquisa realizada por estudantes do Ensino Médio em Brasília, feita no âmbito do projeto Educação de Qualidade (Inesc/Unicef), ratificou a impressão de que uma das razões do abandono escolar é a discriminação relativa ao público LGBTI. Motivações mais do que suficientes para discutirmos gênero nas escolas.

Qual a ligação entre esses dois temas, Escola Sem Partido e “ideologia de gênero”, em momentos tão distintos? O que parece ter diferentes motivações e origens resulta dos mesmos elementos: os

1 Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/resumo-do-artigo-de-donna-haraway-2004/49409/>. Acesso em: 22/09/2016.

2 BUTLER, J. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. 8 ed., Civilização Brasileira, 2015.

3 Disponível em: <www.cartaeducacao.com.br/reportagens/por-que-e-tao-dificil-falar-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 22/09/2016.





fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças. Afinal de contas, não são apenas os pensamentos marxistas que são ideológicos, como tentam fazer crer os defensores do Escola Sem Partido. Sendo assim, o que significa ideologia então?

Um dos conceitos mais difundidos é o de Karl Marx em parceria com Friedrich Engels, na obra *A ideologia alemã*, em que afirmam ser a ideologia uma consciência falsa da realidade, importante para que determinada classe social exerça poder sobre a outra, bem como a necessidade de a classe dominante fazer com que a realidade seja vista a partir de seu enfoque.

O conceito, no entanto, sofreu inúmeras interpretações, como a de Lênin para a ideologia socialista, como forma de definir o próprio marxismo. Ou o conceito desenvolvido pelo pensador italiano Antônio Gramsci, que aqui expomos de forma bastante simplificada, como “a concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza”, ou seja, não há um olhar apenas, mas sim múltiplos olhares que percebem o mundo e suas idiossincrasias. Não existe neutralidade, quando defendem a “não ideologização” também estão impregnados de ideologia baseada nas visões de mundo.

Os teóricos do Escola Sem Partido advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente com relação aos direitos humanos. Por exemplo, quando dizem lutar contra a doutrinação, uma das situações apresentadas no *site* do movimento é um seminário realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre direitos LGBTI e a política de educação. Eles citam esse caso como uma afronta ao artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, afirmando que pais e seus filhos têm que ter uma educação moral de acordo com suas convicções. É uma deturpação do citado artigo, que diz respeito à liberdade religiosa que deve ser respeitada individualmente. Além disso, manipulam e fazem confusão deliberada com a discussão re-





alizada no seminário, que reafirmou a importância de se debater questões de gênero e de sexualidade nas escolas, para que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades.

Em outro momento, dizem que os alunos (a quem chamam de “vítimas”) acabam sofrendo de Síndrome de Estocolmo, ligando-se emocionalmente a seus algozes (“professores doutrinadores”). Nesse caso, os estudantes se recusariam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores e sairiam furiosos em suas defesas. Para exemplificar, citam momentos identificados como “monstro totalitário arreganha os dentes” e chamam os estudantes de soldadinhos da guarda vermelha.

Em um dos livros desse movimento, é passada a noção de que o professor não é um educador, separando assim o ato de ensinar (passar conteúdos) e educar. O(A) professor(a) deveria estar ali apenas para passar conteúdo sem crítica, problematização ou contextualização, em um ato mecânico. Paulo Freire é demonizado como o grande doutrinador – justo ele, que construiu uma obra toda para combater doutrinações.

Esse movimento do Escola Sem Partido nasceu em 2004 e não gerou muitas preocupações, porque parecia muito absurdo e coisa pequena. No entanto, tem tomado corpo e crescido, na mesma toada de movimentos fascistas tais como *Revoltados Online*, responsável por apresentar recentemente a proposta do Escola Sem Partido ao ministro da Educação do governo ilegítimo. Aliás, é bom dizer que foi a primeira audiência concedida pela pasta da Educação nessa gestão ilegítima. E em vídeo, os criadores do Escola Sem Partido e do *Revoltados Online* explicam que criaram tais coisas a partir de motivações pessoais. Ou seja, eles tentam impingir ao país um projeto com base em impressões e vivências individuais.

A proposta foi apresentada em forma de projeto pela primeira vez no Estado do Rio de Janeiro, pelo deputado Flávio Bolsonaro. A segunda vez foi no Município do Rio de Janeiro, pelo vereador Carlos Bolsonaro – ambos filhos do deputado federal Jair Bolsona-





ro. E tal proposta já se espalhou por diversas câmaras municipais e assembleias legislativas. Em âmbito nacional, o deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou o PL 867/2015 à Câmara Federal, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dentre várias questões, o artigo 3º do referido projeto diz o seguinte: “Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. O que viola tais convicções provavelmente será julgado de acordo com o que e com quem quiserem criminalizar. O projeto ainda levanta uma polêmica do século XIX quando se discutia a dicotomia família e escola, o que deveria estar superado no século XXI.

Há vários projetos tramitando apensados a esse, ainda mais perversos. Um deles, do deputado Victório Galli (PSC/MT), proíbe a distribuição de livros didáticos que falem de diversidade sexual. E há, ainda, o Projeto de Lei 1411/2015, do deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), cujo relator é o mesmo deputado Izalci. Esse projeto tipifica o crime de assédio ideológico, que, de acordo com o projeto, significa: “toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente”. E diz ainda que o professor, orientador, coordenador que o praticar dentro do estabelecimento de ensino terá a pena acrescida de um terço. Ou seja, as opiniões fora da escola, tais como nas redes sociais, poderão penalizar o profissional da educação também.

O movimento criou recentemente uma “Associação Escola Sem Partido” para ter uma entidade com a qual pudesse recorrer à Justiça em casos que julgasse relevantes. E a primeira ação por eles promovida foi contra o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), devido ao tema da redação do Enem de 2015, que tratava de violência contra as mulheres, tema que julgaram doutri-





nador e partidário. A violência contra as mulheres é reconhecida como grave problema em diversos tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), aprovada pela ONU em 1979, e outros que a seguiram. No Brasil, a cada 4 minutos uma mulher dá entrada no SUS por ter sofrido violência física, e 13 mulheres são assassinadas a cada dia – uma a cada 1 hora e 50 minutos. A violência está inclusive nas próprias escolas, como demonstrou a iniciativa “Meu professor abusador”.

O que precisamos de fato é abrir e revolucionar essa instituição de ensino e aprendizagem, buscando a melhoria da qualidade da educação, pois, segundo um dito popular, se uma pessoa do século XVIII aportasse na terra hoje, a única instituição que reconheceria seria a escola, por ter mudado pouco ou quase nada. Ou seja, ela é conservadora na forma e no conteúdo, precisamos de atitudes que a transforme e não de leis que a aprisionem ainda mais.

Há vários “ovos de serpente” chocando no momento, em diversos locais, seja no âmbito dos legislativos municipais, estaduais ou nacional, e mesmo nos Executivos, e não temos garantias de que o Judiciário irá barrar tais aberrações inconstitucionais. Portanto, nossa única arma é a manifestação, a nossa presença nas ruas e a disseminação de informações a um público maior possível, já que é na internet e em redes como *WhatsApp* que esses grupos têm angariado seguidores, muitos deles bem jovens. É preciso promover debates que esclareçam essas situações que estão amadurecendo na surdina, com pessoas que não nos representam, mas estão ocupando cadeiras e portando canetas que permitem tais movimentos. ●







CONHEÇA O DEPARTAMENTO DE DESIDEOLOGIZAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA NOSSA EDITORA

PAULO CANDIDO

Doutor em Psicologia do Desenvolvimento, professor universitário e especialista em tecnologia educacional.

O professor já tem quarenta e poucos alunos em sala, que é o professor que grita de lá, o aluno que grita daqui. O professor já tá ali no trauma e daí um dia é aplicado a Escola Sem Partido, o professor fica tipo, gente o que eu falo? Se eu falar qualquer coisa tem aquele aluno que não gosta de mim. Ele vai ficar louco.

Aluna do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo





MATEMÁTICA SEM PARTIDO

– Bom dia, professor, aqui é Luíza, do departamento de *desideologização* de material didático da editora.

– Bom dia, Luíza. Em que posso ajudar?

– É sobre algumas modificações que precisamos que sejam feitas no seu livro.

– Mas eu sou professor de matemática, filha...

– Sim, mas tem uns problemas.

– Meu livro é para o ensino fundamental...

– Então. O seu caso é simples, o senhor vai ver.

– Fale...

– Logo no início, nos exercícios de adição. Tem o exercício 6 na página 23, “João não conseguia dormir então começou a contar os carneirinhos que, na sua imaginação, pulavam uma cerca”.

– E qual o problema?

– O problema é que os carneirinhos pulando a cerca são uma crítica velada aos *enclosures* ingleses e uma referência à acumulação primitiva do capital. Propomos mudar para “franguinhos entrando no navio, que o pujante agronegócio brasileiro exporta para a Europa”.

– Ninguém conta frangos para dormir.

– Justo, por causa da ideologia que sataniza os produtores rurais que põem comida na nossa mesa. Tem outro, mais para frente. Na página 32, o exercício 7 diz que “Rita tinha 18 bananas e comeu 4”. Bananas é uma referência ao Brasil como uma *Banana Republic*, não pode.

– Troca por laranjas.

– Aí seria uma crítica aos prestadores de serviços financeiros que ajudam o empresário a escapar do confisco estatal, impedindo que o governo tome seu dinheiro através dos impostos. Trocamos por abacaxis.

– Abacaxis? Ninguém come quatro abacaxis.





- Sim, também trocamos “comeu 4” por “vendeu 4 livremente realizando um justo lucro por seu esforço”.
- As crianças de 8 anos vão entender isso?
- Vão entender se for explicado, se a ideologia deixar de ocultar delas como as relações comerciais fazem justiça a quem produz.
- Ah, tá. Mais alguma coisa?
- Tem mais umas coisinhas, eu mando por e-mail. Mas o mais grave é a parte final do livro. Precisamos marcar uma reunião para rever os capítulos 7 e 8.
- Divisão?
- Isso. Divisão é um conceito marxista que não pode ser usado para doutrinar as criancinhas.
- Mas como as crianças vão aprender aritmética sem divisão?
- Nossos especialistas estão finalizando uma proposta. A ideia geral é mostrar que a divisão pode ser correta, desde que a operação reflita que, por exemplo, 100 reais divididos por 100 pessoas resulte em 99 reais para uma e o real restante dividido entre as outras 99.
- Mas isso acaba com a Matemática!
- Acaba com a Matemática igualitária e comunista que imperou até hoje, professor, e a substitui por uma Matemática mais justa! Já temos até um projeto de lei para ser apresentado ao Congresso, tornando obrigatório o ensino da Matemática Meritocrática!!

PORTUGUÊS SEM PARTIDO

- Boa tarde, professora, aqui é Luiza, do departamento de *desideologização* de material didático da editora.
- Boa tarde, Luiza.
- A senhora recebeu a nova versão do livro?
- Sim. Vocês cortaram um capítulo inteiro, não foi?
- O de “linguagem coloquial”. Nossos consultores disseram que isso é uma bobagem sem tamanho.





- Como assim?
- Que a escola tem que ensinar ao aluno o Português correto e pronto. O resto eles aprendem na rua.
- Mas não tem um português correto, menina. A língua é uma coisa só, um organismo vivo...
- Desculpe, professora, mas isso de língua viva é conversa dos esquerdistas da universidade para confundir a cabeça do povo.
- Mas, mas...
- Em todo caso, já foi cortado. Nossos livros tratam só do português correto, a norma culta. Meu assunto com a senhora é outro.
- Qual?
- As recomendações de literatura.
- Ora, eu sigo mais ou menos o que o ENEM pede.
- O ENEM sempre foi feito por psicopatas de esquerda que querem doutrinar as crianças. Agora isso vai acabar e nós queremos nos preparar.
- O que você quer que eu faça?
- Volte aos clássicos, professora.
- Ué, e os que estão lá não são?
- Não, só comunistas do século XX. Queremos que os alunos leiam Camões, Dom Diniz, os românticos do XIX, no máximo um Eça.
- Castro Alves e tal?
- Mas sem as coisas abolicionistas, por favor. Que a gente sabe que aquilo foi um movimento subversivo para derrubar o Império.
- Machado?
- A Mão e a Luva.
- Mas Memórias Póstumas e...
- De jeito algum. Esses romances mais realistas dele são absolutamente imorais e não é função da escola discutir questões morais. Ou religiosas. Ou familiares. Para falar a verdade, nem sei porquê colocar literatura no currículo, cada família devia poder controlar o que seus filhos leem.





- Mas aí a educação universal acaba, né?
- Isso de educação universal é outro mito. A senhora acha que o menino da favela tem a mesma educação que o menino rico?
- Claro que não!
- Pois então, a educação nunca foi universal, seria melhor deixar isso explícito. Quem tem mais estuda mais, quem não tem vai trabalhar para ajudar a família.
- Mas não seria melhor o menino pobre estudar, para ter mais chance?
- Olha, não vamos polemizar. A senhora pode mandar uma nova lista de sugestões de leitura até sexta?
- Mando sim.
- Lembre-se, nada do século XX. Século passado só tinha autor comunista no Brasil. ●



Quando você lê o Projeto parece que não existe aluno, parece que nesse projeto o aluno é um papel em branco e ele não tem autonomia nenhuma, ele não tem nada, o que é muita mentira. Escola Sem Partido é um movimento dos pais, então, o aluno ele não tem nada a ver com isso, são os pais que tem tudo a ver. Mas assim, o que é minha alegria é perceber que com isso eles erram muito e que a história vai girar pra outro lado, isso, os alunos vão ficar mais bravos.

Aluno do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



14 PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O "ESCOLA SEM PARTIDO"

RODRIGO RATIER

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)
e editor-executivo da revista *Nova Escola*.





A Educação Brasileira tem dezenas de problemas graves, complexos e bem conhecidos. Nos últimos meses, o movimento Escola Sem Partido (ESP) ganhou força e visibilidade com o argumento de que essa lista precisa crescer. Para o grupo, a militância político-partidária dos professores e discussões sobre sexualidade e gênero estão entre as questões mais sérias e urgentes da Educação no Brasil.¹

Para resolvê-las, o movimento, fundado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, propõe três soluções: divulgar testemunhos de alunos que teriam sido vítimas desses educadores, estimular leis contra o abuso na liberdade de ensinar e enviar notificações extrajudiciais ameaçando com processos professores que adotarem determinadas condutas em sala de aula. Nos últimos meses, os debates sobre gênero foram os alvos dessas notificações.

No dia 18 de julho, o Senado Federal abriu uma consulta pública sobre o Projeto de Lei 193, de 2016, de autoria do senador Magno Malta, que visa incluir o Programa Escola Sem Partido nas diretrizes e bases da Educação Nacional. A pesquisa quer saber se os brasileiros são a favor ou contra a iniciativa. Apesar de não ter força legal, a consulta pode influenciar politicamente os senadores.

Claro que a doutrinação – palavra que remete à pregação – é algo inadequado em qualquer aula. A pluralidade de visões e o questionamento de cada uma delas é o caminho mais fértil para levar os alunos a pensar por conta própria, como discute a reportagem de capa de *NOVA ESCOLA* de junho/julho de 2016. Mas o problema é tão grave quanto o Escola Sem Partido alega? Ele seria realmente urgente e grande a ponto de levar a escola para o tribunal? Ele deveria ser o foco das discussões públicas sobre Educação nesse momento? Quais são as consequências dentro da sala de aula?

¹ Texto publicado originalmente no *site* da *Nova Escola*, em 19 de julho de 2016.





Em busca de algumas respostas, pesquisamos evidências para entender o assunto. O resultado está na lista de perguntas e respostas abaixo, coletadas em livros, pesquisas e conversas com professores e gestores. Se você tiver mais alguma dúvida ou contribuição ao debate, *NOVA ESCOLA* está aberta. O debate livre, sem amarras, é a melhor forma de avançar.

1. A doutrinação é um problema grave?

A doutrinação em si é errada sempre. A questão é saber se esse é um problema amplamente disseminado pelo país ou se é uma questão pontual em algumas escolas. Hoje, é impossível saber o quão grave e disseminada é a doutrinação.

O projeto se baseia em relatos esparsos e em uma pesquisa de 2008 encomendada pela revista *Veja* ao Instituto CNT/Sensus. A reportagem não detalha a metodologia do levantamento ou a margem de erro. Apenas diz que são 3 mil entrevistados. Na sondagem, estudantes mencionam citações predominantemente favoráveis em sala a figuras como Lênin, Che Guevara e Hugo Chávez.

É muito pouco para configurar uma tendência. Como faltam estudos sistemáticos sobre o tema, não é possível saber se os resultados seriam os mesmos se fossem aferidos hoje ou se outro levantamento chegaria às mesmas conclusões. Também há outras lacunas. Qual seria o resultado se o foco fosse a presença religiosa nas escolas?

Restam, ainda, os relatos pessoais de quem presenciou alguma doutrinação. Embora o Escola Sem Partido diga receber numerosas denúncias, o *site* do movimento registra somente 33. O Brasil possui mais de 45 milhões de estudantes. É preciso ter dados mais sólidos para separar casos isolados de tendências e, também, para ter uma visão mais clara sobre se, onde e em quais situações o problema acontece.





2. A doutrinação esquerdista apontada pelo ESP está de fato acontecendo?

Não há qualquer comprovação. Ao contrário: uma pesquisa do *Instituto Datafolha*, realizada em 2014, mostra que há mais brasileiros afinados com ideias defendidas pela direita (45%) do que à esquerda (35%) em temas relativos a comportamento, valores e economia. Em relação a anos anteriores, há um avanço da direita e um recuo da esquerda.

3. Qual é o poder dos professores sobre os alunos?

Para o Escola Sem Partido, o poder dos docentes sobre os alunos é imenso. A ideia é que o estudante estaria “submetido à autoridade do professor” e que educadores doutrinadores seriam “abusadores de crianças e adolescentes”. A imagem de jovens passivos não encontra paralelo com a realidade das escolas brasileiras. Eles são questionadores e não aceitam facilmente o que se diz. Exemplo desse protagonismo é a recente onda de ocupações em escolas públicas de Ensino Médio lideradas por estudantes.

Ao conceber crianças e jovens manipuláveis, o ESP se inspira em modelos teóricos ultrapassados há pelo menos 50 anos. Desde a década de 1960, pesquisas mostram que as pessoas, mesmo as mais jovens, escutam uma mensagem e refletem sobre o significado dela. Podem aceitá-la ou não, após cruzarem o que ouvem com influências da família, de outros professores, de amigos, da mídia, na Igreja e em outros grupos sociais dos quais participam.

Outro equívoco é atribuir uma força imensa à escola na formação do pensamento das pessoas. Estudos indicam que, na sociedade atual, a escola perdeu força diante de outros grupos e instituições. As pessoas se formam em cursos livres, debates abertos, igrejas, empresas, movimentos sociais. As visões de mundo divulgadas por cada uma dessas entidades podem ser diferentes, contraditórias e até concorrentes. Aliás, quem nunca se viu soterrado com um mundo de informações contraditórias, sem saber o que pensar sobre um assunto?





4. Os professores formam um “exército de militantes”?

Esse argumento é frágil, baseado em apenas uma pesquisa de opinião e, ainda assim, dependente de uma associação controversa de ideias. O Escola Sem Partido se refere aos educadores brasileiros como um “exército organizado de militantes travestidos” amparado na pesquisa de 2008, encomendada pela revista *Veja* ao Instituto CNT/Sensus. Na sondagem, 78% dos professores dizem que a principal função da escola é “formar cidadãos”. Para o ESP, isso equivale a “apenas e tão somente martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes”.

Tal definição não se enquadra nos múltiplos significados dos termos formação e cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, dizem que cidadania deve ser compreendida como “participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais”. Sua adoção no dia a dia se exprime em “atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”. Isso se aplica tanto a um militante quanto a um diretor de uma grande empresa.

Até o momento, as medições sobre filiação a partidos políticos não confirmam a tese do ESP. O IBGE realizou dois levantamentos sobre o tema. Ambos são bem antigos, de 1988 e 1996. Na primeira, 10% dos professores da Educação Básica dizem ser filiados a partidos. Era um índice superior à média brasileira (4%), mas, ainda assim, muito distante de ser um exército. A julgar pela pulverização partidária, também é improvável que os professores estejam concentrados numa única legenda.

Dados mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral (maio de 2016) sobre a população brasileira indicam que o partido campeão de filiados é o PMDB (15,6% do total), seguido de PT (10,3%) e PSDB (8,9%).

5. O Escola Sem Partido é apartidário?

O *site* do movimento o apresenta como “apartidário” e diz que “não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, con-





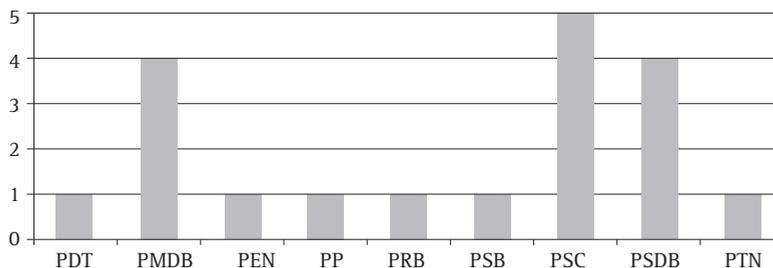
servadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita”. Mas os apoiadores do movimento vêm quase exclusivamente desse espectro. O *Movimento Brasil Livre* (MBL), um dos protagonistas dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff e auto definido como “liberal e republicano”, elegeu o Escola Sem Partido como um dos tópicos da lista de dez reivindicações em sua marcha ao Congresso Nacional no ano passado.

Já o *Revoltados Online* (“iniciativa popular de combate aos coruPTos do poder”, como informa a *fanpage* da organização), foi responsável por articular o encontro de dois de seus representantes – um deles era o ator Alexandre Frota – com o ministro da Educação, Mendonça Filho.

Levantamento de *NOVA ESCOLA* revela que a estratégia de levar a questão para Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e para o Congresso tem aproximado o movimento de agremiações de direita e de centro.

São desse perfil a maioria dos 19 deputados federais, estaduais ou vereadores (de capitais) que propõem projetos de lei baseados no Escola Sem Partido (veja o gráfico abaixo). O PSC, partido com forte representação na bancada evangélica, é o primeiro em proponentes (5), seguido por siglas mais centristas, como PMDB e PSDB (4 cada). De qualquer forma, é preciso sempre tomar cuidado. O sistema de partidos no Brasil não reflete necessariamente a visão de mundo presente no programa da sigla.

Quantidade de projetos de deputados (federais e estaduais) e vereadores inspirados no ESP





Por isso, um dado mais relevante é a vinculação religiosa: 11 dos 19 proponentes de projetos inspirados pelo ESP são ligados a alguma igreja. Uma visita por páginas dos parlamentares na internet indica que a defesa da família e dos valores cristãos é a plataforma de atuação mais citada.

6. As propostas do movimento defendem a pluralidade no ensino?

Nem todas. Uma das principais ações contradiz esse princípio. O modelo de notificação extrajudicial, que ameaça processar educadores que discutirem sexualidade e gênero, se sustenta no direito de as famílias escolherem as ideias com que as crianças terão contato na escola. Muitos pais, por convicções religiosas, são contra esse debate nas aulas e o movimento invoca a Convenção Americana sobre Direitos Humanos para sustentar o direito dos pais a que seus filhos recebam “a Educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Esse tipo de tratado internacional não está acima da Constituição Brasileira, que atesta que o Estado é laico (ou seja, não deve sofrer influência de igrejas). Como reforço, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também veda qualquer forma de proselitismo (esforço para converter pessoas) e o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 4.439, que defende que essa área em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional (ou seja, não pode ser relativa a crenças religiosas) e expor as doutrinas, a história, as dimensões sociais das diferentes religiões e também de posições não religiosas, como o ateísmo e o agnosticismo.

Além disso, essas notificações extrajudiciais podem criar sérios problemas. Por exemplo, em uma família criacionista, os pais acreditam que o mundo foi criado tal como descrito no livro bíblico do Gênesis. Eles podem questionar na justiça o professor de Biologia





porque ele ensina o conceito de evolução das espécies? Outro ponto, levando para o outro oposto. Uma família de esquerda pode levar um professor de História de direita à justiça caso ele ensine algo sobre a Revolução Russa que vá contra os seus princípios? São questões em aberto.

7. É correto impedir a discussão de gênero, como quer o ESP?

Esse não é o caminho escolhido por países em que as crianças têm alto desempenho. A Unesco, braço da ONU para Educação, Ciência e Cultura, reconhece a Educação para a Sexualidade como uma abordagem culturalmente relevante para ensinar sobre sexo e relacionamento de uma forma “cientificamente precisa, realista e sem julgamentos”. E o currículo de vários países vai nessa direção. Nos Estados Unidos, a Educação Sexual data da virada do século 19. Na Suécia e na Nova Zelândia, ela começa aos 7 anos. Na Finlândia, é incorporada em diversas disciplinas. A província de Ontario, no Canadá, adotou um novo currículo para o Ensino Médio em que se fala de relacionamentos do mesmo sexo e identidade de gênero. E a França lançou em 2013 um programa contra o estereótipo de gênero nas escolas.

Além disso, a justificativa para interditar o debate é cientificamente questionável. Diz um dos itens do modelo de notificação extrajudicial, que ameaça processar educadores que abordarem questões de gênero: o professor não pode “imiscuir-se, direta ou indiretamente, na orientação sexual dos alunos”. Não há base em pesquisa para afirmar que a orientação sexual seja influenciável por alguém.

É provável que essa definição se dê pela interação entre fatores biológicos (predisposição genética, níveis hormonais) e ambientais (experiências ao longo da vida), como explica a reportagem de *NOVA ESCOLA Educação Sexual: Precisamos Falar sobre Romeo*.





8. Discutir diversidade cultural pode levar à doutrinação?

O risco existe, mas a tendência mundial, de novo, é fortalecer o debate sobre esse tema. Na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, a Unesco estimula os países signatários (como o Brasil) a “promover, por meio da Educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes”. Sistemas de conhecimento tradicionais, sobretudo das populações autóctones (naturais de um território, como os indígenas brasileiros), devem ter atenção especial.

Para Bráulio Porto de Matos, vice-presidente do Escola Sem Partido e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), o currículo beneficia interesses de movimentos sociais. Para ele, o “problema se torna ainda mais candente” na segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No documento, os temas transversais, que tratam de conceitos e valores básicos de cidadania, que devem ser trabalhados em todas as disciplinas, são substituídos por temas especiais, o que, na opinião de Matos, representa uma dificuldade extra. “Fica mais evidente a orientação política mais estreita dos temas especiais”, disse, em audiência na Comissão de Educação da Câmara. Para ele, mudar a expressão de “pluralidade cultural” para “estudos indígenas e africanos” é um problema sério de doutrinação.

Em países como a Noruega, a inclusão da diversidade cultural na escola é vista como uma conquista do respeito às raízes da história local. A parte norte do território do país é ocupada pelo povo sami, originário da Escandinávia. A cultura, as tradições e a língua dos sami são objeto de estudo em toda a escolarização básica e constam como tópico obrigatório do currículo nacional. Na Nova Zelândia acontece a mesma coisa.

Obviamente, ninguém é a favor de tirar Revolução Francesa das escolas brasileiras. Mas é preciso aumentar o ensino sobre a heran-





ça indígena e africana no país. Poucas pessoas saem das escolas sabendo, por exemplo, que até meados do século 19 se falava uma mistura de línguas indígenas e de português em São Paulo. Sem entender isso, dificilmente alguém vai compreender por que tantos bairros da cidade têm nomes em tupi-guarani (Pirituba, Jaraguá) ou o significado do nome de grandes empresas (a palavra Itaú significa pedra preta, por exemplo).

9. É justo que a Base Nacional passe pela aprovação do Congresso, como defende o Escola Sem Partido?

Não. Para votar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Congresso, é necessário mudar o que está no Plano Nacional de Educação (PNE), que já foi votado e aprovado pelo próprio Congresso. O ESP apoia essa ideia porque, com um parlamento marcadamente conservador, há chances de essa alteração emplacar uma parte da agenda do grupo.

Além de colocar em risco um projeto urgente para o país, o Projeto de Lei que pede a mudança diz que: “É temerário que somente o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação sejam responsáveis pela elaboração e aprovação da Base.” A afirmação é equivocada.

A BNCC é fruto de um longo trabalho que envolve mais de 130 especialistas de diversas universidades, duas versões preliminares para avaliação pública, 12 milhões de sugestões no processo de consulta aberto em 2015 e debates com educadores em conferências estaduais. Todos foram ouvidos.

10. O marxismo é um método de doutrinação esquerdista?

O Escola Sem Partido não define, em nenhum momento, o que entende por marxismo. O termo é controverso e pode designar





muitas coisas, como apontam os italianos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino no clássico *Dicionário de Política*: “Identificam-se diversas formas de marxismo, quer com base nas diferentes interpretações do pensamento dos dois fundadores [Marx e Engels] quer com base nos juízos de valor com que se pretende distinguir o marxismo que se aceita do marxismo que se rejeita: por exemplo, o marxismo da Segunda e da Terceira Internacional, o marxismo revisionista e ortodoxo, vulgar, duro, dogmático etc.”

Nas Ciências Humanas, o pensamento de Karl Marx é considerado um dos mais influentes do século 20. Conceitos como o de classe social ajudam até hoje a produzir análises econômicas, históricas e culturais. Faz sentido estudá-lo (o que não significa, necessariamente, adotá-lo), como reconhecem mesmo seus críticos. Há várias pessoas que estudam Marx a fundo que não aceitam suas ideias. Raymond Aron, um dos maiores intelectuais franceses do século 20, é uma delas. Da mesma maneira, estudar Adam Smith, um dos pais do liberalismo econômico, não equivale a fazer doutrinação liberal.

11. Ok, mas o marxismo domina as universidades e a formação de professores?

As evidências apontam o contrário. O marxismo é, hoje, uma corrente “estrangulada” na academia, como indica o historiador Diego Martins Dória Paulo no artigo *O refluxo de uma tradição: o marxismo, o ensino de História e a ditadura empresarial-militar (1964-1975)*.

No curso de Pedagogia, a questão foi investigada por Susana Vasconcelos Jiménez, Laurinete Paiva Gonçalves e Luis Adriano Soares Barbosa no artigo *O lugar do marxismo na formação do educador*. Pegando o exemplo da graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), os autores constataam uma “presença rarefeita” do marxismo. Analisando os programas de uma amostra de 12 das 52 disciplinas (as que abordavam fundamentos da Educação e que te-





riam mais chance de contar com a influência marxista), os pesquisadores concluem que apenas uma apoia-se claramente nos conceitos de Marx. O pensador alemão aparece em outras sete, mas ao lado de clássicos como Platão, Aristóteles, Descartes, Rousseau, Adorno e Horkheimer.

12. Há base para dizer que Paulo Freire faz “proselitismo ideológico” e “doutrinação marxista”?

Não. Essa é uma leitura distorcida da obra dele. Para o Escola Sem Partido, Paulo Freire vê o trabalho de ensinar “como uma simples modalidade de proselitismo ideológico ao qual ele dá o nome de ‘conscientização’ dos alunos”.

Em sua acepção original, “proselitismo” é um esforço para converter pessoas para alguma causa ou religião. O conceito de “conscientização”, conforme utilizado por Freire, é o oposto disso: “Ao ouvir pela primeira vez a palavra percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a Educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”, explica ele no livro *Conscientização – Teoria e Prática*. Em diversos momentos, Freire combateu o proselitismo – fosse o da Igreja ou o da Educação.

Outra crítica que o ESP subscreve é quanto à suposta “doutrinação marxista” de Freire. Trata-se de leitura distorcida, como opina Fernando José de Almeida na biografia *Paulo Freire*. “Ele faz constantes citações de Karl Marx, Mao e Guevara, como idealistas e inspiradores, e busca na dialética marxista fundamentos de um pensar e agir transformador. Mas isso em nada ameaça o firme bloco ideológico de seu pensamento: o pacifismo e um socialismo não radical nem violento – à época, muito abominado por alguns setores da esquerda”, escreve.

A importância da produção do patrono da Educação brasileira foi reconhecida mundo afora. Livros de Freire foram traduzidos para



mais de 20 línguas, rendendo-lhe o título de doutor *honoris causa* em 41 universidades, incluindo Oxford, Harvard e Cambridge. Mais uma vez, estudar Paulo Freire não significa endossar todas as suas afirmações nem suas premissas. Há milhares de pessoas formadas por professores inspirados por Freire que nunca se tornaram socialistas.

13. O “Escola Sem Partido” propõe judicializar a Educação. Processar professores resolve?

Não é racional nem eficiente mover a já sobrecarregada máquina do Judiciário (são 70 milhões de processos!) para solucionar questões que as pessoas podem resolver entre si. Uma saída educativa deve seguir pela rota do diálogo. Se há suspeita de doutrinação, a primeira coisa a fazer é uma conversa franca entre professor, aluno e pais, se for o caso. Isso é bom para todo mundo. Persistindo o problema, os gestores escolares podem ser acionados. Se necessário, há ainda as ouvidorias das secretarias de Educação.

14. Faz sentido ter essa discussão?

Nas ditaduras, os debates são sufocados. Nas democracias, eles são acolhidos e estimulados – sem restrição. Se um grupo de pessoas acha importante levantar uma discussão e defender os seus pontos, ele tem todo o direito de fazer isso. Certamente o Escola Sem Partido tem suas razões, e ignorá-lo ou desprezá-lo não é o melhor caminho. Nossa opção é pelo debate desarmado, focado em ideias e evidências.

Além disso, o debate sobre a iniciativa tem levantado vários pontos relevantes sobre a participação dos pais na escola, sobre a responsabilidade dos professores e sobre a autonomia dos alunos. Para manter esse canal aberto, a melhor forma é aumentar o diálogo, e não restringi-lo. ●





O PROGRAMA "ESCOLA SEM PARTIDO" QUER UMA ESCOLA SEM EDUCAÇÃO

DANIEL CARA

Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.





Os projetos de lei do programa Escola Sem Partido¹, que tramitam na Câmara dos Deputados e em diversas casas legislativas de estados e municípios, têm gerado angústia nos movimentos educacionais, nas universidades e nas comunidades escolares brasileiras.

Se por um lado muitos professores estão receosos, tendo em vista a limitação pedagógica e a negação da liberdade de ensinar e aprender que esse projeto traz consigo, por outro, alguns familiares o apoiam.

Muitos desses pais, porém, desconhecem a proposta em profundidade, deixando de refletir sobre a escola que decorrerá dela: uma escola que trará riscos ao processo formativo dos estudantes por ser medíocre, cerceadora e incapaz de preparar os alunos para a vida.

No Distrito Federal o projeto já foi aprovado em comissão específica da Câmara Legislativa. Em Alagoas, o PL foi aprovado pela Assembleia Legislativa local, mas vetado pelo governador Renan Calheiros Filho. Contudo, em poucos dias, o veto foi derrubado pelos deputados estaduais. Diante do impasse, membros da Secretaria de Estado da Educação local pretendem questionar a constitucionalidade da proposta. Entre os argumentos, os gestores afirmam que o programa afronta princípios fundamentais, como a livre manifestação e a liberdade pedagógica, além de prejudicar a qualidade da educação.

Sob o véu da pluralidade declarada o que se observa é a promoção de um perigoso dogmatismo conservador.

Os projetos de lei do Escola Sem Partido se baseiam na acusação de que há uma doutrinação moral e ideológica de esquerda nas escolas brasileiras. Diante disso, os professores devem ser vigiados e controlados no exercício de sua profissão, por meio da imposição de limites à liberdade de cátedra – um dos pilares fundamentais do magistério.

1 PL 867/2015 e PLS 193/2016, incluem entre as diretrizes e bases da educação o “Programa Escola sem Partido”, PL 1411/2015, tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências.





Após perceber que a defesa de uma educação neutra seria, no mínimo, uma demonstração de enorme ignorância, o movimento Escola Sem Partido passou a advogar em defesa de uma prática pedagógica supostamente plural. Porém, sob o véu da pluralidade declarada o que se observa é a promoção de um perigoso dogmatismo conservador.

O Escola Sem Partido é inspirado em iniciativas internacionais e declara ter três objetivos: a “descontaminação e ‘desmonopolização’ política e ideológica das escolas”; o “respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”; e o “respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos uma educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Qualquer exercício de julgamento sobre a observância desses três objetivos criará verdadeiros tribunais ideológicos e morais nas escolas, transformando o espaço escolar em um ambiente arbitrário, acusatório, completamente contraproducente ao aprendizado.

Nessa escola, nenhum professor terá segurança para ensinar, pois não saberá como sua aula será julgada – e isso se estende a qualquer área do conhecimento. Ministrando uma aula de História Geral sobre as diferentes revoluções, a luta das mulheres pelo direito ao voto ou as duas grandes guerras passará a ser arriscado. Também não será simples, nas aulas de Biologia, apresentar aos estudantes a teoria da evolução de Darwin, diante da emergência do fundamentalismo cristão no Brasil e sua perspectiva criacionista.

A leitura dos textos dos *sites* do Escola Sem Partido e de postagens em redes sociais mostra que os defensores dos projetos de lei desejam uma educação moral ultrapassada, completamente descontextualizada do mundo e incapaz de refletir a diversidade existente na sociedade brasileira.

Debater em sala de aula os problemas estruturais do Brasil, como o enfrentamento às discriminações sociais, religiosas, raciais, étnicas, de gênero e de orientação sexual será, portanto, um exercício, no mínimo, tortuoso.





Chamado, com razão, de “lei da mordança” entre os educadores, o Escola Sem Partido tem graves equívocos, especialmente no âmbito da pedagogia como ciência.

No conjunto de sua obra, dedicada à crítica ao tradicionalismo pedagógico, Vitor Henrique Paro, em uma síntese de grandes educadores, afirma que a educação é a apropriação de cultura. Cultura é tudo aquilo que a humanidade produziu e produz: valores, direito, línguas, matemática, física, química, biologia, história, geografia, artes, esportes, política, economia, tecnologia...

O direito à educação é, portanto, o direito de todos se apropriarem da cultura, tornando-se sujeitos autônomos, capazes de ler, compreender e participar verdadeiramente do mundo, devendo aprender sobre tudo aquilo que é possível e necessário para a realização da vida. A escola, portanto, não ensina apenas conhecimentos, mas também valores, formas de agir, ser e estar no mundo.

Diante dessa concepção, o trabalho do educador é o de conduzir o educando no exercício de apropriação da cultura, por meio do processo de ensino-aprendizagem. Para isso ocorrer, a relação entre professor e aluno precisa estar pautada pelo respeito mútuo, diálogo e liberdade. Portanto, pela confiança entre sujeitos e grupos que convivem com vontades, aspirações e interesses que nem sempre convergem.

Uma boa escola não desconsidera as divergências entre professores, alunos e famílias, inclusive sobre o que é e como é ensinado. No entanto, os conflitos devem ser discutidos e resolvidos de forma franca, respeitosa e democrática, o que, aliás, é educativo para todos. E isso é parte importante do processo educativo.

No entanto, o Escola Sem Partido, ao visar a imposição de um julgamento moral e dogmático à docência, prejudicará o aprendizado dos alunos. Imersos em um clima persecutório, os professores não terão condições mínimas para o exercício do magistério. Com medo, não apresentarão aos estudantes uma série de conhecimentos, valores, informações, temas e questões, o que trará efeitos extrema-





mente danosos: em primeiro lugar, ao desenvolvimento dos alunos e, depois, ao desenvolvimento do país.

Se os projetos de lei vingarem, o Brasil estabelecerá um paradoxo: sob a vigência do Escola Sem Partido emergirá uma escola sem voz, sem liberdade, sem divergências, sem cidadania, sem questionamento, sem reflexão, sem política, sem economia, sem artes, sem apropriação de cultura, ou seja, uma escola sem educação!

Resta saber se os familiares querem uma educação abaixo da mediocridade para seus filhos. Uma educação que exclua saberes, valores e conhecimentos, limitando o desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens, impondo a eles uma versão extremamente limitada do mundo.

Se as escolas atuais já não cumprem com as finalidades da educação, rebaixá-las por meio da vigência do Escola Sem Partido deixará o Brasil ainda mais distante de seu compromisso constitucional de consagrar o direito à educação de qualidade. Definitivamente, não é pelo caminho da mediocridade e do obscurantismo que as escolas melhorarão. ●



O QUE O DIREITO À EDUCAÇÃO TEM A DIZER SOBRE “ESCOLA SEM PARTIDO”?

SALOMÃO XIMENES

Professor do bacharelado e do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFABC, doutor em Direito do Estado (USP) e mestre em Educação Brasileira (UFC), membro da Rede Escola Pública e Universidade e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).

Existe tanta carência na escola pública, mas tanta carência e eles estão preocupados em colocar projetos que crie mais carências, que limite o professor.

Aluno do Ensino Médio da rede pública de São Paulo



O movimento Escola Sem Partido (ESP) é a mais ruidosa articulação social que se constituiu contra o reconhecimento, no Brasil, da diversidade enquanto componente necessário do direito à educação escolar. Seu objetivo é promover mudanças na estrutura jurídica de proteção ao direito à educação, de forma a limitar aprioristicamente a liberdade de ensinar, além de vedar o desenvolvimento de políticas públicas educacionais nos campos de gênero, sexualidade e formação cidadã.

Ainda que seu recente sucesso em pautar o debate público nacional seja surpreendente para a maior parte dos educadores e das organizações do campo educacional, os sinais de ascensão desse movimento já estavam dados. Refiro-me aos três vetos conservadores que foram impostos contra planos e programas governamentais.

Primeiramente, o recuo de Lula, às vésperas da eleição de 2010, quanto ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), serviu para unificar o campo conservador em uma espécie de “anti-programa” fundado na retirada de um conjunto de ações relacionadas à promoção de direitos sexuais e reprodutivos, democratização da comunicação, laicidade do Estado, memória e reparação dos crimes da ditadura e educação sobre violações a direitos humanos¹. Em 2011, já sob o governo Dilma, veio o veto ao material pedagógico Escola sem Homofobia, vertente educacional no programa Brasil sem Homofobia², que visava formar professores e equipes pedagógicas para o tratamento do tema em sala de aula e também na gestão escolar das escolas das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio³. No último período o movimento conservador ganhou maior capilaridade no País, motivado por uma ampla campanha contra o reconheci-

1 BRASIL, Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, que “Altera o Anexo do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3”.

2 Instituído no Plano Plurianual 2004-2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

3 A revista *Nova Escola* disponibilizou o material produzido pelo programa Escola sem Homofobia, na página eletrônica a seguir pode ser acessado o caderno de orientações pedagógicas <<http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Acesso em: 25/09/2016.





to da diversidade sexual nos planos decenais de educação, a começar pelo Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (Lei nº 13.005/2014).

Até então, a maioria dos educadores e demais atores do campo educacional nunca tinha ouvido expressões como “ideologia de gênero” ou “doutrinação ideológica”, apesar de lhes serem atribuídas tais práticas como se fossem cotidianas, ou mesmo definidoras de seus propósitos pedagógicos. Para os promotores do movimento, trata-se de “fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.”⁴

A agenda de reformas do direito à educação promovida pelo referido movimento está articulada em ao menos três níveis: a) a promoção de alterações na LDB, em nível nacional; b) a aprovação de projetos de lei específicos, no máximo de entes federativos (estados e municípios); e c) uma campanha de estímulo ao litígio e à responsabilização de professores que, pelos critérios do movimento, tenham atuado de modo contrário aos seus princípios. A articulação entre esses três planos é evidente, já que assim se disseminam, em todo o País, o medo e o controle ideológico sobre escolas e docentes, ainda que não aprovadas novas leis defendidas pelo ESP. Já são muitos os relatos de professores que hoje se sentem intimidados a tratar determinados conteúdos ou a expressar suas opiniões em sala, também há casos mais graves, de docentes que respondem a processos administrativos⁵. Essa agenda representa um segundo ciclo

4 SENADO FEDERAL, Projeto de Lei nº 193/2016, que “Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ‘Programa Escola sem Partido.’”

5 Nesse sentido, veja-se o especial produzido pela Agência Pública, que apresenta vários relatos e consequências concretas do ESP: <<http://apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>>. Acesso em: 04/10/2016.





conservador sobre as políticas públicas de educação, não mais caracterizada pelo veto aos programas e planos, mas por uma tentativa de censura ativa, de proibição *a priori*.

Feita essa contextualização, quais são então as inovações jurídicas que o movimento ESP quer ver aprovadas em lei ou implementadas na prática?

Os projetos-padrão que vêm sendo replicados nas casas legislativas, incluída a Lei nº 7800/2016 do Estado de Alagoas, articulam as inovações pretendidas, são estrategicamente apresentados em meio aos princípios do ensino inscritos na Constituição de 1988 e na própria LDB. São eles: “I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; (...) V – reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VII – direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica”⁶.

Com base nesses princípios, os projetos trazem um detalhado sistema de controle do trabalho docente, incluindo a divulgação de um cartaz com proibições em cada sala de aula e pela criação de um sistema de denúncias.

Todas essas proposições são abusivas e inconstitucionais, porque violam frontalmente direitos e garantias constitucionais referentes à educação.

Primeiro porque “neutralidade” não é um valor constitucional, já que é incompatível com a própria definição de Estado Democrático de Direito, que tem no estabelecimento de objetivos políticos, como “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição, art. 3º), o eixo central de sua própria justificação. Ou seja, do ponto de vista

6 ALAGOAS, Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016, que “Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa “Escola Livre”. Contra essa Lei foi proposta no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5537.





constitucional é sobre esses objetivos que se deve construir todas as instituições públicas, inclusive o sistema educacional e as escolas.

Também a educação escolar não pode ser neutra. É o que diz o art. 205 da Constituição e diversas outras normas e tratados internacionais. Nestes há a enumeração de objetivos educacionais amplos: art. 26, parágrafo 2º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos; art. 5º, 'a', da Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino; art. 13 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; art. 7º da Convenção contra a Discriminação Racial; art. 1º da Convenção sobre os Direitos da Mulher e art. 29, parágrafo 1º, da Convenção sobre os Direitos da Criança, considerando-se apenas os documentos normativos de âmbito global⁷.

Se é verdade que o Estado, a família e a sociedade têm que perseguir tais objetivos por todos os meios, através dos diferentes tipos de educação, não apenas da educação escolar, também é verdade que há um conjunto de objetivos educacionais públicos que devem ser assegurados pelo poder público a despeito dos limites de compreensão e das concepções morais, políticas e religiosas das famílias. Essa é a própria definição da escola republicana, além de expressão da ideia de educação para a cidadania.

Nesse ponto é necessário remeter à distinção entre educação e ensino ou, de forma mais detalhada, entre educação não-formal, informal e formal, todas elas juridicamente protegidas, ainda que de diferentes formas.

A educação formal é constituída pelo sistema educativo com alto grau de institucionalização, estruturando-se cronológica e hierarquicamente em diferentes níveis, estendendo-se desde a educação infantil aos níveis mais elevados do ensino, com progressão fortemente regulada (LDB, art. 1º, §1º) e mediante certificação de desempenho. É essa modalidade – educação formal ou ensino – que deve ser assegurada de forma universal, obrigatória e gratuita pelo Estado

7 XIMENES, S. B. Direito à qualidade na Educação Básica: teoria e crítica, Quartier Latin, 2014.





na faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. Já a educação não-formal, também uma espécie de ensino estruturado, é toda atividade educativa organizada sistematicamente, fora do ensino oficial ofertado diretamente pelo Estado ou por ele regulado, sendo destinada a facilitar a aprendizagem de conteúdos específicos por determinados grupos de crianças, jovens ou adultos. A educação não-formal não tem como objetivo uma certificação oficial (titulação) do estudante. Nesse último caso, por exemplo, estão os cursos livres, assim como formações desenvolvidas por igrejas, associações civis, sindicatos, empresas etc. Já a educação informal, em sentido amplo, abrange todo processo formativo que envolva troca de conhecimentos, experiências, valores e atitudes, que ocorre na sociedade, na comunidade e na família como um processo que dura toda a vida, já que decorre da capacidade humana de acumular conhecimentos, experiências, habilidades e atitudes e da possibilidade de repassá-los aos demais indivíduos através de práticas educacionais informais.

Portanto, reconhecer que o direito à educação protege essas três modalidades não significa dizer que seus regimes jurídicos são iguais. Valho-me aqui da ideia de teoria unitária dos direitos fundamentais, segundo a qual cada um desses direitos, sejam eles civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais, exigem do Estado três tipos de obrigações, conforme a natureza do próprio objeto juridicamente regulado. As modalidades de educação informal e não-formal devem ser respeitadas e protegidas pelo Estado, desde que não violem os parâmetros de direitos humanos e a integridade dos educandos. Já a modalidade formal, escolar, deve ser provida pelo Estado, diretamente ou através da regulação da oferta privada, como forma de assegurar a realização dos objetivos públicos na educação escolar⁸.

O movimento ESP, na prática, objetiva subverter a diferenciação necessária entre a educação formal, um bem público mesmo quando

8 Idem.





ofertado pela iniciativa privada, e a educação não-formal, realizada no âmbito das comunidades de fé ou dos partidos políticos, por exemplo; e a educação informal, essa sim uma atribuição corriqueira da família e da comunidade, que acontece ainda que de forma inconsciente enquanto dimensão de socialização. Uma educação escolar “neutra”, como propõe o movimento, significa, nesse quadro, afirmar que cabe à educação escolar formal tão somente reproduzir a ideologia e a cultura transmitidas nas demais instâncias educacionais, ainda que essas comumente sejam discriminatórias, machistas, misóginas, “homosbotransfóbicas”, racistas, insensíveis às injustiças econômicas etc. Ou seja, uma educação escolar sem objetivos político-pedagógicos relevantes, nula e, por isso, incompatível com o regime constitucional e o próprio direito humano à educação.

É nesse contexto que os ideólogos do movimento também subvertem o sentido do dispositivo presente tanto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos como em outros tratados internacionais, que estabelecem, como componente do direito à educação, que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Esse dispositivo, tido como central na fundamentação do ESP, não pode ser lido de forma descontextualizada e isolada como proposto, mas enquanto parte do direito à educação em sentido amplo. Especificamente, aquela parte que assegura o dever de respeito e de proteção à educação não-formal e informal, proibindo que o Estado venha a limitar a disseminação de concepções religiosas ou políticas enquanto dimensões de liberdade ou mesmo que venha a proibir o funcionamento de escolas confessionais ou comunitárias, criadas com propósitos específicos. Nesse sentido, preservar o direito dos pais nos âmbitos informal e não-formal não é incompatível com o tratamento de questões morais, políticas e sexuais na educação formal pública, mas o contrário, já que a inclusão de tais temas no currículo é parte do direito dos estudantes de ver ampliados os seus referenciais a partir de concepções diversas, republicanas e científi-



cas, todas necessárias ao pleno exercício da autonomia individual e da cidadania. O direito de escolha dos pais, portanto, não pode ser interpretado como um direito absoluto que se sobreponha aos objetivos educacionais públicos definidos nas normas educacionais, nos projetos pedagógicos e na abordagem didática dos docentes. Dizer isso, por outro lado, não esvazia o direito dos pais, já que esses continuarão atuando nas demais dimensões da educação sobre as quais é praticamente nula a intervenção direta dos agentes estatais.

O direito à educação formal, por sua vez, está amplamente regulado e protegido nos artigos 206 e 214 da Constituição. É justamente contra alguns desses dispositivos constitucionais que se opõe o ESP, especificamente contra a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (respectivamente, incisos II e III do art. 206). Além disso, na prática, ao impor as concepções religiosas, políticas e morais dos pais e das comunidades, pretende-se retirar a autonomia relativa das escolas e dos professores na produção de suas propostas pedagógicas (LDB, art. 12, I; art. 13, I; e art. 15), que, por sua vez, é condição para construção de ambientes educacionais plurais.

Sobre esses princípios constitucionais, vale destacar seu papel na garantia de um amplo espaço de liberdade no ensino e na aprendizagem, de uma liberdade que é requisito para a convivência de diferentes perspectivas político-pedagógicas em uma mesma rede de ensino ou escola. Essa diversidade e até mesmo o eventual conflito de concepções, longe de representar uma ameaça ao direito à educação dos estudantes, é condição para a garantia do direito à qualidade na educação em uma sociedade plural e democrática⁹. Para tanto, é necessário um tipo de regime de trabalho docente que permita aos professores desempenhar adequadamente sua liberdade de ensino e, quanto à liberdade na aprendizagem, incentive a

9 Idem.





adoção de métodos pedagógicos que preservem o espaço de liberdade dos estudantes.

Com base nessas garantias jurídico-constitucionais, os professores não podem ser considerados meros reprodutores de conteúdos estanques e métodos customizados externamente ao processo de ensino. Espera-se, pelo contrário, que trabalhem como intelectuais capazes de construir seu próprio percurso profissional e pedagógico, com responsabilidade e honestidade. É nesse sentido que a liberdade de ensinar e aprender se contrapõe decisivamente à alienação do trabalho docente e da aprendizagem pretendida na proposta de amordaçamento defendida pelo movimento ESP.

Isso não significa haver liberdade absoluta no ensino, o que, inclusive, o descaracterizaria enquanto educação formal. Há objetivos educacionais, componentes curriculares, deveres funcionais, conhecimentos científicos e contextos específicos que relativizam o exercício de tais liberdades. Muito diferente disso é, entretanto, o cerceamento absoluto e *a priori* da liberdade quanto ao tratamento de determinados fenômenos sociais que devem ser estudados justamente porque são parte constitutiva do direito dos estudantes. Os estudantes, diferentemente da concepção tutelar ou de “vulnerabilidade” inscrita nos projetos, também têm assegurada a sua liberdade de aprender em um ambiente plural.

A inconstitucionalidade e as inconsistências do ESP, apesar de evidentes, não o impede de vir a causar estragos alarmantes nas concepções e práticas educacionais. Além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais, conforme destacamos, o controle ideológico sobre professores e estudantes articula-se às demais agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública. Essas frentes de ataques à escola pública, às quais se deve somar ainda a militarização das escolas – o ápice do controle totalitário na educação, estão se fortalecendo mutuamente em torno de um renovado projeto liberal-conservador.





Nesse contexto, os direitos fundamentais, e especificamente o direito à educação, impõem barreiras contra o autoritarismo e o esvaziamento do sentido democrático das escolas públicas. Afinal, pouco restará do direito à educação se apenas a aparência lhe for preservada. Escolas, alunos, professores e programas sem substância ou objetivos de transformação conviveriam inertes a uma realidade desigual, injusta e discriminatória sobre a qual não poderiam atuar estudantes e professores. Desfazer-se da substância do direito à educação para assim reproduzir privilégios e ideologias dominantes é o verdadeiro programa do ESP, não à toa quando os mesmos privilégios estão em risco diante da ebulição de lutas sociais por redistribuição, participação e reconhecimento. Lutas que ocuparam e tomaram para si as escolas públicas em todo o País. ●

CONTRA ESCOLA SEM SENTIDO

FERNANDO ABRUCIO

Doutor em Ciência Política pela USP e coordenador do curso de Administração Pública da FGV-SP.

Eu não consigo entender isso. O professor tem que dizer sim, ele tem que ensinar a gente a pensar. Você vai ficar naquela coisa quadrada, porque o professor não vai poder falar. Eu vejo ele como meu instrumento de informação, se eu não tenho informação dele, eu vou ter informação de quem? Aonde que eu vou procurar informação? Se na base não está explicando o que é gênero, o que é raça, eu fico gritando isso dentro de mim, se dentro da escola não tenho isso, que é o princípio pra eu saber como viver numa sociedade diversa, de gênero, raça, de tudo, aonde que eu vou achar?

Aluna do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



Ao procurar entender a chamada proposta Escola Sem Partido, constatei que melhor seria chamá-la de “escola sem sentido”, dado que sua concepção não se baseia em evidências e estudos, nem na experiência internacional, atrapalha a construção de uma reforma educacional condizente com nossos males e, pior, pode asfixiar a escola, acabando por matar o seu sentido.

Um diagnóstico honesto sobre a educação brasileira deveria dizer, em primeiro lugar, que houve uma série de melhorias nos últimos 20 anos, como a universalização do Ensino Fundamental, a ampliação do número de alunos nas universidades e a criação de amplos sistemas de avaliação, mas que o modelo de ensino ainda tem vários problemas. Nenhum deles, no entanto, se deve prioritariamente ao que argumenta o Escola Sem Partido. Isto é, o nível de ideologização dos professores, algo ainda a ser comprovado cientificamente, não se constitui uma das principais causas das fragilidades e carências da política educacional do país. A má qualidade da educação básica tem como métricas questões como a baixa proficiência dos alunos em Português e Matemática e a grande evasão dos estudantes do Ensino Médio. As causas desses problemas relacionam-se com a formação inadequada dos professores, a fragilidade da gestão nas redes municipais e estaduais, a ausência de currículos adequados, a falta de uma carreira docente mais estruturada no que tange à remuneração e à cobrança por resultados e a falta de uma escola mais capacitada para mobilizar a comunidade interna e externa para enfrentar seus desafios. Diversos estudos e pesquisas científicas apontam essas temáticas como centrais à reforma educacional e não há nenhum trabalho relevante que dê centralidade aos argumentos apresentados pelo Escola Sem Partido.

Ressalto que nenhum país com destaque em avaliações internacionais no plano da educação se orienta por propostas nos termos do Escola Sem Partido. A liberdade e a criatividade do professor, aliadas a um controle de seus resultados pedagógicos (o quanto conseguem melhorar o aprendizado dos alunos), aparecem como ele-



mentos importantes em casos de sucesso. Docentes que estimulem alunos curiosos e com consciência crítica, produzindo pessoas que saibam lidar com a diversidade de opiniões, são o protótipo esperado por governos bem sucedidos em políticas educacionais. Sugiro que os leitores procurem material sobre a experiência finlandesa, nação que tem estado constantemente entre os primeiros colocados no exame do PISA [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes], o mais importante do mundo. Lá, propõe-se exatamente o contrário do que defende o projeto do senador Magno Malta. Na verdade, se o governo brasileiro apresentasse tais ideias em fóruns internacionais seria ridicularizado – diriam que o Escola Sem Partido é *nonsense*.

O projeto em questão não só está distante dos verdadeiros problemas da educação do país e da experiência internacional bem sucedida. Ele também atrapalha a busca das soluções. Como os estudos em todo o mundo têm mostrado, o professor é a figura-chave do processo educativo. O movimento propõe um tal clima de perseguição como seus cartazes ameaçadores, numa espécie de “mcartismo pedagógico”, que seria muito difícil recrutar docentes de qualidade, capazes de exercer seu ofício com criatividade e paixão, elementos essenciais nessa profissão. Isso seria desastroso, pois cerca da metade dos professores da educação básica vai se aposentar até o início da próxima década, gerando uma enorme oportunidade para atrairmos jovens talentosos para lecionar. Será que com as regras do Escola Sem Partido atrairemos as pessoas adequadas para mudar a educação brasileira? É óbvio que ninguém quer entrar num ofício em que se é, de antemão, suspeito por suas ideias.

O projeto Escola Sem Partido, em verdade, baseia-se em equívocos conceituais. O primeiro deles é acreditar, ou dizer que acredita, que seja possível transmitir conhecimentos de uma forma neutra. Isso não é possível em nenhum lugar ou época da história humana. Ao contrário, o ideal é construir uma escola plural, em que várias ideias diferentes possam ser apresentadas e discutidas, onde os alu-





nos possam discordar dos professores, ou, por meio do que aprenderão em sala de aula, possam divergir dos seus pais. É bem possível que, em muitas partes do Brasil, professores de História estejam vendendo uma única versão do mundo a seus alunos. Mas a solução é multiplicar as visões e não encontrar algo que seja neutro. Aliás, sinceramente, não sei se os propositores desse projeto são ingênuos ou se escondem que sua ação é fortemente ideologizada, baseada numa concepção conservadora da sociedade e da família.

Essa desconfiança quanto aos propósitos desse movimento se reforça quando se constata um segundo equívoco conceitual no Escola Sem Partido. É bom que se diga em voz alta: a escola não é extensão da casa dos pais dos alunos. Todos os sistemas educacionais mais estruturados no mundo seguem esse pressuposto, uma vez que partem da visão de que a escola tem um papel importantíssimo na socialização das pessoas, dando elementos que são fundamentais para os indivíduos se desenvolverem intelectualmente e no plano dos valores. É claro que a socialização da escola se soma à feita pela família e por outros universos presentes na formação dos indivíduos. E a complementariedade e o conflito entre essas esferas são, ambos, essenciais para que as pessoas construam sua visão de mundo a partir do contraste de ideias e experiências. Tentar evitar essa relação é fazer com que os filhos fiquem presos apenas ao que pensam os pais, gerando uma visão anacrônica de mundo. Para usar a visão de Kant, é condenar os jovens à minoridade intelectual e emocional. Imagino a geração de mimados e intolerantes que sairia desse processo educacional.

Toda a crítica ao modelo educacional brasileiro, ou à caricatura que construíram dele presente no Escola Sem Partido, talvez necessite de maior clareza quanto ao que se espera da escola. Nela, no mínimo dois objetivos estão presentes. O primeiro é a formação de capital humano, isto é, de um conjunto de saberes que permita ao indivíduo definir-se profissionalmente e encontrar caminhos para se desenvolver nesse campo. Quanto mais uma sociedade produz capi-



tal humano, mais chances ela tem de produzir maior prosperidade individual e coletiva. Mas cabe frisar que os estudos atuais mostram que certas habilidades socioemocionais resultantes do ambiente escolar, caracterizado pela combinação entre adversidade e colaboração, são fundamentais para o melhor desenvolvimento do capital humano. Além disso, a escola tem o papel de formar um indivíduo capaz de lidar com a vida adulta, na esfera privada e no mundo público. Isso envolve, entre outras coisas, construir um sujeito crítico e com consciência dos desafios da coletividade. Essa visão cidadã tem mais chances de ser desenvolvida em ambientes marcados pela diversidade de ideias e experiências, algo que envolve a tolerância e o pluralismo. São exatamente esses valores que estão escassos no Brasil atual, e, infelizmente, o Escola Sem Partido só reforça o radicalismo e a incapacidade de diálogo. Para concluir, a questão chave é a seguinte: se os valores dos pais não podem, em hipótese alguma, ser colocados em questão pelos professores e pelo coordenador pedagógico, os quais não podem expressar suas visões de mundo nem fomentar o debate para além do aprendizado adquirido no universo familiar, o resultado final disso vai ser a morte da escola como instituição viva e essencial na formação de pessoas livres e autônomas, dois ideais da modernidade e que serão ainda mais essenciais no século XXI. O Escola Sem Partido baseia-se em diagnóstico e prognóstico errados. Seus formuladores não apresentam nenhuma experiência prévia desse modelo, implantada em algum lugar relevante, para ancorar suas ideias. Os problemas educacionais do Brasil são muito graves para que se gaste tanto tempo com um projeto tão sem sentido como esse, de modo que fazer com que todo o sistema de ensino siga tal ideário é um suicídio coletivo, o fim de qualquer esperança de criar um país melhor para nossos filhos e netos. Afinal, as novas gerações devem ir além do que pensam suas famílias e construir um mundo melhor do que foi construído por seus ancestrais. Precisamos avançar no tempo e não retroceder, tanto em educação como em todo o restante de nossa agenda. ●





“ESCOLA SEM PARTIDO”?

FREI BETTO

Assessor de movimentos sociais e autor de 58 livros, editados no Brasil e no exterior. Estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia.

Acho que é muito mais ao contrário do que eles [Escola Sem Partido] estão trazendo. Acho que não tem como barrar isso, esse conservadorismo que existe na escola porque é muito maior do que esse outro discurso, então eles tão querendo realmente retirar o pequeno discurso que já tem, que não muda em muita coisa.

Aluna do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



Nada mais tendencioso do que o movimento Escola Sem Partido. Basta dizer que um de seus propagadores é o ator de filmes pornô Alexandre Frota. O movimento acusa as escolas de abrir espaços a professores esquerdistas que doutrina ideologicamente os alunos.

Uma das falácias da direita é professar a ideologia de que ela não tem ideologia. E a de seus opositores deve ser rechaçada. O que é ideologia? É o óculos que temos atrás dos olhos. Ao encarar a realidade, não vejo meus próprios óculos, mas são eles que me permitem enxergá-la. A ideologia é esse conjunto de ideias incutidas em nossa cabeça e que fundamentam nossos valores e motivam nossas atitudes.

Essas ideias não caem do céu. Derivam do contexto social e histórico no qual se vive. Esse contexto é forjado por tradições, valores familiares, princípios religiosos, meios de comunicação e cultura vigente.

Não há ninguém sem ideologia. Há quem se julgue como tal, assim como Eduardo Cunha se considera acima de qualquer suspeita. Como ninguém é juiz de si mesmo, até a minha avó de 102 anos tem ideologia. Basta perguntar-lhe o que acha da vida, da globalização, dos escravos, dos homossexuais etc. A resposta será a ideologia que rege sua visão de mundo.

A proposta do Escola Sem Partido é impedir que os professores eduquem seus alunos com consciência crítica. É trocar Anísio Teixeira, Lauro de Oliveira Lima, Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Rubem Alves por Cesare Lombroso e Ugo Cerletto.

Ninguém defende uma escola partidária na qual, por exemplo, todos os professores comprovem ser simpatizantes ou filiados ao PT. Mesmo nessa hipótese haveria pluralidade, já que o PT é um saco de tendências ideológicas que reúne ardorosos defensores do agronegócio e esquerdistas que propõem a estatização de todas as instituições da sociedade.

Não faz sentido a escola se aliar a um partido político. Muito menos fingir que não existe disputa partidária, um dos pilares da democracia.



Em outubro [2016], teremos eleições municipais. Deve a escola ignorá-las ou convidar representantes e candidatos de diferentes partidos para debater com os alunos? O que é mais educativo? Formar jovens alheios à política ou comprometidos com as lutas sociais por um mundo melhor?

Na verdade, muitos “sem partido” são partidários de ensinar que nascemos todos de Adão e Eva; homossexualidade é doença e pecado (e tem cura!); identidades de gênero é teoria promíscua; e o capitalismo é o melhor dos mundos.

Enfim, é a velha artimanha da direita: já que não convém mudar a realidade, pode-se acobertá-la com palavras. E que não se saiba que desigualdade social decorre da opressão sistêmica; a riqueza, do empobrecimento alheio; a homofobia, do machismo exacerbado; a leitura fundamentalista da Bíblia da miopia que lê o texto fora do contexto.

Recomenda-se aos professores de Português e Literatura do Escola Sem Partido omitirem que Adolfo Caminha publicou, em 1985, no Brasil, *Bom crioulo*, o primeiro romance gay da história da literatura ocidental; proibirem a leitura dos contos *D. Benedita* e *Pílades e Orestes*, de Machado de Assis; e evitar qualquer debate sobre os personagens de *Dom Casmurro*, pois alguns alunos podem deduzir que Bentinho estava mais apaixonado por Escobar do que por Capitu. ●



UM PONTO NA REDE: O “ESCOLA SEM PARTIDO” NO CONTEXTO DA ESCOLA DO PENSAMENTO ÚNICO

EDUARDO GIOTTO

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Foi professor da Educação Básica e atualmente é professor do Departamento de Geografia da USP, na área de Estágio Supervisionado e Ensino de Geografia.

Eu acho que é esse falso lugar da neutralidade, que a escola coloca a neutralidade como se fosse algo alcançável quando na verdade não é, não existe nada neutro, imagine educação. Eu acho que justamente o pluralismo de ideias, eu acho que é pra você trazer o maior número de ideias, não um suposto lugar neutro, que não tem opinião.

Aluno do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



A apresentação de inúmeros Projetos de Lei que se autodenominam Escola Sem Partido, apesar dos perigos que representam, têm possibilitado um importante processo de discussão sobre o sentido da educação e da escola em nosso país. Nessa discussão, retoma-se uma das premissas que pensamos ser central no entendimento dessa questão: a relação intrínseca entre projeto de educação e projeto de sociedade. Na história da educação, essa relação tem se mostrado evidente. No entanto, há, nas últimas décadas, uma lógica discursiva que visa difundir a ideia de uma educação neutra, supostamente desvinculada de um projeto de sociedade e de interesses de diferentes ordens. Tratar-se-ia, portanto, de uma educação com a finalidade única de dotar os indivíduos de conhecimentos, conteúdos, competências e habilidades, também concebidas como neutras, para que os mesmos possam se inserir no mundo.

Ao analisar o conteúdo dos diferentes Projetos de Lei encaminhados ao poder legislativo pelos defensores do Escola Sem Partido é possível verificar que esta lógica discursiva está implícita em seus fundamentos. A ideia da suposta neutralidade do conhecimento e dos sujeitos da educação atravessa os textos desses Projetos de Lei, sendo um dos seus fundamentos lógicos. E é com esta perspectiva que gostaríamos de dialogar, argumentando que é preciso compreender o lugar do Escola Sem Partido em um contexto mais amplo de construção de uma escola do pensamento único, pautada nos pressupostos de uma certa racionalidade técnica e gerencial, que tem ganhado força e destaque nas últimas décadas no país, estando presente em inúmeras políticas educacionais postas em prática. Tal concepção de educação e escola tem como uma das finalidades atender aos interesses de diferentes grupos, principalmente empresariais, que enxergam na educação amplas oportunidades de ganhos econômicos.

Desse modo, o processo desencadeado pelo enfrentamento à proposta dos inúmeros Projetos de Lei que buscam interditar o discurso de docentes e discentes em diferentes escolas públicas e particula-



res no país tem contribuído para revelar uma tentativa mais ampla de controle sobre aquilo que alunos e professores fazem cotidianamente, partindo da premissa que reduz o trabalho docente à sua dimensão técnica, de executor de ações definidas por especialistas competentes em diversas áreas do conhecimento. Esta tentativa de controle se assenta, por sua vez, na padronização de práticas educativas, difundidas a partir de diferentes mecanismos.

Inúmeros são os exemplos desta lógica. Em 2008, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo lançou uma proposta curricular que foi transformada em currículo oficial em 2010. Sem a participação de professores, alunos ou pais, a proposta foi elaborada por técnicos da Secretaria e professores universitários em pouco mais de três meses. Nela, há um modelo único de como deve ser o ensino e a aprendizagem de todos os conteúdos curriculares a serem trabalhados na rede estadual. Anualmente, a Secretaria distribui apostilas para os professores com explicações de como deve ser conduzido o processo educativo. Em toda e qualquer escola do Estado de São Paulo, independentemente de seu contexto e situação, os conteúdos, as metodologias, as avaliações, devem ser as mesmas. Para garantir a efetivação da proposta, foram criados mecanismos de controle que atrelam bonificações salariais pagas aos professores ao desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas. Tais avaliações também não contam com a participação dos docentes e discentes, sendo elaboradas ora por técnicos da Secretaria Estadual da Educação, ora por empresas privadas do ramo. Os conteúdos destas avaliações estão referenciados no currículo oficial, que passam, desse modo, a serem os únicos conhecimentos legitimados na lógica de controle centralizada.

Processo semelhante pode ser encontrado no projeto de Reorganização da Rede Estadual de Educação de São Paulo, apresentado em 2015, e que previa o fechamento de 94 escolas e o remanejamento de mais de 300 mil alunos e alunas. Novamente, os sujeitos da educação foram excluídos do processo, sendo apenas informados





das mudanças que ocorreriam. Os propositores da reorganização assestavam a defesa da mesma em uma lógica discursiva que aponta uma relação simples de causa e efeito entre a organização curricular e o desempenho dos discentes em avaliações padronizadas, menosprezando, desse modo, a complexidade inerente ao processo educativo. Mais recentemente temos visto avançar a proposta de reformulação do Ensino Médio (divulgada em 22/09/2016), conduzida pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação sob o atento acompanhamento (e por que não dizer direcionamento) de grupos empresariais (*Itaú-Unibanco, Fundação Lemann, Todos pela Educação, SESI*). Mais uma vez, sem a participação de alunos, professores e toda a comunidade escolar, tal projeto poderá resultar em um aumento da relação entre educação e mercado de trabalho, reforçando assim a concepção tecnicista que tem definido a escola de pensamento único nas últimas décadas no Brasil. Pode significar também, uma expressiva diminuição da carga horária destinada às disciplinas de Ciências Humanas, valendo ressaltar que as mesmas têm sido os principais alvos de ataques dos defensores do Escola Sem Partido. Qualquer semelhança, neste caso, não é mera coincidência.

Nos exemplos citados anteriormente, e em tantos outros encontrados nas diferentes escalas da prática educativa em nosso país, expressam-se claros projetos de educação e sociedade. Ao definir os conteúdos, conceitos, metodologias e ações que os docentes e discentes devem desenvolver em diferentes lugares do país, difundem-se visões de mundo, conhecimentos, valores e perspectivas que representam os interesses de determinados grupos econômicos em detrimento da pluralidade que deve estar na base de toda prática educativa. Ocultando-se no falso discurso da neutralidade do conhecimento, da racionalidade técnica como dimensão “natural” da ação educativa, o que tais práticas objetivam é levar a cabo um amplo processo de reforma gerencial da educação, com o intuito de difundir, como narrativa dominante e, no limite, única, os princípios defendidos pelo empresariado brasileiro. Desse modo, conceitos





como competitividade, adaptação, empregabilidade passam a nortear as práticas educativas, com o intuito de formar o “indivíduo competente para o mercado de trabalho do século XXI”.

Portanto, a escola do pensamento único, do controle ideológico, da difusão dos interesses de um grupo específico e de sua visão de mundo, do combate à pluralidade, à multiplicidade de experiências, ao diálogo e à partilha tem sido o objetivo dos grupos empresariais que avançam sobre a educação. Nessa lógica, menosprezam os sujeitos, suas práticas cotidianas, seus desejos, sonhos e perspectivas. Alunos e professores são transformados, nessa dinâmica, em dados e estatísticas demonstrados em relatórios e pesquisas que pouco dizem sobre a escola real. E o pior: é com base nestes dados que se busca definir a competência dos professores, o fechamento de escolas e de salas de aula, que se constroem cadernos didáticos para alunos e professores a serem aplicados, de maneira padronizada, em todo o território nacional.

Dessa forma, o discurso dos defensores do Escola Sem Partido tem uma clara função estratégica de ocultar este controle da escola que já vem ocorrendo de forma intensa através desses mecanismos assentados numa perspectiva empresarial de educação. Ao difundir a ideia de que a escola tem sido local de “doutrinação ideológica de esquerda”, os defensores do Escola Sem Partido, de forma hipócrita e interesseira, militam em favor da ampliação do controle e da precarização do trabalho docente, do desrespeito à autonomia das escolas e dos sujeitos da educação e em favor de todos aqueles que têm lucrado, substancialmente, com esse projeto.

Mas diferente do que pensam os gestores técnicos e os hipócritas da moral, os sujeitos da educação constroem, para além do controle, formas de resistência. Em minhas experiências, como professor da educação básica e do ensino superior, fui construindo um olhar sobre a escola e os sujeitos que me leva hoje a compreender que, frente a toda tentativa de controle e de subordinação, alunos e professores inventam formas criativas de luta. E o fazem porque sabem que os





sentidos da escola se constroem coletivamente, na partilha sincera cotidiana, no diálogo e nos conflitos produzidos na construção da relação educativa. Como sujeitos, não são *tabula rasa* nesse processo. Ocupam as escolas e salas de aulas com suas histórias e trajetórias de vida. Reafirmam o currículo a partir de diferentes pontos de interesse. Não aceitam mais uma visão única de mundo, seja à direita ou à esquerda. Querem escutar e construir a história a partir de outras falas, de outros pontos de vista, de outras geografias. Não aceitam mais o discurso de que a escola é a preparação para a vida e por isso não querem deixar a vida do lado de fora da escola. É a vida que dá sentido à educação. São com seus corpos, desejos, olhares que alunos e professores constroem essa tensa e potencial relação educativa, repleta dos conflitos que estão na essência da educação.

Nesse meu contato com as escolas reais, com os sujeitos da educação na cidade de São Paulo, levo uma experiência que talvez seja um dos exemplos mais evidentes dessa rebeldia-resistência construída pelos alunos e alunas contra a tentativa de controle e pensamento único. Trata-se de uma prática, um quase rito de passagem, que tem ocorrido com uma frequência cada vez maior ao final de cada ano letivo. No último dia de aula, quando cessa o som estrondoso do sinal e os portões da escola se abrem, alunos e alunas rasgam os cadernos e apostilas entregues pelo Estado, transformando a frente da unidade escolar em um misto de Carnaval e Ano Novo, com confete e papel picado. Com isso, deixam claro o que pensam sobre esse projeto de educação que não os respeita, que não produz o diálogo e que não se interessa pelo que eles pensam e fazem.

Em outra escala, ponto dessa rede de luta, a ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas em diferentes estados do país, demonstra a vitalidade e a força dessa resistência. Se num primeiro momento, parece ter pouca relação com os cadernos rasgados, há muito de diálogo nessas ações. Tanto na rebeldia quase ingênua do primeiro ato, como na organização cada vez mais ampla e articulada das ocupações, está em processo a disputa pela escola. Enganam-se



aqueles que pensam que as ocupações fazem a defesa da escola que aí está. Vão muito além: nas ocupações, os estudantes, em suas ações cotidianas, em suas capacidades criativas, reivindicam e criam outras escolas, cansados da precarização das condições materiais, do controle centralizado, da falta de diálogo, do desrespeito. Para além do currículo único com o qual não produzem identidades, têm elaborado suas próprias experiências curriculares, nas quais os conteúdos clássicos dialogam com as suas demandas de vida. A sala de aula padronizada é substituída pelas rodas de conversa. As aulas expositivas dão lugar aos saraus. Os símbolos e signos culturais que permeiam a vida dos estudantes agora são importantes mediações no diálogo com os conteúdos escolares. Os espaços interditados da escola, seja pela violência da grade ou da câmera de vigilância, são *resignificados* e *reapropriados* na elaboração de práticas educativas. E com isso, outra escola surge, buscando romper com a lógica do pensamento único. É, por princípio, uma escola plural, porque surge da pluralidade dos seus sujeitos e das identidades que constroem nessas partilhas de experiências.

Desse modo, todos esses processos (de tentativa de controle e resistência) revelam a intensa disputa sobre o que a educação e a escola devem ser. De um lado estão aqueles que buscam combater a pluralidade da escola, defendendo o pensamento único, a homogeneização das práticas, silenciando as diferentes vozes dos sujeitos da educação. E agem dessa forma almejando ocultar os seus próprios interesses, uma vez que, ao defenderem o pensamento único, apresentando-o como universal, esquecem de dizer se tratar do pensamento do seu próprio grupo. Do outro lado há aqueles que, contra essa tentativa de controle, reinventam a escola e a educação, reafirmando-as como lugares da pluralidade, da partilha, da construção coletiva de práticas, conhecimentos e identidades.

Por isso, em nossa perspectiva, a luta contra o Escola Sem Partido deve ser ampliada, denunciando todas as formas de controle técnico, burocrático e gerencial das práticas educativas presentes





em inúmeras políticas educacionais contemporâneas. É preciso reafirmar a autonomia da escola e dos seus sujeitos, defendendo a pluralidade da educação, o respeito e o reconhecimento da diversidade, fundamento do efetivo diálogo. O Escola Sem Partido, e tudo aquilo que significa, é mais um momento, um ponto na rede de uma ampla tentativa de construção de uma escola do pensamento único e é contra essa tentativa que devemos nos levantar.

Como tempo das possibilidades, a história continua aberta. E para aqueles que insistem em controlar a educação, a escola e os seus sujeitos, fica a resposta dos estudantes: *tentem! Não passarão!* ●



A ESCOLA, O AUTORITARISMO E A EMANCIPAÇÃO

JOANA SALÉM VASCONCELOS

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, atua na Rede Emancipa de Educação Popular e trabalha no Instituto Vladimir Herzog.





A escola que inspirou o sistema brasileiro de educação pública surgiu na Revolução Francesa, como parte essencial do projeto iluminista. Por meio dela, os revolucionários do século XVIII pretendiam combater os privilégios de nascimento de uma aristocracia que era educada por professores exclusivos dentro de seus castelos. A nobreza contratava filósofos, matemáticos, teólogos, músicos e astrofísicos para ensinar seus filhos dentro de suas propriedades, protegidos por altas muralhas, bem longe da realidade desagradável da “gente comum”. A partir de 1789, a rebelião popular contra os privilégios aristocráticos propagou a utopia de uma sociedade de cidadãos livres e iguais. Retirar a educação do âmbito privado familiar e torná-la uma responsabilidade do Estado era condição necessária para a formação desta nova cidadania, desenvolvendo as bases sociais da República.

No século XIX, a escola pública tornou-se um espaço social totalmente novo, no qual os filhos de comerciantes, camponeses, industriais e operários se encontrariam para se tornarem, acima de tudo, integrantes de uma mesma nação. Mas nesse projeto de cidadania havia uma contradição: por um lado, a escola garantia o direito de todos ao conhecimento; por outro, representava um poder discricionário que determinava qual conhecimento era válido e qual não era. A organização espacial de uma sala de aula representa bem essa duplicidade: carteiras idênticas, simetricamente dispostas na forma de plano cartesiano, todas com a vista voltada para um mesmo ângulo. Igualdade e hierarquia; direito ao conhecimento e obediência disciplinada; emancipação circunscrita pelo autoritarismo.

A escola pública brasileira vive hoje uma contradição herdeira desta, agravada pela força da herança escravista. Temos leis que garantem o direito de todos ao conhecimento por meio da escola. Porém nosso sistema educacional público vive um estado de exceção permanente que nos acostumamos, ingenuamente, a chamar de “crise”. Nascida como espaço de encontro entre diferentes classes sociais, no Brasil a escola pública tornou-se o lugar de socialização





dos mais pobres e dos mais negros. As classes médias e altas, predominantemente brancas, retiram seus filhos da *realidade desagradável da gente comum* e os protegem dentro das escolas particulares, nas quais provavelmente encontrarão maridos e esposas.

Essa política de segregação educacional gerou um efeito colateral, contra o qual hoje se revoltam os defensores do projeto autointitulado Escola Sem Partido. Por ser relegada ao papel de depósito de crianças de baixa renda, a escola pública se tornou também um espaço implacável de liberdade, que alguns chamam de descontrole ou indisciplina. Com o fim da ditadura, essa liberdade alcançou também o trabalho dos professores, que puderam desenvolver suas aulas com relativa autonomia sobre os conteúdos, considerando que os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados a partir de 1997, apresentam diretrizes bastante amplas.

Buscando retomar um controle mais detalhado do currículo, em 2008, o governo do Estado de São Paulo, por exemplo, iniciou a política de bonificação para os professores das escolas com melhor desempenho no SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Isso fez com que o salário dos professores fosse atrelado à nota de seus alunos em uma prova elaborada pelo próprio governo. A prova mede parâmetros curriculares homogêneos para todas as escolas do Estado, desconsiderando suas particularidades sociais, culturais e regionais. Desde então, os professores de São Paulo estão vendo sua liberdade de ensinar enquadrada por um currículo imposto, condicionado por uma prova cujos conteúdos sequer foram debatidos com eles¹.

O Escola Sem Partido também busca promover um maior controle do currículo, porém por meio de uma tática mais rudimentar. Formado por partidos e pessoas da “nova direita” brasileira, não

1 Em 2016, a mesma diretriz de bonificação docente está sendo anunciada em âmbito nacional pelo governo de Michel Temer, dentro de um documento intitulado “Travessia Social”, formulado pela Fundação Ulysses Guimarães do PMDB.





possuem entre suas lideranças profissionais da Educação, mas da área Jurídica, o que não impediu que seu Projeto de Lei estivesse repleto de contradições. Por exemplo, em seu primeiro artigo, o PL 867/2015 do deputado federal Izalci (PSDB/DF) – um entre vários PLs assemelhados – estabelece que a educação nacional respeitará o princípio da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. Disso, portanto, se poderia supor que os professores da escola pública, como funcionários de um Estado “neutro”, ensinariam a seus alunos sobre diferentes formas religiosas e variadas correntes de pensamento político, todos apresentados com uma mesma ênfase. Porém, mais adiante o projeto afirma “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, alegando que “se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos”.

Ora, o que significa neutralidade para os partidários do Escola Sem Partido? Para eles, neutralidade é sinônimo do enquadramento do professor aos pensamentos e crenças dos pais dos alunos. Mas como isso seria possível? O que ocorreria, por exemplo, em uma sala de aula com alunos de famílias evangélicas, umbandistas, católicas, espíritas, judias, islâmicas, candomblecistas e ateias? Como o professor deveria abordar o tema da “diversidade religiosa” representada pelos próprios alunos, se um grupo de pais evangélicos considera que as religiões afro-brasileiras são satanistas? Fica evidente que os formuladores do PL não compreendem a realidade diversificada das escolas públicas e seu componente emancipatório, talvez porque estejam excessivamente acostumados com a homogeneidade ideológica e étnica de algumas escolas particulares da classe média.

De qual componente emancipatório falamos? Se os adultos brasileiros reproduzem práticas de intolerância, violência e preconceito, na escola os jovens terão a oportunidade de desconstruir e recons-





truir valores familiares a todo tempo. Na escola, uma diversidade de culturas e ideologias familiares se encontra por intermédio dos seus filhos, o que favorece enormemente a formação de uma sociedade democrática. Cabe aos educadores, sim, promover a diversidade como um valor intrínseco à democracia e não reproduzir particularismos familiares.

Além disso, o que é mais grave, o PL abre o precedente da criminalização de professores que incluam em suas aulas debates sobre a religiosidade afro-brasileira, sobre diversidade de gêneros ou sobre pensamento marxista. A proposta de criminalização por “assédio ideológico” ou “doutrinação marxista” é muito semelhante ao que as ditaduras do Cone Sul chamaram de “terrorismo intelectual”. Nos anos 1960 e 1970, milhares de educadores latino-americanos foram presos e torturados por divulgar as ideias de Paulo Freire, por exemplo. As palavras mudaram, mas a essência é a mesma. Em ambos os casos, trata-se de uma tentativa de disfarçar a incompatibilidade de uma escola tecnocrática e conservadora com aquilo que Paulo Freire definiu como “educação como prática da liberdade”. Com isso, pretendem fortalecer o viés autoritário da instituição escolar e blindar os jovens do contato com o contraditório, isto é, com a teoria social crítica e com o respeito à diversidade.

Os estudantes brasileiros têm e terão professores socialistas, liberais, socialdemocratas e conservadores, pois os professores inexoravelmente têm seus posicionamentos políticos. Mas o Escola Sem Partido trata o estudante como uma tábula rasa, que somente reproduz aquilo que escuta. Subestimam radicalmente a capacidade dos alunos pensarem por conta própria e desenvolverem raciocínios autônomos a partir de suas experiências na escola, na rua e na família. Ao contrário, a *educação como prática de liberdade* de Paulo Freire, tão criticado por ser um ideólogo da “doutrinação marxista”, valoriza tremendamente a necessidade dos jovens e adultos desenvolverem capacidades autônomas de leitura do mundo a partir do contato com a complexidade dos conflitos políticos.





No fim das contas, o Escola Sem Partido quer limitar a Educação Brasileira aos parâmetros privados de cada família, aniquilando o componente emancipatório da escola pública, isto é, o convívio com a diversidade e com a contradição. O projeto que defendem criminaliza a pluralidade e amordaça os professores. Em um país culturalmente diversificado e politicamente efervescente como o Brasil, podemos ter certeza de que a tarefa deles não será fácil. ●

A CRIMINALIZAÇÃO IDEOLÓGICA DOS LIVROS DIDÁTICOS: A QUEM SERVE?

ROBERTO CATELLI JR.

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e coordenador da unidade de Educação de Jovens e Adultos da Ação Educativa.





Entre setembro e outubro de 2007 vários jornais e revistas de grande circulação do país publicaram matérias sobre os livros didáticos brasileiros, em especial os livros de História. A motivação inicial era a suposta ideologia de esquerda presente nessas obras, o que levaria a uma manipulação e até uma possível doutrinação das crianças. E tudo isso feito com dinheiro público, uma vez que a grande maioria dos livros didáticos vendidos no país é originária do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui gratuitamente esses livros para as escolas públicas de todo o país.

Nas matérias publicadas por esses veículos de comunicação, destacam-se manchetes como: “*Boa parte dos livros didáticos apresenta distorções ideológicas. Por que elas existem e como comprometem a educação*” (Revista Época, 22/10/2007), “*Um livro didático bisonho, encharcado de ideologia*” (O Globo, 18/09/2007).

Em todas as chamadas, destaca-se a palavra ideologia com uma forte carga negativa. A presença de um conteúdo de caráter ideológico é vista como problema nessas obras. O que se considera como ideologia nesses textos é a suposta manipulação dos autores para fazer com que os estudantes sejam inoculados com ideias próprias dos partidos de esquerda ou ideologia de esquerda ou ainda socialista, como define a reportagem da revista *Época*.

A ofensiva sobre os livros didáticos ocorridas em 2007 não se explicou somente como a luta contra a ideologia de esquerda presente nos livros didáticos. Estavam presentes também os interesses de grupos editoriais que disputavam o mercado bilionário dos livros didáticos. Matéria da revista *Carta Capital*, com o título “*O pote do ouro do livro didático motiva uma guerra ideológica e comercial*” publicada em outubro de 2007, analisava que a guerra ideológica tinha como fundamento a disputa por um mercado de 560 milhões de reais distribuídos pelo governo às editoras por meio dos programas de distribuição de livros didáticos. O movimento Escola Sem Partido não apareceu como autor dessas críticas aos livros didáticos, ainda que, como veremos adiante, os argumentos sejam da mesma nature-



za. Cabe indagar nos dias atuais, a quem servirá a demonização dos atuais livros didáticos e o que viria em seu lugar.

Passados vários anos, o Escola Sem Partido retomou o debate sobre a ideologia nos livros didáticos. Desde 2014, quando se acirrou a crítica ao governo petista, o movimento ganhou maior espaço e começaram a surgir novas ofensivas em relação aos materiais didáticos. No *site* do Escola Sem Partido há um item específico de análises dos livros didáticos que mostrariam o seu viés ideológico.

É preciso ter claro que, na perspectiva do Escola Sem Partido, ideologia é também considerada como uma forma de manipulação, de enganação, como uma estratégia para colocar ideias nas cabeças dos alunos impedindo-os de pensar livremente. Nessa perspectiva, a ideologia está sempre relacionada com um pensamento de esquerda, ou seja, é um artifício da esquerda para enganar as pessoas e trazê-las para o seu campo. Tal concepção não encontra amparo em qualquer um dos grandes pensadores clássicos de diferentes tendências que se dedicaram a refletir sobre o conceito de ideologia, como Durkheim, Comte, Hegel ou Marx.

Uma das reportagens divulgadas no *site* do movimento Escola Sem Partido refere-se a uma matéria publicada no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, ligado ao grupo GRPCOM que é afiliado à *Rede Globo*. A reportagem “*Lula é herói da economia em livros indicados pelo MEC*”, publicada em 25 de março de 2016¹, período em que a campanha da grande mídia tradicional sobre o governo de Dilma Roussef alcançou os níveis mais elevados, faz referência a vários livros didáticos em que, supostamente, Lula seria indicado como um herói da economia e o governo de Fernando Henrique Cardoso seria colocado em um plano inferior. Em verdade, coloca-se em contraposição o modelo neoliberal do período Fernando Henrique de redução do Estado a um outro modelo que teria ampliado os gastos

1 Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/educacao/lula-e-heroi-da-economia-em-livros-indicados-pelo-mec-btoxv0a0du4g7j6l3di89v513>. Acesso em: 22/09/2016.





em programas sociais. O primeiro vício da matéria é fazer referência a apenas quatro obras, quando o PNLD 2014 aprovou 20 obras para o Ensino Fundamental e o PNLD 2015 aprovou 19 obras para o Ensino Médio. Será que todas elas caminham na mesma direção? Sem contar que ainda existem obras de Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa etc. Confundir a parte com o todo cria, inevitavelmente, um viés para a análise proposta. Além disso, a posição dos autores nos livros, pode, de fato, conter uma opinião, mas isso não quer dizer que sejam doutrinários. Não existe conhecimento histórico, sociológico, filosófico ou de qualquer área de conhecimento que seja neutro ou imparcial. Um livro didático deve incluir textos de diferentes visões para que se promova o diálogo, estratégia essencial para o processo de aprendizagem. Entretanto, promover o diálogo não significa ser isento de opinião. Aliás, se existe uma opinião perigosa é aquela que não se declara, que se mantém latente, podendo aí sim estar em curso uma estratégia de manipulação.

Para exemplificar como a neutralidade não pode ser um pressuposto do trabalho do professor, do cientista e até mesmo do jornalista, vamos fazer referência a alguns exemplos que estão distantes do envolvimento emocional e partidário que o contexto atual suscita.

Um contemporâneo da Revolução Francesa, ao comentar os destinos da educação naquela sociedade afirmou: “A sociedade deve colocar ‘a instrução ao alcance de todos’, graças a um sistema de estabelecimentos escolares organizado pelo Estado, rigorosamente neutro em matéria religiosa, mas ensinando uma moral natural e universal e as virtudes sociais e republicanas, realizando, para além das divergências locais, uma unidade em torno da língua francesa”². Quer dizer, o Estado francês deveria ser neutro em matéria religiosa, mas não em política. Ao propor a neutralidade em matéria religiosa, já deixa também clara sua defesa do laicismo em oposição ao que tinha sido a educação até então, dominada pelo catolicismo.

2 PÉRRONET, M. *Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 191.





Nos anos 1960, surgiram no Brasil os manuais escolares de Educação Moral e Cívica, durante a ditadura militar. Essa se tornou disciplina obrigatória nas escolas e foram escritos vários livros didáticos para suprir a demanda. No livro intitulado “Moral e civismo”, afirmava-se sobre a história brasileira que:

A sociedade brasileira vai se firmando cada vez mais nas grandes fazendas de cana-de-açúcar. Em torno dos engenhos vai tomando corpo a vida social brasileira. A aristocracia rural que daí surgiu foi um fator preponderante da colonização. Prosseguindo nas características históricas do Brasil, encontramos o movimento dos bandeirantes, que foi uma grande aventura de conquista. O heroísmo daqueles bravos dilatou as nossas fronteiras. Um surto de independência já passava pelas colônias espanholas. No Brasil também, a consciência do próprio valor começava a tomar corpo, crescendo cada vez mais. Em 1889, a República inaugura um novo período de nossa história. O amor à liberdade levou-nos a participar de duas Guerras Mundiais que abalaram o mundo.³

Nesse trecho e na obra como um todo, há um forte viés nacionalista, bastante presente naquele momento histórico. Já na capa do livro, estão presentes as cores da bandeira. Queriam mostrar o caráter heroico do povo brasileiro, que luta pela defesa da nação e da liberdade. Esse nacionalismo procurava endeusar o Estado e minimizar os conflitos sociais. A população deveria seguir cabalmente as posições do governo militar sem fazer questionamentos de qualquer ordem. O amor à pátria deveria ser maior do que a crítica. Por isso, o famoso *slogan* governamental “*Brasil. Ame-o ou deixe-o*”.

Já em 1979, em clima de abertura política, o livro de História intitulado *Trabalho Dirigido de História do Brasil* (TDHB), publicado nesse mesmo ano, explicou o golpe militar de 1964 da seguinte forma:

3 MOSCHINI, F.; COSTA, O.; MUSSUMECI, V. *Moral e civismo*, 1. vol. São Paulo: Editora do Brasil, s.d., p. 145-147.





A preocupação aumentou ainda mais quando, a 13 de março de 1964, o Presidente, em um comício realizado junto à E.F. Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se reuniram milhares de trabalhadores, para aumentar seus poderes, anunciou a Revisão da Constituição e assinou decretos da reforma agrária, incorporando empresas etc. Imediatamente a oposição se agigantou em todo o país. Os militares e uma parte da classe dirigente do país, apoiados pelo clamor popular, representado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 31/03/1964, depuseram o presidente. Em 15 de abril de 1964, tomou posse no cargo de presidente o General Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com o que lhe era conferido pelo Ato Institucional nº 1, o presidente cassou os direitos políticos dos elementos que pudessem trazer riscos à normalização de nossa situação política.⁴

Nessa interpretação, o autor considera que o golpe militar veio para normalizar a nossa situação política até então marcada pela desordem. Há um claro apoio ao golpe militar e uma forte crítica aos movimentos sociais que ganhavam espaço durante o governo de João Goulart.

Em uma visão oposta, a obra *História: caminhos do homem*, publicada em 1991, explica o golpe militar de 1964:

Mesmo com plenos poderes, Goulart não conseguiu deter a crescente insatisfação que seu governo despertava em vários setores da sociedade. Inflação, sequência de greves, progressiva oposição interna e externa, tentativa de implantar uma série de reformas de base (reforma bancária, agrária, educacional, por exemplo) levaram a uma articulação dos meios empresariais com os militares, da qual resultou a derrubada de Goulart, em 31 de março de 1964. Os objetivos dos golpes militares era silenciar os movimentos populares na América Latina, eliminar suas principais lideranças, liquidar com a influência dos sindicatos, desmobilizar o campesinato e, dessa maneira, manter intactas as estruturas de dominação das elites.⁵

4 LUCCHI, E. A. *Trabalho Dirigido de História do Brasil* (THDB), 2º grau. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 231-232.

5 MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História: caminhos do homem*. Belo Horizonte: Lê, 1991, p. 87 e 113.





Aqui, seguindo uma orientação mais próxima do marxismo, a luta de classes é invocada e os empresários que articulam o golpe tem como objetivo desmobilizar e silenciar os movimentos sociais.

Não se pode considerar que algum desses autores esteja errado, trata-se de diferentes concepções políticas. O autor do livro *TDHB* deixa claro que a ordem social deveria ser defendida, enquanto os autores da obra *História: caminhos do homem* valorizam os movimentos sociais e os colocam em evidência.

Até mesmo o artigo aqui mencionado publicado no jornal *A Gazeta do Povo*, não deixa de incluir seu posicionamento político e algumas de suas convicções. Ao analisar os livros didáticos de História, critica a posição contrária de um dos livros em relação às privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, e afirma, citando o economista carioca Mauro Rochlin, um especialista, que segundo o jornal, considerava que as privatizações foram bem-sucedidas. Entretanto, sabemos que esta versão pode ser contestada por outros especialistas. O economista Mochlin, em outra entrevista afirma, de maneira exagerada, que a presidente Dilma tinha conseguido o PIB mais medíocre da história do país e que o balanço de seus governos era de um fracasso total⁶. Não é difícil constatar que o economista é ferrenho opositor à linha adotada pelos governos petistas e que sua análise econômica está imbuída de preferências políticas e de uma certa visão de sociedade. Ou seja, a matéria do jornal *Gazeta do Povo* escolheu “técnicos” para atestar o suposto conteúdo ideológico dos livros didáticos tendo como referência intelectuais que eram opositores daquela proposta de governo. Não seria o caso de ter consultado também outros economistas que têm outras posições? Não é difícil encontrá-los.

Creio que uma obra didática não pode ser mesmo doutrinária, ou seja, ela não pode fazer propaganda política, partidária ou criar

6 Disponível em: <www.dn.pt/mundo/interior/dilma-conseguiu-o-pib-mais-mediocre-da-historia-economica-do-brasil-5175832.html>. Acesso em: 22/09/2016.





artifícios para induzir alguém a se filiar a determinada corrente de pensamento. No entanto, não é possível exigir que as obras sejam isentas de opinião, pois nem mesmo as matérias jornalísticas são. As obras didáticas devem sim apresentar diversas visões de mundo e correntes de pensamento, devem ser plurais quanto possível, mas isso também não garante isenção. O discurso da isenção acaba sendo sempre uma forma de encobrir um pensamento que está subjacente e enraizado na obra.

No caso do Escola Sem Partido é evidente que o problema, em realidade, não é a isenção nem a pluralidade, mas sim a condenação de qualquer forma de pensamento que possa se relacionar com uma visão tida como esquerdizante, que é, por natureza, manipuladora, na concepção dos integrantes do grupo. O Escola Sem Partido tem o claro propósito de contribuir para que alguns princípios defendidos por autores considerados de esquerda sejam de alguma forma criminalizados e tidos como material ideológico que atenta contra crianças e jovens. Não há, no debate proposto pelo grupo, qualquer discussão sobre metodologias de ensino-aprendizagem, nem são retomadas as avaliações das obras realizadas no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O que se faz apenas é pinçar frases aqui e acolá de um ou outro livro com o propósito de mostrar como os livros são ideologizados. Uma análise séria, com critérios pedagógicos, exigiria muito mais do que isso. Creio mesmo que essa análise seja necessária, pois já se vão mais de vinte anos de PNLD e realmente se torna necessário avaliar essa política pública para saber em que medida os recursos públicos utilizados estão sendo, de fato, um benefício para a Educação Brasileira. Isso, entretanto, é um desafio muito maior, que vai muito além da busca aleatória em alguns livros didáticos de frases ou trechos que poderiam estar “fazendo a cabeça” dos estudantes, como dizem integrantes do movimento.

Por fim, cabe perguntar, retomando o debate de 2007, a quem serve a desqualificação dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD? Entre 2014 e 2016 foram gastos 1,2 bilhões de reais por ano na com-





pra de livros didáticos pelo governo federal. São cifras que enchem os olhos de políticos e empresários. Não é por acaso que empresas estadunidenses, espanholas, inglesas e investidores individuais de várias partes do mundo vieram para o Brasil abocanhar esse mercado. Quem são os interessados, nesse novo contexto, na desqualificação do PNLD, alimentando críticas como essas encetadas pelo Escola Sem Partido?

O movimento Escola Sem Partido defende que a escola deve instruir e que educar caberia apenas à família. Nesse sentido, cabe à escola apenas informar e fazer com que o aluno conheça os conteúdos das disciplinas em uma perspectiva mais técnica. Como o professor não pode emitir opinião, supõe-se, então, que os conteúdos devem estar organizados com uma narrativa específica que evite polêmica em uma lógica bem mais instrucional. E, por fim, se a escola deve instruir e não educar, para que ela deve formar os estudantes? Não sendo para formar cidadãos, pode ser para formar para o mercado de trabalho. Pode-se definir que os materiais didáticos devem ter caráter instrucional, tecnicista e voltado para a formação para o mercado de trabalho. Assim sendo, de fato, a proposta do PNLD hoje não caminha nessa direção, pois os editais sempre insistem na produção de obras que valorizem a formação para a cidadania, para o convívio com a diversidade e pluralidade social.

Assim como ocorreu em 2007, creio que, por trás da crítica aos livros ideologizados, exista também uma disputa por projetos de sociedade e por recursos públicos a serem distribuídos para agentes privados que vão colocar em prática determinadas propostas de organização da educação. O resultado disso veremos em breve. Aguarde! Não vai demorar muito! ●





O ÓDIO AOS PROFESSORES

FERNANDO PENNA

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense.





“Professor tem que ensinar português e matemática, se passar das matérias relevantes deve ser espancado ou processado.”

Este foi um comentário de incitação ao ódio contra professores feito por um defensor do Escola Sem Partido em uma página do *Facebook*. Como sabemos, as redes sociais estão cheias de pessoas que se escondem por trás do anonimato e da distância física para vomitar ódio e preconceito impunemente e nenhum grupo pode ser diretamente culpado pelas ações dessas pessoas. No entanto, argumentarei neste texto que algumas representações – dos professores, das escolas e de referências teóricas do campo educacional – estimulam essa onda de ódio contra professores e professoras. As representações que analisarei são difundidas nos seguintes espaços: o *site* e a página do *Facebook* do Escola Sem Partido, no perfil público de seu criador e organizador, Miguel Nagib, e na página dos “Professores a favor do Escola Sem Partido” na mesma rede social.

A minha proposta é, inicialmente, listar alguns procedimentos discursivos utilizados pelo Escola Sem Partido e seus seguidores, para depois analisar textos e imagens que utilizam esses procedimentos de maneira a criar um ambiente de ódio em relação aos professores e deixá-los com medo de fazer o seu trabalho de acordo com seu saber profissional. Nem todas as imagens estão reproduzidas aqui, porém foram analisadas e podem ser encontradas no *link* indicado.

Destaco dois procedimentos discursivos intrinsecamente articulados e utilizados nesse ataque aos professores. Um primeiro procedimento é a utilização de termos que não possuem uma definição precisa, de maneira que uma ampla gama de casos possa ser enquadrada usando essas expressões. Cito, como exemplo, os termos: “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”. Em todos os casos, termos cunhados para desqualificar uma prática deturpando a sua concepção original. O segundo procedi-



mento, diretamente associado ao primeiro, é desqualificar os professores (especialmente aqueles que se opõem ao projeto), a escola e algumas das referências teóricas utilizadas no campo da educação. Essa desqualificação não se dá por meio de uma argumentação racional, mas através de ataques pessoais e imagens que representam o professor, a escola e seus pensadores como ameaças à crianças inocentes, citando casos particulares considerados assustadores e insinuando que uma parcela significativa dos professores age da mesma maneira, mesmo que não tenham nenhum dado estatístico para apoiar essa generalização indevida. O primeiro e o segundo procedimentos se articulam: o uso de termos que não têm uma definição precisa para indicar uma ameaça abstrata que coloca em suspeição todos os professores e todo o sistema escolar.

Começo minha análise por um texto compartilhado no *site* do Escola Sem Partido – o discurso proferido pelo prof. Dr. Bráulio Porto, em uma audiência pública sobre o tema da doutrinação na Câmara dos Deputados. Transcrevo a definição do termo ideologia à qual o professor afirma ter chegado depois de trinta anos de trabalho sobre o tema: “Um discurso ficcional e simplista que se apresenta como verdade a ser assegurada em última instância pelo controle total do poder governamental” (p. 3). O prof. Bráulio propõe essa definição para concluir que o “paulo-freirianismo é profundamente ideológico no sentido da definição por mim proposta anteriormente”. Notem bem que ele não falou em Paulo Freire, mas em “paulo-freirianismo”. Isso porque ele se negou a discutir algumas questões por falta de tempo: “se Paulo Freire era, ele próprio, paulo-freireano, ele era. Mas isso nos levaria a discutir uma questão análoga à relação entre Marx e o marxismo (que recusou a paternidade do marxismo... e do filho que teve com a empregada doméstica dele). E nem se Paulo Freire e os paulo-freireanos são aquilo que Lenin chamou de ‘idiotas úteis’ da causa comunista” (p. 4-6).

Esse é o nível das discussões divulgadas pelo Escola Sem Partido: desqualificando o trabalho complexo de pensadores importantes





através do recurso não da crítica, mas da calúnia e da difamação de cunho pessoal.



Manifestação contra o governo de Dilma Roussef, Brasília, 15 mar. 2015. Fotografia de Maira Street.

E qual é a grande conclusão à qual chega Bráulio?

“Parece-me, portanto, que a doutrinação político-ideológica em nossas escolas é um problema muito real em nosso país. Eu diria até, por razões que ficarão mais claras adiante, que o cartaz que causou tremenda indignação nas redes sociais ao conter os dizeres “Chega de doutrinação marxista! Basta de Paulo Freire!” expressa um dos diagnósticos mais lúcidos da crise política que o país está vivendo neste momento” (p. 7).

Paulo Freire e Karl Marx seriam os responsáveis pela crise? Apenas indiretamente, porque a causa do “problema da doutrinação” seriam os cursos de formação de professores, especialmente a pedagogia.

O ataque a alguns dos principais referenciais para pensar a educação escolar, no entanto, não para por aí. Uma imagem compartilhada no perfil público do criador do Escola Sem Partido, mostrando um suposto vampiro em um caixão, vem acompanhada do comentário: “Conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados.”¹

1 Disponível em: <www.facebook.com/search/top/?q=conde%20gramsci>. Acesso em: 23/09/2016.





Alguns argumentariam que imagens como essas seriam comuns nas redes sociais, mas insisto que imagens como essas estimulam o ódio contra os professores e referências teóricas legítimas no campo de pesquisa educacional. A analogia baseada na similitude de relação entre o professor e seus alunos e entre o vampiro e suas vítimas é utilizada corriqueiramente pela organização em questão. A página do Escola Sem Partido no *Facebook* adota a estratégia de divulgar eventos que se propõem a discutir o Projeto de Lei 867/2015 e, ao fazer isso com um evento organizado pela ANPUH-RJ e seu GT de Ensino de História e Educação, usou os seguintes dizeres: “Professores de história da ANPUH reivindicam autonomia para vampirizar os alunos”. Ao divulgar o quadro como a lista dos “deveres do professor” (criado pela própria organização e a ser fixado em todas as salas de aula de acordo com o PL 867/2015), registrou, com uma imagem similar à reproduzida acima: “A afixação desse cartaz nas salas de aula – como prevê o PL Escola Sem Partido – terá o efeito de uma estaca de madeira cravada no coração da estratégia gramsciana que vampiriza os estudantes brasileiros há mais de 30 anos”.

Um dado assustador: esse ano completamos trinta anos do final da ditadura.

As imagens do professor e da escola/universidade como o agente e o espaço da corrupção de menores inocentes vão se multiplicando nas páginas de defesa do Escola Sem Partido.

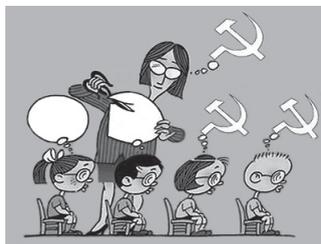
Em uma das imagens, alunos estão em uma esteira rolante e entram numa espécie de máquina com o símbolo do PT, com o pensamento “vou estudar, trabalhar, ralar e vencer na vida por mérito próprio” e saem com o pensamento “quero minha bolsa militante, quero minha cota, é culpa da elite branca retrógrada, fora meritocracia”.²

² Disponível em: <contraoescolasempartidoblog.files.wordpress.com/2016/06/print9.png?>. Acesso em: 08/10/2016.





Imagens como essa fazem a campanha de ódio dirigida ao Partido dos Trabalhadores, aos professores e às escolas/universidades. As universidades, controladas pelo PT, estariam praticando *bullying* ideológico contra os alunos universitários e transformando-os em militantes com camisas do Che Guevara. É interessante notar que a principal mudança, que ocorreria nessa suposição, é que os alunos antes de passarem pela universidade acreditariam na meritocracia e gostariam de trabalhar no futuro e depois de entrarem na universidade passariam a combater a meritocracia e teriam perdido o seu amor pelo trabalho, que seria substituído pela dependência de políticas de ação afirmativa e cunho social. Poderia render uma ampla análise sobre a defesa da meritocracia e o ataque às políticas de ação afirmativa, mas vou destacar a imagem da universidade como o espaço de corrupção da inocência das crianças. A escola representada como um espaço terrível de corrupção dos inocentes. E quem são os agentes desta corrupção? Os professores. Analisarei duas representações dos professores, a primeira remete às ameaças da “luta de classes” e aos “movimentos sociais” e a segunda, à dita “ideologia de gênero”.



A imagem aparece em vários *sites* em diferentes versões em defesa do Programa Escola Sem Partido, mostrando o professor “moldando a cabeça do aluno”. Em nenhuma delas é indicado um autor da imagem. Disponível em: <<http://oseias46a.blogspot.com.br/2016/07/o-ataque-cirurgico-do-escola-sem-partido.html>>. Acesso em: 23/09/2016.

A professora vestida de vermelho tem, como único pensamento, a imagem da foice e do martelo, símbolo do comunismo. Seus alunos imóveis parecem hipnotizados, enquanto a professora corta seus pensamentos para que eles assumam a mesma forma que o seu. De novo: alunos inocentes manipulados e corrompidos por uma professora que impõe seu pensamento através da manipulação.





Mas, na minha opinião, a imagem mais chocante de todas é a que tem relação com o termo “ideologia de gênero”. Este termo foi criado por grupos que tentam desqualificar e, até mesmo, demonizar o trabalho com a questão de gênero nas salas de aula. A meta, em grande parte já alcançada, é criar um termo que remeta a medos difusos de que as crianças aprenderiam a ser gays e lésbicas em sala de aula e que os professores estariam tentando destruir a família tradicional.

Uma mulher, com seus cabelos presos, usa os seguintes adereços: pulseiras, um pentagrama tatuado no braço (referência comum ao satanismo), uma estrela vermelha na camisa (a única coisa colorida e uma referência, de novo, ao PT) e um símbolo que parece o do anarquismo. Tanto nessa imagem como na anterior os olhos das professoras não aparecem, ocultos pelos seus óculos, reforçando a sua desumanização. Na camisa desta mulher está escrito “escola pública”, ou seja, ela representa a professora da escola pública. Essa professora segura uma criança mais baixa do que ela, que presumivelmente é um dos seus alunos. Na camisa da criança está escrito “jovem inocente” e ela tem seus olhos arregalados e corpo relaxado, como se estivesse hipnotizado ou paralisado, e sua cabeça está aberta, sem o seu topo. A professora então vomita dentro da cabeça da criança uma substância, sobre a qual está escrito “lixo”. Ao lado do desenho, uma fala que parece ser da professora: “Religião é para pessoas estúpidas... tudo o que você precisa é de sexo, sexo, sexo...”³. A interpretação da imagem é muito direta, agressiva e vil para que precisemos analisá-la em detalhe. Estes movimentos afirmam que a “ideologia de gênero” teria como meta incentivar os alunos a abandonar a religião e incentivá-los a fazer sexo. Discutir gênero em sala de aula não é isso. É problematizar a violência doméstica. É trazer para a sala de aula a representação de famílias de diferentes configurações. É permitir que as

3 Disponível em: <<http://oseias46a.blogspot.com.br/2016/07/o-ataque-cirurgico-do-escola-sem-partido.html>>. Acesso em: 23/09/2016.





pessoas de diferentes orientações sexuais se percebam representadas, e não silenciadas, no conhecimento produzido nas escolas. A estratégia aqui, como nos outros casos, é utilizar alguns casos particulares, onde a questão pode ter sido mal conduzida por um professor, para proibir a discussão de toda uma temática central ao entendimento da realidade na qual estamos inseridos.

Os procedimentos discursivos descritos no início deste texto são repetidos nos casos analisados. Sempre usando termos com definições imprecisas que podem englobar todos os focos de ódio e medo, como “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”. Repito, termos cunhados especificamente para desqualificar determinadas práticas e questões de debate. Não existem defensores da “ideologia de gênero”. Existem educadores que não se negam a discutir a complexa realidade dos alunos, que é permeada também pelas relações de gênero. Os professores, as escolas e referenciais teóricos importantes para os campos educacionais são atacados não através da argumentação racional, mas de representações no qual aparecem como monstros ou vampiros que abusam e corrompem crianças inocentes, tentando transformá-los em militantes ou degenerados sexuais que só pensam em sexo.

Convido todos a combaterem com veemência estas representações e as organizações que as têm difundido. Os professores são educadores que prezam pela pluralidade de ideias e não se negam a discutir todas as questões que permeiam a realidade dos alunos. Nosso objetivo é capacitá-los para compreender a sociedade em que vivem e atuar sobre ela.* ●

* Versão modificada do texto publicado em <liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/>. Acesso em: 22/09/2016.



JOVENS, ESCOLA DEMOCRÁTICA E PROPOSTA DO “ESCOLA SEM PARTIDO”

MARIA VIRGINIA DE FREITAS

Mestre em Educação pela USP, autora de publicações relativas ao tema da juventude e coordenadora da área de Juventude da Ação Educativa.

Os alunos dificilmente abaixam a cabeça para os professores, eu acho bem difícil um professor chegar numa sala de terceiro ano e falar, é assim e ponto, não existe. Quem fez o Projeto de Lei Escola Sem Partido nunca entrou numa sala de aula.

Aluno do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



O programa Escola Sem Partido (ESP) apresenta propostas para os ensinos Fundamental e Médio, sem fazer qualquer tipo de distinção entre níveis de ensino com características bastante diferentes. Ao fazer isso, vai na contramão dos avanços na compreensão de que as políticas educacionais precisam partir do reconhecimento das especificidades de cada ciclo de vida. Ao ignorar que o Ensino Médio se constitui como educação de jovens, termina por impedir que essa escola realmente atenda suas demandas e necessidades.

O Ensino Médio vem registrando no Brasil baixos níveis de desempenho e elevados índices de não matrícula, reprovação e evasão.

Em um contexto de ampliação do acesso à educação, a escola de Ensino Médio, especialmente a pública, passa a receber jovens dos setores populares, que até então pouco se faziam presentes nesse espaço. Esses jovens trazem novas questões e demandas, que a escola tem dificuldade não só de atender, mas também de compreender, e torna-se pouco atrativa para boa parcela desses jovens, o que gera altos índices de reprovação e abandono.

A reconstrução de um sentido para o Ensino Médio passa, necessariamente, pela compreensão de que se trata de uma educação de jovens. As diretrizes para a construção dessa resposta devem estar em consonância com aquelas definidas para o conjunto das políticas públicas de juventude ao longo dos últimos anos.

Desde o final do século passado, diversas forças sociais, entre as quais grupos e organizações juvenis, organizações da sociedade civil, organismos multilaterais e universidades, vêm indicando a especificidade da condição juvenil e demandando políticas que reconheçam tal especificidade. Afinal, jovens são diferentes de crianças. Somente com sua participação se torna possível a existência de políticas que efetivamente respondam as suas demandas e necessidades e, dessa forma, se constituam em políticas significativas.

Em 2013, depois de 10 anos de tramitação, envolvendo um conjunto de audiências públicas, debates e conferências, foi aprovado o Estatuto da Juventude, consolidando os resultados de um processo





de diálogo liderado de um lado por parlamentares e de outro pelo Conjuve – Conselho Nacional de Juventude.

Reconhecendo os desafios enfrentados pelos jovens na sociedade contemporânea e as demandas expressas por esses sujeitos, o Estatuto define os princípios que regem as políticas públicas de juventude, destinadas às pessoas de 15 a 29 anos. O primeiro deles é a “promoção da autonomia e emancipação dos jovens”. Nesse sentido, a dimensão de proteção – que é central no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas insuficiente para abarcar os desafios de ser jovem – é complementada no Estatuto da Juventude por essa dimensão emancipatória, que deve ser promovida de acordo com as características específicas desses sujeitos.

O segundo princípio, e tão importante quanto o primeiro, é a “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”. As políticas dirigidas a jovens só serão capazes de atender suas demandas e necessidades se forem construídas, implementadas e avaliadas com a participação desses sujeitos.

E no tema aqui em questão, vale lembrar que a esse princípio se somam também diversas normativas que instituem a gestão democrática da Educação.

Todo esse acúmulo histórico é ignorado, senão combatido, pelo ESP. Em lugar da promoção da autonomia encontramos a tutela sobre os e as jovens.

O ESP propõe que seja obrigatória a afixação, em todas as salas de aula das escolas de Ensino Fundamental e Médio, de um conjunto de “deveres do professor”, afirmando que seu *único* objetivo “é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por eles”¹.

1 Disponível em: <www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 23/09/2016.





A leitura dos “deveres” e materiais do *site* revela uma imagem de alunos indefesos, que se tornariam presas fáceis dos “professores doutrinadores” uma vez que, sendo obrigados a frequentar as aulas, se constituem numa “audiência cativa”. O programa viria então para defendê-los.

É importante observar, no entanto, que a demanda dessa dita proteção não partiu dos estudantes – antes pelo contrário. O fundador do movimento, Miguel Nagib, relata que a ideia do programa surgiu da insatisfação com a atitude de um professor da escola de sua filha, a quem escreveu uma carta. Em seguida, distribuiu a carta na escola e a resposta que obteve não foi a esperada: “(foi) um bafafá e a direção me chamou, falou que não era nada daquilo que tinha acontecido. Recebi mensagens de estudantes me xingando. Fizeram passeata em apoio ao professor e nenhum pai me ligou”².

O ESP não contou com a participação de estudantes na sua origem, e depois de criado continuou a provocar reações contrárias. Na cidade de São Paulo, no mês de agosto de 2016, os jornais noticiaram a realização de ao menos três protestos estudantis³.

Na verdade, há na iniciativa uma grande ênfase no poder dos pais. Não por acaso há no *site* uma seção intitulada “Defenda Seu Filho”, que tem como um de seus pontos centrais a afirmação de que o poder dos pais sobre a educação moral de seus filhos tem precedência sobre o poder da escola.

Por certo que podem existir atitudes inadequadas por parte de professores, bem como por parte de outros profissionais da escola. Porém, ao invés de investir em processos de diálogo, onde todos

2 Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em: 23/09/2016.

3 Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1802103-estudantes-protestam-contrascola-sem-partido-em-colegio-de-sp.shtml>; <www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/08/pm-reprime-ato-de-estudantes-contrascola-sem-partido-no-centro-de-sp-7958.html>; <istoe.com.br/alunos-protestam-contrascola-sem-partido-na-alesp/>. Acessos em: 23/09/2016.



os segmentos da comunidade escolar sejam ouvidos e construam coletivamente as saídas para os problemas identificados, o ESP propõe o denunciamento, criminalizando os educadores que manifestem visões divergentes das instituídas. Como se pode ler na reportagem de Andrea Dip, publicada pela *Pública*⁴ – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, nos estados e municípios em que a lei proposta pelo ESP foi aprovada, instaura-se a censura e proliferam sindicâncias contra professores.

A escola deixa de ser um espaço de promoção da valorização e respeito à pluralidade de ideias, presente também entre os/as jovens, fomentando posturas preconceituosas, e contrariando o princípio do “respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude”, também afirmada pelo Estatuto da Juventude.

O argumento da necessidade de “defesa dos jovens”, a ser feita pelos pais, assenta-se numa falácia. Primeiramente, os jovens não são *tabula rasa*, na qual os professores simplesmente inscrevem suas verdades. Quem já deu aula sabe que eles não aceitam tudo passivamente, que é comum questionarem informações, explicações e opiniões – quando não “fazem de conta” que concordam.

Os jovens trazem consigo suas experiências, seus saberes, seus valores, suas crenças, interagindo com o saber escolar de múltiplas formas, em função inclusive de sua maior ou menor adesão à cultura escolar. E essa interação envolve sempre, também, os outros jovens que estão na mesma sala, ou na mesma escola, e o conjunto de seus professores. A sala de aula é um encontro de múltiplos sujeitos, múltiplos saberes e opiniões. As aprendizagens se dão nesse contexto. O professor, mesmo se quiser, não detém esse poder sobre os jovens. Além de ser óbvia a heterogeneidade que caracteriza o corpo docente.

A vivência juvenil não se restringe à família e escola. Eles estão no mundo por diferentes formas, inclusive trabalhando, e refletem

4 Disponível em: <apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>; <www.escolasempartido.org/movimento-estudantil?start=3>. Acessos em: 23/09/2016.





sobre o mundo a partir de suas múltiplas experiências. Além do rádio e TV, os jovens têm contato com uma ampla variedade de informações, conceitos e valores por diferentes meios de comunicação, com destaque para as redes sociais.

O ESP não reconhece nos jovens qualquer capacidade de autonomia – especialmente quando eles e elas ousam ser insubmissos. Em seu *site*, as iniciativas de organização dos jovens no âmbito do movimento estudantil são classificadas como “impostura”, como meros reflexos “dos partidos de esquerda, que dos bastidores o controlam há décadas, como o operador do brinquedinho ao lado”⁵. A promoção do papel ativo dos estudantes na defesa de seus direitos, afirmado pelo ESP, resume-se, na verdade, ao papel de denúncia de seus professores; em outras palavras, ao papel de dedo-duro.

Uma das grandes preocupações do ESP é banir da escola a abordagem de questões de gênero e sexualidade, como se pode perceber pela leitura do vasto conteúdo disponibilizado no *site*. Ao fazer isso, caminha no sentido contrário do Estatuto da Juventude, que reconhece aos jovens o direito à diversidade e à igualdade, e atribui ao poder público a responsabilidade de inclusão de informações sobre discriminações e direitos na sociedade brasileira e de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças nos conteúdos curriculares.

As relações de gênero e a dimensão da sexualidade costumam provocar grande interesse por parte dos e das jovens, além de angústias e sofrimentos. Se a escola não aborda tais assuntos, a quem os jovens recorrerão? A escola vai abrir mão de cumprir seu papel educativo? A fala da estudante Maria Kamila da Silva Santos, de 18 anos, aluna do 3º ano na Escola Estadual Moreira e Silva, em

5 Disponível em: <www.escolasempartido.org/movimento-estudantil?start=3>. Acesso em: 23/09/2016.





Maceió, entrevistada por Andrea Dip⁶, dá uma dimensão do que isso pode significar para os e as jovens:

(então) a gente acaba meio que tendo mais dúvidas, tendo que amadurecer por conta própria, sem pessoas ali para nos orientar. Sou totalmente contra o projeto porque dentro de sala de aula a gente não pode mais tirar nossas dúvidas.

A censura aos professores implica a negação do direito à educação aos estudantes jovens.

Ao criar mecanismos de controle e punição sobre práticas pedagógicas e reforçar a figura da autoridade familiar, a proposta cria mais obstáculos para que se possa reformular o espaço da escola a partir do diálogo aberto com os/as jovens, por meio de experiências inovadoras e, assim, dar um novo sentido para essa etapa de ensino, mais conectada com a tarefa da promoção de autonomia – considerando aí os desafios reais enfrentados pela juventude.* ●

6 Disponível em: <apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>; <www.elespectador.com/noticias/educacion/los-interrogantes-suscita-construccion-de-un-nuevo-enem-articulo-650104>. Acessos em: 23/09/2016.

* Texto elaborado com a colaboração de Bárbara Lopes, Gabriel Di Pierro Siqueira e Luis Felipe Serrao.





Vejo uma névoa de intolerância no discurso dos defensores de um projeto que se intitula Escola Sem Partido, que vem a quebrar a função mais essencial do meu ofício que vai além do ensinar, para proporcionar uma leitura do mundo. Seus defensores, que se colocam como paladinos do país, usam um discurso de que esse projeto é indispensável para garantir a liberdade de ensinar, sendo uma imensa contradição que garante um instrumento para a cultura do silêncio, para a censura, para o controle e opressão, violência e inferiorização da classe docente e dos demais indivíduos envolvidos com a educação, travestida em um discurso de democracia.

Não é uma escola sem partido, mas o fim do debate de ideias diferentes e da construção do conhecimento. Uma proposta de um partido único, absoluto e detentor da verdade, que nada mais é que negar as visões de mundo, saberes, tolerância, liberdade e justiça.

Um projeto que pretende eliminar o que é diferente, que coloca em risco um processo histórico de luta e o quanto já se conquistou diante de temas como gênero, etnia, desigualdades, entre outros que debatem as situações de conflito às quais são submetidos nossos educandos e nós educadores, e que merecem refletir sobre suas realidades como parte do processo de transformação.

Marco Alexandre Nonato Cavalcanti é professor nas redes de ensino de Santo André e São Bernardo do Campo.



O ESP SOB O OLHAR DA JUVENTUDE

DENISE ELOY

Jornalista da Ação Educativa, especialista em Educomunicação: Comunicação, Mídias e Educação. Tem experiência em políticas públicas de juventude, comunicação e direitos humanos.

JULIANE CINTRA

Coordenadora de Comunicação da Ação Educativa, especialista em mídias digitais. Tem experiência em comunicação e direitos humanos, atuando com ciberativismo e relações étnico-raciais.





Quem fez o projeto de lei *Escola Sem Partido* nunca entrou numa sala de aula, se entrou, foi em 1964 e de lá pra cá, pelo amor... As risadas foram imediatas. Para Gustavo, 17 anos, tudo isso é muito absurdo. *Até que gostaria de ter aula sobre o comunismo, mas qual é o professor que fala sobre isso?*, emenda.

A ideia, aqui, é pensar nesse inusitado conjunto de normas (na verdade, *Sem Sentido*) para combater professores doutrinadores, que numa escola laboratório qualquer manipulam mentes e corações de jovens cobaias. Assim seguiu o tom dessa roda de conversa¹, entre piadas e indignação – muita indignação – o espanto era geral.

Estavam presentes pouco mais de 10 jovens de escolas da rede pública e privada de ensino dos mais diferentes cantos da cidade de São Paulo. Encontrar uma só unidade escolar que encarnasse o modelo stalinista de formação era impossível, chegava a ser inacreditável.

A fábula parlamentar ganhou força e inflamou velhos e desgastados discursos após o processo de mobilização juvenil que culminou na ocupação das escolas estaduais. De merenda a computadores escondidos, prédios aos pedaços e autoritarismo aos montes, o cotidiano de arbitrariedades nas escolas públicas do país foi duramente revelado.

Resumindo: *eles ficaram com muito medo do que a gente é capaz, muito medo*, repete Thaila, 17 anos. *É isso* – complementa Jhenifer B., 17 anos – *quem estuda e aprende de verdade acaba derrubando quem está lá em cima. Isso ninguém quer. Eles querem mão de obra técnica, querem a gente naquela máquina fazendo o mesmo movimento, não querem que você mexa aqui*, encerra com um sorriso desconfiado, olhando para todos ao seu redor, apontando o indicador à cabeça.

A cumplicidade é geral. O sentimento que a luta política gerou não dá espaço para sequer cogitar retrocessos e permite sonhar com

1 A roda de conversa com os estudantes foi realizada na sede da Ação Educativa em 15 de setembro de 2016.





um ideal comum mesmo em geografias supostamente opostas, mesmo com trajetórias sem expectativas mirabolantes.

O ponto de partida é a realidade, não aquela traduzida por índices governamentais, mas aquela eufórica, narrada pelos vencedores, atores principais da história.

Tipo assim, com uma aula de Sociologia por semana, a gente meio que já vive numa escola sem partido. Risadas. A aula de humanas sempre cai na sexta-feira à noite, incrível coincidência – comenta Levi, 18 anos.

A ausência de conexão com a realidade e a impossibilidade de implementação das propostas do Escola Sem Partido ficam nítidas quando o mergulho se torna ainda mais profundo na realidade escolar deflagrada pelos jovens.

Por exemplo, ao tratar do abuso da liberdade de ensinar, o programa Escola Sem Partido oferece instrumentos de denúncia aos familiares que identificarem em disciplina obrigatória, algum conteúdo que possa estar em conflito com suas convicções morais e religiosas.

Para parte dos adolescentes essa determinação é no mínimo descabida, afinal debates como os de gênero e sexualidade estão em construção, despontam como terrenos de muitas rupturas e quebras de paradigmas em suas famílias.

Um deles destaca que seu pai bradava a plenos pulmões não admitir três atitudes: ser homossexual, cometer qualquer delito e consumir drogas. Indignado, ele indaga sobre a possibilidade concreta dessa concepção de mundo poder de fato incidir sobre conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

A construção de um processo educativo que promova direitos e uma formação cidadã é uma das preocupações centrais dos jovens. *Não faz sentido um professor chegar na periferia para dar aula e não conhecer a realidade do entorno da escola e tão pouco levar isso em consideração ao pensar em como transmitir uma informação ou conteúdo da matéria,* comenta Aniely. Hoje, no Ensino Técnico, a





jovem alerta como uma educação ‘castradora’ pode prejudicar toda a sociedade.

Que há uma defasagem gigante quando falamos da educação na periferia, não há novidades. Mas quando você pensa lá no aluno branco, classe média, da escola técnica, como é que fica? Se você estudar um pouquinho de história do Brasil, consegue entender que os negros não estão na periferia porque eles querem, que ser pobre não é uma escolha ou resultado de você não ter trabalhado o suficiente. Então, como você chega e fala isso para esses alunos? Vão me denunciar porque estou doutrinando todo mundo na sala?, conclui.

Casos de silenciamento e perseguição aos docentes são recorrentes. Muitos deles durante a ocupação não puderam manifestar apoio aos estudantes ou denunciar condições precárias de trabalho. *Um dia desses chegou o kit do Estado, recebemos cadernos, lápis e o professor começou a elogiar o governo estadual durante a entrega. Eu só olhei pra cara dele. Na hora, ele foi negando dizendo que não estava elogiando o governador. Ai o professor que é mais progressista, que te ajudou na ocupação, levando um dinheiro pra comprar arroz, por exemplo, esse vai ser expulso da escola? É muito complicado porque o que existe na sala de aula é espaço para o conservadorismo, resalta Levi.*

Para Juliana, 17 anos, o projeto Escola Sem Partido é muito mal formulado, deixa ‘muitas pontas soltas’ sobre regulamentação. De diagnosticar um discurso doutrinador a punir supostos professores infratores, nada disso seria viável em sua opinião.

Vamos lá, um aluno chega numa sala, vamos supor que o professor está fazendo um discurso partidário esquerdista. Decide denunciar. Qual vai ser o procedimento? Vai falar com quem? Com a Secretaria de Educação? Com todas as defasagens que ela apresenta, você acha que vai ter como encaminhar mais essa demanda? O que é doutrinação? Qual vai ser a punição do professor?, questiona.

Pautado em uma falsa ideia de neutralidade – ela existe?, na realidade, o que os estudantes almejam é a diversidade. Essa sim é





capaz de trazer vozes plurais, opiniões e vivências distintas, pavimentando o caminho para o diálogo, a troca de ideias, pontos de vista divergentes, portanto colaborando para que a escola cumpra seu papel formativo na vida da juventude. *A escola é um espaço para o aluno ter contato com a diferença, principalmente a escola pública, que é onde percebemos isso melhor. Na escola pública você consegue ter um contato maior com a diversidade, diversidade no âmbito geral*, Juliana não hesita.

Nós não precisamos de limitação, precisamos de ampliação

Na conversa, raros foram os momentos em que citamos leis ou referenciamos formalmente o conteúdo de nossas falas a uma concepção teórica, mas os/as jovens presentes, em cada sílaba de suas opiniões, compreendiam o mundo a partir de seus direitos e de suas trajetórias.

Posicionar-se nesse vasto mundo é uma tarefa árdua, requer certezas, mas também dúvidas. Vontade de viver. Lutar por seus direitos e fazer da escola um espaço mais democrático e significativo demanda coragem.

Nessa toada, lembre-se que entender adolescentes e jovens enquanto sujeito de direitos passa pela compreensão de sua autonomia, protagonismo e voz e pela percepção da juventude como um grupo com características e necessidades específicas. Ser jovem não é um *vir a ser*, e sim uma existência complexa, com nuances e vivências próprias.

Essa concepção e olhar sobre a juventude é recente e um dos marcos fundamentais no Brasil passou pela aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), promulgado em 5 de agosto de 2013.

Fruto da luta e da articulação da sociedade civil e de movimentos sociais, a Lei versou sobre os direitos e as políticas públicas de juventude, regidas por princípios como promoção da autonomia e





emancipação dos jovens, da participação social e política, da experimentação e desenvolvimento integral, do respeito à identidade e diversidade individual e coletiva e pela valorização do diálogo.

No entanto, o Escola Sem Partido segue na contramão desse amadurecimento em torno da juventude e reforça erroneamente concepções rasas acerca dos estudantes, colocando-os em um lugar passivo e incapaz de emitir e discernir opiniões sobre o mundo. *Quando você lê o projeto [Escola Sem Partido] parece que não existe aluno. É como meu professor fala, parece que nesse projeto o aluno é um papel em branco e ele não tem autonomia nenhuma, não tem nada, o que é mentira.* Jhenifer B. sabe que suas vivências prévias constroem sua história e que a escola precisa dialogar com isso.

Uma das ideias centrais verbalizadas pelos jovens, de diferentes maneiras, é a importância da participação estudantil no processo formativo, na construção da escola e da educação. *Acho que a gente está em um momento que sentimos essa necessidade de querer se impor e não tem como ser de outro jeito se não for reivindicando nossos direitos, como aconteceu na ocupação, como acontece no bairro, sei lá, quando o posto não está funcionando,* opina Jheniffer G., 20 anos.

As juventudes mandam sinais diretos: além de ocupações, construção de coletivos (culturais, feministas, entre outros), exigência de grêmios escolares, a demanda é por uma gestão democrática de fato, que assegure a participação dos diferentes sujeitos. *Aquela escola ficou muito mais bonita quando o grêmio entrou,* Gustavo é categórico. ●





A ESCOLA QUE QUEREMOS

Uma escola capaz de trabalhar com a concepção de direitos e cidadania. Como diz Gustavo, *os direitos são iguais, minha cidadania é igual a de uma criança ou a de um adulto*. Uma escola pautada pela diversidade.

- *Se eu não tivesse tido contato com as pessoas que passam pelas mesmas coisas que eu, não ia conseguir me desconstruir, ser feliz, criar a minha vida, seguir o meu caminho, declara Aniely.*
- *Mas o medo deles é esse, que você se desconstrua e que seja feliz do jeito que realmente é. Querem nos deixar sempre lá na carteira com a caixinha aberta, recebendo as informações que nos passam. E se você questionar..., emenda Jheniffer G.*
- *Uma escola livre, sem silenciamento. Afinal, precisamos nos reformular, já temos carências na escola pública, não precisamos de limitação, precisamos de ampliação, finaliza Gustavo.*



GÊNERO E LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO

TONI REIS

Pós-doutor em Educação e secretário de Educação da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

No projeto de lei, eles proíbem falar sobre sexualidade, eu já passei por diversas discussões em sala, ou até com colegas de sala no Facebook que não sabiam a diferença entre machista, feminista e falam coisas exageradas, coisas que eles não sabem, não sabem o que é uma trans, não sabem o que é um gay, um bissexual, eles confundem tudo. E como que a gente faz, como que a gente não ensina isso, sendo que é necessário pra pessoa não se perder, pra pessoa ter mais informação? Nós precisamos disso, é a questão do cidadão.

Aluno do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



Desde os debates sobre o Projeto de Lei que, depois de aprovado, transformou-se no Plano Nacional de Educação (PNE), vem havendo um recrudescimento de uma vertente de um fenômeno já existente caracterizado por conservadorismo, reacionarismo, intolerância, fascismo e fundamentalismo em relação à abordagem de questões de gênero e diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino. O mesmo também ocorre em outros países da América Latina, como a Colômbia, por exemplo¹.

Quem expressa essas atitudes alega que existe um complô internacional que quer implantar a “ideologia de gênero” nas escolas e que tal “ideologia” tem como tese que:

nós nascemos com um sexo biológico definido (homem ou mulher), mas, além dele, existiria o sexo psicológico ou o gênero, que poderia ser construído livremente pela sociedade na qual o indivíduo está inserido. Ou seja, não existiria mais uma mulher ou um homem naturais, mas, ao contrário, o ser humano nasceria sexualmente neutro, psiquicamente falando, e seria constituído socialmente homem ou mulher. As consequências, sabemos, são o incentivo ao homossexualismo, a mistura de sexos, o uso de banheiros femininos pelos homens e vice-versa, a promiscuidade, o matrimônio gay etc.²

Ainda, segundo quem segue essa linha de pensamento, as consequências da “ideologia de gênero” também incluiriam a perversão sexual das crianças e a destruição da família tradicional.³

Os posicionamentos radicais sobre “ideologia de gênero” são apenas uma das facetas de um cenário conservador que vem ganhando espaço na sociedade brasileira, com manifestações como a “Marcha das famílias contra o comunismo” e outras pedindo “os militares no-

1 Disponível em: <www.elespectador.com/noticias/educacion/los-interrogantes-suscita-construccion-de-un-nuevo-enem-articulo-650104>. Acesso em: 23/09/2016.

2 Disponível em: <refletindo7.blogspot.com.br/2015/05/mensagem-urgente-aos-sacerdotes-e.html>. Acesso em: 23/09/2016.

3 Disponível em: <apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 23/09/2016.





vamente no poder”, sem falar do reflexo dessa conjuntura no Congresso Nacional, a exemplo da “Bancada BBB” – *Bala, Bíblia e Boi*, ou seja, parlamentares ligados à indústria de armas, militares, religiões e interesses econômicos, com pouco ou nenhum comprometimento com as pautas sociais, inclusive a educação pública de qualidade.

Surge também neste cenário um movimento que almeja impedir o que denomina “doutrinação ideológica” nos estabelecimentos de ensino. No Brasil vai pelo nome de “Escola Sem Partido”. Embora este movimento tenha surgido em 2004, veio a ganhar força principalmente a partir do debate acerca de “ideologia de gênero” e diversidade sexual ocorrido sobre os Planos de Educação, sobretudo em 2014 e 2015, passando a contar com o apoio de políticos de extrema direita ou de convicções religiosas fundamentalistas.

Segundo divulga em seu *site* na internet, para o Escola Sem Partido, a “doutrinação ideológica” de estudantes na sala de aula por parte de professores/as incluiria a promoção de suas próprias convicções e/ou interesses religiosos, morais, políticos e partidários, devendo a escola ser um espaço neutro.

Não obstante, o Projeto de Lei do Senado nº 193/2016 – “Programa Escola Sem Partido”, “inspirado na luta do Movimento Escola Sem Partido” e apresentado pelo senador Magno Malta (PR/ES), conhecido por suas convicções religiosas evangélicas, vai mais além dessas questões e inclui também a vedação da “ideologia de gênero”.

Exemplos não faltam da maneira como o Escola Sem Partido, e de outros afins que pegaram carona com a iniciativa, vêm intimidando profissionais da educação com ameaças de criminalização. No *site* do movimento há um modelo de notificação extrajudicial que adverte que medidas serão tomadas para reparar os “danos que Vossa Senhoria porventura vier a causar, no exercício de suas funções se praticar a doutrinação ideológica acima referida”⁴. Outros movimentos veiculam modelo de notificação extrajudicial pareci-

4 Disponível em: <escolasempartido.org/deveres-do-professor>. Acesso em: 23/09/2016.





da, diferenciada quase que unicamente pela referência ao ensino de “ideologia de gênero”⁵ no lugar dos exemplos de doutrinação ideológica definidos pelo Escola Sem Partido.

Há Planos Municipais de Educação cuja redação aprovada na forma de lei veda “a adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’” (Lei Municipal nº 3468, de 23 de junho de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Paranaguá e dá outras providências), enquanto outras leis ameaçam de exoneração o(a) profissional de educação que faça “distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo orientações sobre a diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino da rede pública” (Lei Municipal nº 1624, de 16 de maio de 2016. Fica instituído no domínio do Município de Primavera do Leste – MT). Ademais, o Estado de Alagoas aprovou a Lei do Programa “Escola Livre”, o qual:

veda a prática, em todo o estado, de doutrinação política e ideológica e quaisquer condutas por parte do corpo docente ou da administração escolar que imponham ou induzam aos alunos opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas.⁶

O principal argumento utilizado pelos defensores do Escola Sem Partido e afins para justificar seu posicionamento é a garantia constitucional da liberdade de consciência e de crença, assegurada pelo inciso VI do artigo 5º da Carta Magna, no sentido de que o(a) estudante não é obrigado(a) a ser exposto(a) na sala de aula à ideologias contrárias às suas crenças pessoais (ou às dos seus responsáveis legais).

No entanto, a Constituição Federal também é clara quanto à liberdade de cátedra dos(as) professores(as), estabelecendo entre os princípios da educação “a *liberdade* de aprender, *ensinar*, pesquisar

5 Disponível em: <www.puggina.org/fique-sabendo/proteja-seus-filhos-da-ideologia-de-genero/208>. Acesso em: 23/09/2016.

6 Disponível em: <www.al.al.leg.br/leis/legislacao-estadual>. Acesso em: 23/09/2016.





e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas...”. (Constituição do Brasil de 1988, art. 206, incisos II e III, grifos nossos).

Por que as Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 e o Plano Nacional de Educação 2014-2024, em sua redação original sobre a superação das desigualdades educacionais e todas as formas de discriminação, deram ênfase inclusive à promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual na educação?

Desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o Brasil vem ratificando tratados e acordos internacionais no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos voltados para a eliminação das desigualdades entre os gêneros, inclusive na educação (UNICEF, 1979; UNESCO, 2001; OEA, 1994; UNFPA, 1995, entre outros), sendo que mais recentemente foram estabelecidos os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* para serem alcançados até 2030. O item 5 do Objetivo 4 prevê a eliminação das “disparidades de gênero na educação”, enquanto o Objetivo 5 deseja “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”⁷. Nos últimos anos, estas mesmas instâncias também vêm aprovando Resoluções que reconhecem a orientação sexual e a identidade de gênero como direitos humanos a serem respeitados (OEA, 2008; ONU, 2008; UNITED NATIONS, 2012). Esses esforços para promover a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual são o que as forças reacionárias supracitadas denominam, de forma deturpada e falaciosa, “ideologia de gênero”⁸.

No entanto, os esforços das instâncias internacionais nesta área têm forte justificativa. Tomando o exemplo do Brasil, segundo o *Relatório da Violência*, entre 1980 e 2013, foram assassinadas 106.093 mulheres no país, sendo 4.762 apenas em 2013 (último ano abran-

7 Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/20150819-CGDES-ODS-port.pdf>. Acesso em: 23/09/2016.

8 SCALA, J. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. 2. ed. Trad. Lyège Carvalho. São Paulo: Katechesis, 2015.





gido pelo Relatório)⁹. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, apenas em 2012 houve 9.982 denúncias de violações dos direitos humanos e pelo menos 310 homicídios de pessoas LGBT¹⁰, sendo este um cenário que se repete todos os anos. Pesquisa nacional sobre as experiências de estudantes LGBT nos ambientes educacionais, em 2015, revelou que 73% foram agredidos(as) verbalmente (*bullying*) na escola, 36% foram agredidos(as) fisicamente na escola e 60% se sentiam inseguros(as) na escola no último ano por serem LGBT¹¹.

Como resposta em potencial, o Brasil já possui marcos normativos que endossam e regulamentam os tratados e acordos internacionais ratificados pelo país, além de respaldarem as práticas educacionais voltadas para a Educação em Direitos Humanos, a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual, tendo em vista a magnitude da situação-problema exposta, ainda que brevemente, no parágrafo anterior.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos afirmam que:

(...) todas as pessoas, independente do seu *sexo*; origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; *orientação sexual*; *identidade de gênero*, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática.¹²

9 Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 23/09/2016.

10 Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 23/09/2016.

11 ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

12 Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23/09/2016.





Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabelecem que o projeto político-pedagógico do Ensino Médio deve considerar:

XV – valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas.¹³

De modo parecido, o Estatuto da Juventude estipula a necessidade da abordagem na formação dos profissionais de educação, entre outros, de temas que incluem orientação sexual e gênero¹⁴, e as diretrizes do próprio Plano Nacional de Educação determinam a “superação das desigualdades educacionais” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade...”¹⁵, contemplando assim, também, a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual na educação.

Em suma, os/as profissionais de educação não devem se deixar ser intimados(as) pelas maquinações dos adeptos do Escola Sem Partido e do movimento contra a “ideologia de gênero”. O direito à liberdade de cátedra está garantido pela lei maior do país, a Constituição Federal, e as tentativas de ofuscá-lo nada mais são que inconstitucionais. Nas palavras da procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, ao se referir ao Projeto de Lei do Senado que propõe a criação do Programa Escola sem Partido:

O projeto subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços público e privado, impede o pluralismo de ideias e de

13 Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pecp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23/09/2016.

14 Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 23/09/2016.

15 Idem.





concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88¹⁶.

A proposta do Escola Sem Partido e de outros movimentos e proposições legislativas afins é nociva para o alcance dos objetivos da Educação estipulados pela Constituição Federal, quais sejam o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (Constituição do Brasil de 1988, art. 205). Entre outros males, a proposta banaliza os problemas da educação, impede a formação cidadã, inibe o desenvolvimento do conhecimento científico e nega os saberes do estudante, além de também inibir a socialização¹⁷, que permitiria conhecer e respeitar o outro. Ela perpetua a escola reprodutora das desigualdades na sociedade¹⁸ e mantém a função conservadora da escola que reflete e reproduz as injustiças da sociedade¹⁹.

Não se pode ignorar fenômenos como o Escola Sem Partido, mas também não se pode valorizá-los. Deve-se continuar firme na defesa da escola como força inovadora, com educação pública de qualidade, igualitária, crítica, emancipatória, com equidade de gênero e promoção da cultura da paz. ●

16 Disponível em: <pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>. Acesso em: 23/09/2016.

17 DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

18 BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

19 FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.



NO CHÃO DA ESCOLA: CONVERSANDO COM FAMÍLIAS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE O ESCOLA SEM PARTIDO

DENISE CARREIRA

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e coordenadora-adjunta da Ação Educativa. Feminista, foi coordenadora da Campanha Nacional de Educação e Relatora Nacional de Educação da Plataforma DHESCA Brasil.

Em muitas casas, o filho, mesmo sem querer, aprende a ser preconceituoso, machista, acaba que, vai se tornar no futuro um homofóbico. Então às vezes a escola é um espaço pra ele ter contato com a diferença, principalmente na escola pública, que é onde você consegue ter um contato maior com a diversidade.

Aluna do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo



Em várias escolas do país, muita gente ainda não ouviu falar das propostas do movimento Escola Sem Partido. Em outras, há pessoas que as defendem e há pessoas que as questionam de forma firme. E, principalmente, há muita gente confusa: afinal, o que está em jogo? O que tudo isso tem a ver com nossas vidas? Tenho que tomar uma posição?

Pensando nessas questões, e com a intenção de estimular rodas de conversa nas escolas, famílias e comunidades, este texto é dedicado, especialmente, às mães, aos pais, às avós e avôs, às tias e aos tios e aos demais familiares e responsáveis por estudantes. E também às/aos profissionais de educação do país: professoras, diretoras, merendeiras, vigias e outras educadoras e educadores que trabalham nas escolas. Pessoas que são tão importantes e atuam em casa ou na escola para que mais de cinquenta milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos frequentem diariamente as escolas públicas brasileiras. É um esforço gigantesco em um país tão desigual como o Brasil e não se pode esquecer: a maioria dessas pessoas, que faz “a roda da educação girar”, é constituída por mulheres.

As mulheres representam mais de 80% das profissionais da educação básica e, nas famílias, em nossa sociedade, ainda são as principais responsáveis pelo cuidado de tudo: das crianças aos idosos, além do trabalho realizado dentro e fora de casa.

É fundamental reconhecer que como resultado da atuação dos movimentos sociais de mulheres nas últimas décadas, muita coisa vem mudando – atualmente, apesar de todos os desafios, as mulheres têm mais direitos que suas mães, avós ou bisavós e cada vez mais, homens começam a assumir o cuidado (da casa, da família, da comunidade) como uma responsabilidade que deve ser compartilhada e que nos faz mais humanos. É importante observar que, em várias escolas, cresce aos poucos o número de homens que passam a frequentar as reuniões com as famílias.

Apesar disso tudo, há muito chão pela frente para que tenhamos uma sociedade mais igualitária para todas as pessoas. E ainda é bom destacar: as mudanças sociais em prol dessa maior igualdade não





agradam todo mundo. O ESP tem a ver com isso. Ele representa um movimento contrário à expansão de direitos na escola pública e na sociedade, contrário a maior igualdade prevista na Constituição Cidadã de 1988, a lei máxima do Brasil.

O ESP é um movimento que se utiliza de desinformação, da ignorância e do preconceito para estimular o medo e o pânico nas famílias, nas escolas e na sociedade, para incentivar perseguições. Por isso, é necessário discuti-lo, desvendá-lo. Vamos abordar seis pontos sobre ele.

Quem defende uma “escola com partido”?

Uma das desinformações propagadas aos quatro ventos pelo Escola Sem Partido é que há movimentos no Brasil que defendem que a escola pública esteja vinculada a um determinado partido político.

Não existe nenhum movimento social de educação que defenda isso, algo terminantemente proibido pela Constituição Brasileira e pela legislação educacional. Pelo contrário, a Constituição fixa que a educação é um direito de todos e dever do Estado e estabelece em seu artigo 206 que a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas esteja sempre na base da educação.

Na verdade, são as propostas do ESP que constituem um ataque a esse princípio da pluralidade de ideias na educação, já que defendem a aprovação de leis que proíbem que as escolas discutam questões fundamentais para a promoção da igualdade na sociedade brasileira. Questões como as que tratam das discriminações e violências sofridas pelas mulheres, da violência contra a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros), do extermínio de jovens negros por forças policiais, entre outros assuntos que se referem às desigualdades de gênero, raça, sexualidade e a outras questões de direitos humanos.

Então, por que o ESP defende essas posições? Porque ele é composto por grupos e pessoas que são contrárias ao enfrentamento das





profundas desigualdades no Brasil. São contrários ao cumprimento da Constituição Brasileira e da legislação educacional no país. São contrários à noção de que a educação de qualidade é um direito humano de todas as pessoas e não somente de uma parcela da sociedade.

Por que é tão ameaçadora uma escola que questione as desigualdades?

Apesar das melhorias na distribuição de renda nas últimas décadas, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo: 3,6% das famílias mais ricas do país detêm quase 40% de toda a riqueza nacional. O 1% mais rico da população recebe por mês cem vezes mais do que os 10% mais pobres da população.

Essas desigualdades são resultado da ação humana, algo construído socialmente ao longo da história do país, por isso essa realidade somente pode ser transformada pela ação dos próprios seres humanos.

Muitos de nós somos educadas e educados para acreditar que tamanha desigualdade é algo natural, quase um destino, resultado de uma “ordem divina”, uma “sina”, ou mesmo “culpa” daqueles que não souberam se esforçar o bastante para melhorar de vida.

Se pararmos para pensar na nossa vida e dos nossos conhecidos, independente do esforço pessoal, sabemos que, conforme a família ou a região que se nasce, teremos mais chance ou menos chance de ter uma vida mais digna.

Há uma verdadeira “loteria social” que faz com que, uma criança, pelo simples fato de nascer em uma família indígena ou negra, tenha muito mais chance de morrer no primeiro ano de vida do que uma criança branca. Se ela nascer menina, terá muito mais chance de sofrer violência doméstica e de receber quando adulta um salário mais de metade inferior ao de um homem na mesma função. Se essa menina, então, for negra, poderá receber um terço do salário de um homem branco. E se a criança nascer um menino negro, quando jo-





vem, terá duas vezes mais chance de morrer assassinado do que um jovem branco. E se ela nascer em uma comunidade de baixa renda, sem saneamento básico, tem mais chances de ter uma vida mais curta do que uma criança que nasça em uma família de classe média.

A educação também é marcada por essas mesmas desigualdades: as crianças, adolescentes e jovens negros são os mais excluídos das escolas; as crianças do campo têm mais chances de estar fora da escola do que as crianças das cidades, assim como as crianças com deficiências; as escolas localizadas em regiões mais pobres na maior parte das vezes são aquelas que oferecem uma educação de pior qualidade; muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos de famílias de baixa renda que sonham em ser médicas(os), engenheiras(os), cientistas, advogadas(os) ou qualquer outra profissão valorizada socialmente enfrentam muito mais barreiras e desafios para concretizarem seus sonhos do que as pessoas que nasçam em famílias de classes média e alta. E por que as coisas têm que ser assim?

Para que um país seja mais justo socialmente, é necessário que o Estado seja firme em promover ações que enfrentem essas desigualdades por meio de políticas públicas.

Além de possibilitar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade valorizando o conhecimento das comunidades, de estimular o desenvolvimento de habilidades como a leitura, a escrita, a capacidade de cálculo, fundamentais para o exercício da cidadania, uma das funções primordiais de uma educação de qualidade é promover uma formação crítica e criativa. Uma formação que possibilite que todos os estudantes possam compreender os mecanismos que geram essas desigualdades e contribuir para o desenvolvimento de ações coletivas para superá-las. Uma educação que questione a grande tolerância da sociedade brasileira para com as desigualdades, que estimule os estudantes a conhecerem seus direitos e a perguntarem o porquê das coisas serem do jeito que são.

O ESP defende que a escola não trate dessas questões. Mais do que isso, entende que as escolas devem ser proibidas de discutir





o “porquê” dessa ordem desigual, devem ser proibidas de estimular seus estudantes a refletirem criticamente sobre a realidade para transformá-la. Dessa forma, alimenta a ideia que a função da escola pública é silenciar sobre os conflitos sociais, estimular a acomodação e o individualismo e responder somente às demandas de um mercado de trabalho que não oferece empregos dignos para todo mundo.

Discutir política é algo ruim?

O ESP propaga a ideia de que a política é algo ruim para a sociedade. Mas o que é a política? Entendemos a política como um jeito de buscar coletivamente soluções para problemas e desafios que afetam as comunidades e sociedades. Para exercer melhor a política precisamos expressar nossas opiniões, aprender a ouvir as opiniões dos outros, dialogar, conhecer a realidade para além das aparências e preconceitos, pesquisar o porquê das coisas, negociar soluções em prol do interesse público.

A política se refere ao poder de decidir as coisas importantes na sociedade. Se acreditamos que a política é coisa ruim, como defende o ESP, deixamos de participar das decisões que afetam nossas famílias e nossas comunidades. Se não participamos, alguém vai tomar essas decisões por nós, ou seja, deixamos que a política fique nas mãos de alguns poucos. O ESP defende que as decisões continuem sendo tomadas por aqueles setores da sociedade que ao longo de séculos de história brasileira decidiram sem a participação da população e em prol dos seus próprios interesses. Setores contrários à ampliação da igualdade no Brasil.

A política não é somente exercida por meio de governos, partidos, entidades empresariais, associações, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil. Ela também é exercida no conselho escolar, no grêmio estudantil, nas associações de mães, pais e mestres, nos coletivos juvenis e de cultura, nos grupos de fu-





tebol e em vários outros espaços do cotidiano da vida, no dia a dia das pessoas. Ela está presente o tempo todo na nossa vida, inclusive na forma como nos relacionamos no lugar de trabalho, nas comunidades e nas famílias, nas ruas e nas casas, com as pessoas ao nosso redor, sejam elas pessoas desconhecidas, amigos(as) ou pessoas das nossas famílias.

O “Escola Sem Partido” defende os interesses das famílias?

O movimento ESP afirma defender os interesses da família brasileira. Mas qual família é essa? O movimento reconhece somente como legítima a chamada família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, a partir de um relação formal de matrimônio.

Porém, a realidade brasileira é caracterizada por muitos outros tipos de arranjos familiares: famílias que contam somente com a mãe ou o pai e filhos; famílias ampliadas compostas por vários núcleos familiares – muito comuns entre famílias negras; famílias recompostas por novas uniões conjugais; famílias lideradas pelas avós e avôs; famílias de casais homossexuais; famílias que se desenvolveram por meio de vínculos de adoção ou de amizade etc. Observa-se também que as mulheres cada vez mais ocupam novos lugares na sociedade brasileira, sendo cerca de 40% das famílias brasileiras chefiadas por elas.

Diante de tudo isso, o ESP questiona as transformações da família, em especial, afirma que a maior igualdade entre mulheres e homens e o reconhecimento dos direitos da população LGBT constituem ameaças às famílias brasileiras. Propaga preconceitos e desqualifica essa pluralidade de formas de família, considerando-as como “famílias desestruturadas”.

Mas, afinal, o que faz um grupo de pessoas ser uma família? A capacidade de prover afeto, proteção e segurança para seus integrantes, como prevê legalmente a Constituição Federal (1988) e o





Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Essa capacidade pode estar ou não estar presente, como revela os números de casos de violência doméstica no Brasil, em qualquer tipo de família: das famílias tradicionais aos diversos arranjos familiares.

Essa defesa da família tradicional pelo ESP também tem base na ligação desse movimento com os chamados grupos religiosos fundamentalistas. Apesar de afirmar ser um movimento laico, ou seja, não vinculado a nenhuma religião, muitos dos integrantes do ESP integram esses grupos. E o que é o fundamentalismo religioso?

Ser religioso não é ser fundamentalista!

Em nome de determinadas religiões, em muitas escolas públicas brasileiras, a intolerância, o preconceito, a ignorância e o ódio estão sendo propagados por aquelas pessoas que acreditam que somente sua religião contém a verdade sobre a vida e deve ser imposta a toda a sociedade. Essa situação tem gerado muito sofrimento, discriminações, violências e exclusão escolar.

No mundo todo, o fundamentalismo religioso é um fenômeno presente em diversas confissões religiosas. Com base na leitura literal dos livros sagrados, os fundamentalistas acreditam estar acima da lei, colocando-se como guardiões de valores e princípios tradicionais da sociedade, sendo contrários às transformações da família, em especial, à maior igualdade entre mulheres e homens e ao reconhecimento dos direitos da população LGBT.

Defendem que suas filhas e filhos não conheçam outras visões de mundo para além daquelas presentes nas famílias, o que compromete o desenvolvimento de uma formação crítica e criativa das crianças e adolescentes para que possam se relacionar com o mundo, tarefa prioritária da educação, prevista na Constituição Federal.

Para os fundamentalistas, a maior igualdade nas famílias, o respeito à diversidade sexual e o reconhecimento de outras religiosidades – como as afro-brasileiras – constituem uma ameaça à sociedade. Em





diversos países, o fundamentalismo religioso tem estimulado violências, guerras, segregação, racismo e a fragilização da democracia.

Em todo o mundo, muitas instituições religiosas e não religiosas têm se unido em defesa da laicidade nas escolas e políticas públicas e contra a ação desses grupos fundamentalistas, afirmando que eles propagam o ódio e o preconceito, negando o amor, a solidariedade e o respeito à vida. Ser religioso é diferente de ser fundamentalista!

A laicidade do Estado é um princípio que prevê que as instituições e políticas públicas não podem estar submissas a nenhuma das religiões. Nas sociedades democráticas, a laicidade do Estado é considerada condição fundamental para a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas e, em especial, do direito humano à liberdade religiosa e o de não professar nenhuma religião. Por isso, um Estado laico é aquele que está a serviço da garantia dos direitos previstos na Constituição e nas leis construídas democraticamente em um país.

Nesse sentido, é necessário lembrar que as/os profissionais de educação e as/os gestores escolares e educacionais das escolas públicas, independente da religião que professam, são servidores públicos, que devem estar comprometidos em primeiro lugar com a garantia do direito humano à educação de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam as escolas.

Muitas lideranças religiosas fundamentalistas têm estimulado que famílias e profissionais de educação utilizem as escolas públicas como espaços de conversão de novos adeptos e atuem pela proibição da abordagem de determinados conteúdos que tratem da maior igualdade entre as pessoas, entre elas as questões de gênero, raça e diversidade sexual.

A escola pública brasileira não pode ser dominada por grupos fundamentalistas. Por isso, independente do vínculo religioso, é urgente que estudantes, famílias, profissionais de educação e sociedade em geral somem forças para que a escola pública não seja espaço de intolerância religiosa, ignorância, preconceito, racismo e





violência e diga não a todos os fundamentalistas, muitos dos quais integram o movimento ESP.

Financiamento: as condições para a conquista de uma educação de qualidade

O ESP também tem se articulado aos setores do governo federal, do Congresso Nacional e do poder econômico do país que defendem que se diminuam os recursos a serem investidos nas políticas sociais, em especial, na saúde e na educação pública.

Entre outras medidas, esses grupos têm atuado pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 241, que acaba com a vinculação obrigatória de recursos para educação e saúde públicas e inviabiliza o aumento de financiamento educacional necessário para a implementação das metas do Plano Nacional de Educação, lei 13.005 aprovada em junho de 2014, após um grande debate público e participação popular.

A aprovação dessas medidas representaria um imenso retrocesso, ainda mais considerando que os recursos atualmente disponíveis para a educação pública são insuficientes para garantir um padrão de qualidade educacional que cumpra o previsto na legislação e enfrentar as profundas desigualdades educacionais presentes no país.

E o que consideramos qualidade em educação? A noção de qualidade é sempre algo construído e negociado em cada sociedade, mas há vários componentes que constituem consensos na sociedade brasileira, contando com base legal, e que tem forte impacto no financiamento educacional. Entre eles, uma escola de qualidade deve contar:

- com profissionais de educação valorizadas(os), que recebam salários dignos, formação adequada e tenham condições de trabalho, inclusive em equipe, podendo se dedicar somente a uma escola, em vez de ter que trabalhar em várias delas;





- com menos crianças/estudantes por turma, possibilitando uma abordagem mais individualizada;
- com infraestrutura, equipamentos e materiais adequados;
- com articulação com as políticas de saúde, assistência social, justiça e com organizações da comunidade, concretizando a rede de proteção dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude;
- que tenha como base a gestão democrática, apostando na relação com os estudantes, com as famílias – em sua diversidade – e com as comunidades do entorno da escola;
- que enfrente desigualdades educacionais e discriminações, racismos e violências presentes no ambiente escolar, promovendo uma cultura democrática.

Esses componentes constituem o chamado Custo Aluno Qualidade (CAQ). Previsto na legislação educacional e, especificamente, no Plano Nacional de Educação, aprovado em junho de 2014, o CAQ significa o valor por aluno necessário para que o Brasil dê um salto de qualidade na educação pública. Com a PEC 241 e outras medidas propostas no Congresso Nacional, seria inviabilizado a concretização do CAQ, em especial, do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), um primeiro passo rumo ao financiamento que viabilizaria a educação de qualidade para todos, almejada no país.

Dessa forma, é necessário explicitar que o ESP se articula a um movimento mais amplo, contrário aos avanços da igualdade no Brasil conquistados nas últimas décadas. Nesse sentido é importante, que as famílias e as/os profissionais de educação – independente de seus vínculos políticos e religiosos – debatam abertamente essas questões e se posicionem contra os retrocessos e em defesa de uma escola pública que garanta efetivamente o direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas. ●





O ensino é centralizado na questão da Europa, tudo é na Europa. E África? África não tem. Só tem três palavras: colonizada, escravizada e pobre. Precisa diversificar um pouco essa questão da educação, do mundo em geral, tanto do passado como o que está acontecendo agora, as marcas, as cicatrizes, as marcas que deixaram na África.

Aluna do Ensino Médio da rede pública de São Paulo



REEDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS E ESP

ANA LUCIA SILVA SOUZA

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Campinas, professora da Universidade Federal da Bahia e vice-coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Letras.

EDNÉIA GONÇALVES

Socióloga pós-graduada em Educação pela PUC-SP. Atua na formulação de propostas e formação de professores e gestores educacionais. É assessora das unidades de Educação de Jovens e Adultos e Diversidade, Raça e Participação da Ação Educativa.





A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pela Lei 10.639¹ de 2003, que instituiu o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio de todo o país é parte de um longo processo de afirmação da necessidade do Estado posicionar-se diante do racismo que estrutura e está presente na sociedade brasileira, e especificamente na educação. Fruto de um longo debate com diversos setores, em especial movimentos negros, engajados no esforço por uma sociedade mais justa e igualitária, a mesma premissa é adotada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, instituída pela Resolução nº 1 de 2004 do CNE.²

Esse importante marco legal trouxe para o centro do debate na educação e para a sociedade brasileira como um todo a reflexão crítica sobre o respeito às diferenças e a necessidade de romper com conhecimentos pautados apenas no eurocentrismo.

Tendo em vista a extensão do papel social da Escola, o enfrentamento do racismo no sistema educacional deve conjugar políticas públicas abrangentes que repercutam em todas as dimensões da vida social, mas também geradoras de ações que modifiquem positivamente a vida das pessoas e o conjunto de relações presentes no ambiente escolar e fora dele. E isso somente se faz com debate, troca de ideias e exercícios de criticidade.

Romper a barreira do silêncio em torno do racismo na escola é o ponto de partida que propomos para refletir de forma conse-

1 Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras e da Educação Relações Raciais em toda a educação básica (pública e privada). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos art. 26-A e 79-B. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera e inclui no currículo oficial a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil.

2 Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileiras e africanas.) Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 6/2002 que regulamenta a alteração trazida à LDB pela Lei nº 10.639/2003.





quente sobre as conexões entre as relações raciais contemporâneas e a construção de uma educação que juridicamente está vigente em nosso país.

Situamos o movimento Escola Sem Partido (ESP), entre as iniciativas que, camufladas pelos discursos em defesa de uma noção de família, da manutenção dos “bons costumes” e do cumprimento da lei, propagam, entre outros aspectos, análises distorcidas a respeito da história e cultura africana e afro-brasileira buscando adensar o preconceito racial e a intolerância religiosa. Bem conhecemos os efeitos de discursos de tal natureza e por isso vimos crescer nos últimos anos denúncias bastante graves que mostram a ação de grupos, ligados, principalmente, a movimentos neopentecostais, de incitação ao vandalismo contra espaços de culto e violência contra adeptos de religiões de matriz africana em todo Brasil. Por exemplo, dados compilados pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR) mostram que mais de 70% de 1.014 casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado entre 2012 e 2015 são contra praticantes de religiões de matriz africana.³

Lamentavelmente as posturas racistas e discriminatórias também estão nas escolas e têm sido protagonizadas tanto internamente por gestores e professores que deliberadamente ignoram ou excluem conteúdos referentes a cultura africana e afro-brasileira em currículos e planos de ensino, como externamente, com pressão de familiares e lideranças religiosas ou simpatizantes do ESP que ameaçam professores e gestores comprometidos com o cumprimento da LDB e que contemplam em seus trabalhos o ensino da história e da cultura afro-brasileira. Em comum reside o preconceito relativo aos conhecimentos e subjetividades provenientes do Continente Africano que permanecem, distorcidos, disseminados equivocadamente ou ainda desconhecidos.

³ Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm>. Acesso em: 26/09/2016.





Art. 1º – A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais – LDB.⁴

Nem a escola, nem a família atuam com exclusividade na formação dos valores e na leitura de mundo dos jovens e crianças. O processo de formação dos sujeitos se relaciona com a compreensão dos diferentes posicionamentos diante dos valores que a sociedade expressa em suas relações e conflitos. O papel da mídia, da produção cultural, da família, da escola e a relação com outras crianças, jovens e adultos se articulam e produzem diferentes possibilidades de posicionamento diante do mundo. Essa articulação fomenta o surgimento de especificidades, criticidade e identidades sociais que se constroem ao longo das trajetórias pessoais e dos enfrentamentos impostos pela vida social, portanto as crianças e jovens não são páginas em branco passíveis de preenchimento por um fictício professor “doutrinador” e produtor do caos em nome de uma pedagogia opressora.

A soberania da instituição familiar sobre o processo de ensino se contrapõe ao caráter plural da legislação brasileira que reconhece o papel da família como importante agência formadora do indivíduo, mas indica a escola como espaço público de acolhimento da diversidade e formação para o exercício da cidadania.

Documentos legais: necessidades de releituras

“Educação refere-se ao processo de “construir a própria vida”, que se desenvolve em relações entre gerações, grupos raciais e sociais, com intenção de transmitir visão de mundo, repassar conhecimento, comunicar experiências.” (Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva)

4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).





Tendo em vista que a existência do racismo no Brasil é inquestionável e que se apresenta em todas as dimensões da vida social, inclusive em famílias atendidas nas unidades escolares, seu enfrentamento exige posicionamento explícito e ação efetiva diante de suas manifestações que são observadas em crianças até mesmo da Educação Infantil. Cabe à escola, utilizando-se dos instrumentos metodológicos que lhe são próprios e reafirmando seu papel social, contrapor-se aos valores que fomentam o preconceito e a discriminação racial independente de onde provenham.

O respeito ao direito dos pais ou responsáveis sobre a formação religiosa e moral dos seus filhos presente na *Convenção Americana dos Direitos Humanos* é indicada pelo ESP como base para o controle sobre conteúdos curriculares e atuação de gestores e professores.

Conforme o ESP: “O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (Deveres do Professor – Movimento Escola sem Partido).

Segundo o movimento Escola Sem Partido: “O artigo 12 da CADH reconhece expressamente o direito dos pais a que seus filhos “recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. É fato notório, todavia, que esse direito não tem sido respeitado em nosso país.” (www.escolasempartido.org/66-direito-dos-pais-ou-do-estado).

O texto em que se insere a citação é o seguinte:

Artigo 12 – Liberdade de consciência e de religião⁵

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado.

5 Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José. Disponível em: <www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 26/09/2016.





2. Ninguém pode ser submetido a medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças.
3. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita apenas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.
4. Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Ao destacar o item 4 sem a devida contextualização e limitações explicitadas na totalidade do artigo 12, que aborda liberdade de consciência e religião, a leitura induz à percepção de uma supremacia dos valores familiares em detrimento das limitações legais de proteção à moral pública e liberdades e direitos de todos.

Na essência das proposições do ESP encontramos abordagens baseadas no fundamentalismo religioso cristão com implicações diretas no aumento da intolerância religiosa em escolas do país. Apesar das afirmações em contrário, esse direcionamento tem como elemento mais visível a negação da abordagem positiva da diversidade de gênero e de raça presentes na legislação educacional brasileira após luta incessante do movimento negro e de direitos humanos em geral. Segundo o ESP: “Alunos de escolas públicas e privadas, inclusive confessionais, que estudarem com os livros didáticos/2016 do MEC para crianças de 6 a 10 anos, serão doutrinados sistematicamente no Candomblé e na Umbanda.”⁶

No Blog do Pe. Orley que integra o movimento Escola Sem Partido e realiza análises de livros didáticos, pode-se ler: “Candomblé e umbanda em livros didáticos/2016 do MEC para o ensino fundamental”. “Livro didático: ferramenta para a revolução socia-

⁶ Disponível em: <<http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html>>. Acesso em: 26/09/2016.





lista. Nas edições dos últimos anos, valores e símbolos cristãos já vinham perdendo espaço e importância. Mas nos livros para a escola pública do próximo ano [2016], as referências à fé cristã praticamente desaparecem, restando apenas alguns poucos registros das festas do catolicismo popular. Por outro lado, eles ampliam o destaque dado aos aspectos doutrinários e práticos de religiões de matriz africana, bruxaria, esoterismo, além da mitologia, emprestando-lhes status de manifestação cultural e de maneiras alternativas de espiritualidade”.⁷

Com base na negação do princípio da laicidade, o ESP dissemina preconceito e desinformação nas escolas e na sociedade.

O direito à liberdade de consciência e de crença e a defesa do pluralismo de ideias são reconhecidos pela legislação educacional brasileira e praticados na formação de docentes e nas escolas brasileiras. O desafio atual nesse campo é superar uma educação fortemente marcada pelo eurocentrismo e pelo racismo, e nesse sentido a Lei 10.639 e demais ações afirmativas são indispensáveis para que o Estado cumpra o seu papel de oferecer uma educação de qualidade para todas as pessoas.

De forma recorrente os documentos do ESP indicam a legislação como embasamento de suas proposições e ameaças aos profissionais da educação, apesar das já citadas distorções em sua argumentação. A essa estratégia respondemos com uma questão: se o ESP reconhece a legislação educacional brasileira como adequada e passível de defesa intransigente, a reação correspondente seria o fortalecimento dos instrumentos de controle social derivados dessa legislação, conforme preconiza um dos eixos – avaliação e monitoramento, parte do Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639⁸. A ausência do

7 Disponível em: <www.escolasempartido.org/livros-didaticos/414-livro-didatico-ferramenta-para-a-revolucao-socialista>. Acesso em: 26/09/2016.

8 BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Brasília, 2010.





ESP nos fóruns de educação e em outros espaços plurais criados justamente para a defesa de posicionamentos e participação da sociedade civil no campo educacional denuncia a negação dos processos democráticos e de defesa da educação de qualidade e da cidadania de estudantes e trabalhadores da educação.

O reconhecimento da escola como espaço de discussão e superação do racismo tem como aliado o movimento negro brasileiro, que se utilizando dos instrumentos de enfrentamento das desigualdades raciais contribuiu significativamente para a democratização da educação e do país. Também outros grupos com agendas conflitivas e extremamente importantes com experiência de lutas nos ensinam a identificar as tentativas de hierarquização de culturas e de perpetuação de desigualdade estruturais.

Fortalecendo políticas e práticas para uma educação antirracista

Em primeiro lugar: não ao silenciamento.

É na convivência nos núcleos familiares, na rua, no trabalho e na escola – um importante espaço de socialização – que aprendemos sobre nós e sobre os outros. Por meio da interação social, do contato, de conflitos e de negociações, as pessoas se mostram, se conhecem, refletem, aprendem a negociar num exercício constante do diálogo que leva à articulação de saberes, de experiências e à redução das desigualdades, principalmente raciais.

A despeito do que precisamos avançar no combate ao racismo que ainda marca a sociedade brasileira, desde a alteração na LDB pelos artigos 26A e 79B, significativos passos foram dados com vista à reeducação das relações raciais. Portanto é hora de localizar os avanços e os desafios em relação à agenda racial para que estejamos com a atenção voltada às implicações que um projeto de lei como o ESP pode significar ao fomentar violências e cerceamento de liberdade nas escolas.





São, pelo menos, três implicações significativas para a agenda em foco. A primeira refere-se à desvalorização da cultura africana e afro-brasileira o que impede a ampliação de conhecimentos, a aproximação com outras estéticas e formas de ver o mundo para além das lentes eurocêntricas, que até hoje incidem sobre a homogeneização das referências apagando as marcas identitárias que singularizam os grupos e sujeitos, perpetuando a negação, as hierarquias e as desigualdades.

Com o avanço do debate em torno do artigo 79B, que instituiu o dia 20 de novembro em reverência a Zumbi dos Palmares, aumentou o encorajamento para inserir a temática no calendário das escolas alterando a situação mais comum das atividades sob a coordenação isolada de professoras e professores. Evidentemente a maior visibilidade não está livre de visões estereotipadas, mas em muitos casos, deixa de ser “coisa da cabeça de alguém” para ser atividade de um grupo de professores e até mesmo da escola. Não podemos achar pouco ter a história dos quilombos ecoando nos novembro, pois as descobertas de heróis e heroínas nos levam aos enfrentamentos e formas de resistência que remetem às culturas de matrizes africanas reinventadas até os dias atuais.

Uma segunda implicação para a agenda das relações raciais diz respeito aos possíveis refreamentos em relação às novas abordagens que começam a ganhar força nas escolas quando se trata do conteúdo da história africana e afro-brasileira. Nos últimos anos, o Brasil conheceu políticas públicas que permitiram investimentos expressivos no que tange tanto à formação de professores como à produção de materiais didáticos, paradidáticos e de referências. A conjugação dos dois aspectos, ainda longe do necessário ou ideal, atendeu às demandas que se fizeram urgentes diante da exigência da Lei. Como ensinar se não aprendemos?, dizia o coro das vozes educadoras. Como colocar sob outra ótica imagens já naturalizadas e cristalizadas de uma África que não é um país e sim um continente? Como desconstruir a narrativa de uma “escravização branda” ou



ainda de histórias de “descendentes de escravos” e não de “povos escravizados economicamente”?

Os programas e cursos de formação de professoras e professores têm sido vistos em muitos casos como disparadores de questões várias que marcam ainda mais a necessidade de maior robustez nas propostas, de maior investimento público, além de mudanças curriculares que possam dar conta de perspectivas epistemológicas e metodológicas ainda pouco conhecidas ou exploradas. Junta-se a essas demandas a elaboração de materiais que também apresentou positiva alteração quantitativa e qualitativa impactando nas produções dos setores privados e públicos. Mesmo com problemas de distribuição, atualmente os livros didáticos e paradidáticos podem ser encontrados em maior ou menor quantidade nas unidades escolares. São novas possibilidades de referências impressas ou digitais, de fontes de consulta a textos e imagens, também de jogos e brinquedos mais comprometidos em trazer conhecimentos e aspectos importantes sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira.

A presença dessas novas referências nos materiais didáticos e paradidáticos tem sido alvo preferencial de ataques frequentes do ESP que, estimulando a intolerância religiosa e deliberadamente forjando leituras equivocadas de atividades pedagógicas, busca construir ambiente adequado à “demonização” da cultura e religiões de matriz africana. Como podemos ver nas citações a seguir: “Toda palavra tem sua história, origem, contexto e usos. Portanto, não há palavra que não seja carregada de dizeres e intenções. Ao escolher palavras para compor a mensagem, seja ela falada ou escrita, o emissor também escolhe o discurso”. “Nos próximos três quadros, entre as palavras relacionadas nos exercícios dos alunos surge candomblé. E esta recorrência pode ser interpretada como sinal de grifo ao vocábulo por parte dos autores. Uma estratégia para fazer o aluno acostumar-se com a palavra e também conhecer o seu significado.”⁹

9 Disponível em: <<http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html>>. Acesso em: 26/09/2016.





- 2 Agora leia as palavras do quadro em voz alta. Fique atento às sílabas tônicas.



Pará	acarajé	carnaval	matiz	Marajó
baú	maraca <u>tu</u>	anil	também	atrás
Brasil	seringais	avós	azuis	voçes
jardim	ali	evitar	coqueirais	país
parabéns	urubus	abacaxi	candomblé	porém

a) Relembre.

De acordo com a posição da **sílaba tônica**, as palavras podem ser classificadas em:

- **oxítonas**: quando a sílaba tônica é a última;
- **paroxítonas**: quando a sílaba tônica é a penúltima;
- **proparoxítonas**: quando a sílaba tônica é a antepenúltima.

BAÚ
JARDIM
Candomblé
ACARAJÉ



1. Só um caminho leva o Menino Proparoxítono para a casa dele: é o caminho em que todas as palavras são acentuadas. Acontece que o saci levou os acentos das palavras embora!
- Escreva as palavras de cada caminho no caderno e coloque acento gráfico onde for necessário.
 - Ganha o jogo quem encontrar primeiro o caminho formado apenas por palavras acentuadas e ajudar o menino a ir para casa!



A terceira e última questão a ser destacada diz respeito às ameaças e atitudes policiais e às tentativas de silenciamento de uma criticidade em curso. Ora, uma vez o debate posto não há como voltar atrás. E mais, não é apenas o professor que agora tem a palavra, mas sim a comunidade escolar. Uma história de 500 anos se refaz coletivamente e continuamente e exige ações de resistência cotidiana e todas as possibilidades de posicionamento firme em torno do assunto são de relevância.

Para que se possa fazer frente à ação política que o momento exige uma das necessidades é conhecer os documentos legais, os marcos jurídicos que podem nortear a nossa tomada de posição em meio à disputa pela ideia de nação que se quer. E a escola, o *locus* privilegiado para o encontro de diversos atores que compõem a comunidade escolar, está no centro do debate. À educação cabe justamente preparar para o olhar crítico, para a visão ampla e, em especial para o respeito às diferenças.

Se atualmente a escola começa a se preparar para abordar temáticas importantes para a formação de uma cidadania plena vale lembrar que tal avanço é fruto da pressão de movimentos sociais e políticos e de mobilização da sociedade civil organizada. É trabalho permanente e coletivo em torno de agendas conflitivas contra o racismo, o sexismo, a desigualdade de gênero e outras iniquidades. Nesse sentido a escola deve sim ter partido, pelos direitos e pela vida digna. Então não calar é fundamental para a garantia de avanços em direção à construção de uma sociedade mais justa e democrática... e antirracista. ●

A ESCOLA CIDADÃ FRENTE AO "ESCOLA SEM PARTIDO"

MOACIR GADOTTI

Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire e professor aposentado
da Universidade de São Paulo.

Até queria que os professores
falassem sobre o comunismo na escola,
mas eles não falam.

Aluno do Ensino Médio da rede pública
de São Paulo



Dia 11 de fevereiro de 1917, o filósofo italiano Antonio Gramsci, escreveu na revista *La Città Futura* um artigo com o título “Os indiferentes”. Ele abre o artigo com uma declaração contundente: “Viver significa tomar partido. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida”.

As palavras de Gramsci são muito atuais se considerarmos essa cultura da indiferença que está sendo pregada por movimentos como o Escola Sem Partido, que parece estar se tornando o núcleo central da proposta educacional do governo golpista que chegou ao poder graças a uma coalizão policial-judicial e uma aliança político-midiática.

O que é essa “Escola Sem Partido”? O que significa o “sem” dessa escola? O que essa proposta quer excluir, tirar, da escola? Escola Sem Partido, para quê?

Uma escola para formar delatores

Essa escola “sem”, é também uma escola “com”, uma escola com propósitos bem definidos: ela se propõe a formar uma massa de indivíduos para aceitar, indiferentemente, políticas antissociais de um governo usurpador. Essa política se baseia numa cultura da indiferença, individualista, quando não fascista, em relação à pobreza, em relação aos “de baixo”, como dizia Florestan Fernandes.

Na formação política há uma cultura da indiferença e uma cultura de compromisso com os mais empobrecidos. A primeira cultura forma a massa desorganizada a ser manipulada politicamente pela mídia fascista e golpista; a segunda cultura forma o povo consciente e organizado que luta pelos seus direitos.

Nos manuscritos da *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, na página 158, ele apresenta um quadro explicativo dessas duas culturas quando fala de uma “teoria da ação dialógica” e uma “teoria da ação anti-dialógica” que fundamentam, respectivamente, a “educação





problematizadora” e a “educação bancária”: a primeira leva à humanização e a segunda à “manutenção objetiva da opressão”; a primeira caracteriza-se pela “colaboração, pela união, pela organização e pela síntese cultural”; a segunda caracteriza-se pela “conquista, pela divisão do povo, pela manipulação e pela invasão cultural”.

Tivemos muitas conquistas nessas últimas décadas, mas, no campo da educação, não conseguimos construir uma cultura democrática, cidadã, de solidariedade, de companheirismo e de compromisso com a transformação social. Entendemos que houve um sério descuido com a formação política e isso abriu espaço para o que estamos presenciando nesses anos mais recentes: a manipulação que incute a intolerância e o ódio. Perigosamente, agora, estamos convivendo, também, com a “cultura da delação”. A delação é premiada, inclusive na escola. Ignoramos a necessidade de formação para uma cultura cidadã, de uma formação como cultura de compromissos.

A importância da Educação Popular foi minimizada. Com isso, a base social de resistência ao poder das elites ficou enfraquecida. A conscientização é fundamental para o processo de organização social. Empoderar os mais empobrecidos é organizá-los e, para isso, todos precisamos de formação política. “Ninguém luta contra forças que não entende; ninguém transforma o que não conhece”, dizia Paulo Freire.

A delação virou sinônimo de virtude. E é premiada. Fazem a população acreditar que é para o bem do país. Estimulam pais, familiares, alunos a entregar seus professores, impedindo uma ação crucial no processo educacional que é a problematização da realidade.

Eis o que se quer instituir na escola: uma cultura da delação. Delate seu colega, delate seu professor; você estará contribuindo para a escola cumprir o seu papel. Como se escola não fosse lugar de conflitos, de liberdade de expressão, do exercício da convivência e do respeito ao diferente.

Os fatos estão nos jornais. Em Curitiba, a professora de Sociologia, Gabriela Viola, foi suspensa porque seus alunos fizeram uma paródia





de funk com conceitos marxistas. O professor Paulo César Ramos, de Indaiatuba (SP), foi demitido porque defendeu Lula no *Facebook*. O professor de Biologia, Deneir de Jesus Meireles, de Ceilândia (DF), propôs um projeto sobre gênero e sexualidade e foi notificado pela deputada distrital, Sandra, a pedido dos pais de uma aluna.

A vigilância e a delação ocupam o lugar do diálogo e da reflexão.

O que está acontecendo com a educação neste país?

O governo golpista tem um eixo estruturante de sua política educacional baseado na teoria da ação anti-dialógica e na cultura da indiferença, muito bem expressa na chamada Escola Sem Partido que já tem uma década de experiência na criminalização do trabalho pedagógico. Ela começou como um movimento fundado por um procurador do Estado de São Paulo, Dr. Miguel Nagib, para estimular a delação de alunos que supostamente estariam sendo doutrinados por professores, ameaçando-os com processos. Segundo o Escola Sem Partido, os professores formariam um exército de militantes em favor da “doutrinação marxista, esquerdista”.

Entre os apoiadores está o Movimento Brasil Livre, um dos protagonistas dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff, deputados do PSC, PMDB e PSDB, a bancada evangélica, professores universitários como Bráulio Porto de Matos, vice-presidente desse movimento e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e atores como Alexandre Frota, que levou a proposta do Escola Sem Partido para o Ministro da Educação, Mendonça Filho.

Projetos de lei para regular o ensino e processar professores já estão sendo discutidos no Congresso bem como em vários estados e municípios. No Estado de São Paulo, o deputado Aldo Demarchi (DEM) apresentou um Projeto de Lei que alega combater a prática da doutrinação política. Felizmente, a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo acaba de rejei-





tá-lo. Um projeto de lei na Câmara dos Deputados (PL 1411/2015) apresentado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) tipifica o crime de “assédio ideológico” em sala de aula, prevendo penas de até um ano de prisão, além de multas aos professores.

Há outros projetos que punem professores que abordarem questões de gênero na sala de aula. Esse foi o caminho que percorreu o fascismo na Itália e na Alemanha, e o macartismo, nos Estados Unidos. A estratégia do Escola Sem Partido é tipicamente fascista: intimidar e criar o medo entre os professores para alcançar seus fins e objetivos ideológicos.

O objetivo desse movimento é silenciar vozes, criminalizando o trabalho docente; é perseguir, demitir e até prender docentes que defendem uma visão de mundo contrária ao *status quo* e colocar a educação a serviço dos interesses do mercado.

As expressões “escola sem partido” e “escola de partido único” são sinônimos. Trata-se de uma escola sem pluralidade, sem liberdade, sem diversidade, sem inclusão, sem democracia, uma escola que segrega, que discrimina, que reprime. O Escola Sem Partido tem partido, sim, o partido do golpe.

É um movimento em favor da privatização da educação. Primeiro se desqualifica a escola pública e, depois, se propõe “recuperar” essa escola por meio da gestão privada da escola pública ou por meio dos critérios privados de institutos e fundações empresariais. O Escola Sem Partido é apenas mais uma tentativa de destruir a Escola Democrática, a Escola Cidadã, uma conquista da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A educação brasileira está sitiada

É verdade, educar não é adestrar. Todo proselitismo, toda doutrinação devem ser combatidas na escola, como o fez Paulo Freire. Mas é dever do professor formar cidadãos fomentando o debate e





a discussão sobre valores, sobre a educação que queremos, sobre a educação que precisamos para o país que queremos. Os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais foram introduzidos também para isso. A diversidade cultural e a discussão de gênero devem fazer parte desta formação cidadã como acontece na quase totalidade dos sistemas educacionais do mundo, impulsionados por orientações da Unesco.

A Escola Sem Partido é uma expressão da falta de espírito crítico e de reflexão que permeia escola e sociedade, apontada, há décadas pelos educadores. Nossa pedagogia não é reflexiva e crítica. É dogmática, “bancária”, na expressão de Paulo Freire. Na falta de argumentação, o que se observa é a ofensa, o preconceito, quando não o ódio, a discriminação e a intolerância.

A Escola Sem Partido é um sintoma de uma sociedade manipulada pelo complexo burguês, midiático, empresarial e religioso, em oposição ao pensamento de Paulo Freire que é hoje um dos educadores mais lidos no mundo. O Brasil está caminhando na direção oposta à tendência universal na educação: uma educação reflexiva e crítica, cidadã e plural. Esse movimento introduz a censura a certos conhecimentos, restringindo o currículo a um conjunto de informações consideradas “úteis”. Ele nega aos brasileiros o acesso aos bens comuns da humanidade. Seria inútil estudar Filosofia, História, Sociologia?

Estamos assistindo o retorno ao passado de uma política educacional fracassada de um projeto de sociedade inaugurado nos anos 1990 com Collor e FHC. Estamos vivendo hoje um cerco à educação brasileira e, particularmente, à Educação Popular Cidadã. A concepção da aprendizagem sustentada pelas políticas neoliberais centra-se na responsabilidade individual. A solidariedade é substituída pela meritocracia. Na pedagogia neoliberal, o indivíduo é responsável pela sua própria aprendizagem, numa base individual, competitiva. O cidadão dá lugar ao cliente e ao consumidor. A educação é dever do Estado e a responsabilidade por ela não deve recair



exclusivamente sobre o indivíduo. A educação brasileira está situada, cercada pelas forças do conservadorismo neoliberal.

De volta para o passado

Isso nos lembra 1964. A primeira vítima do golpe de 1964 foi a Educação Popular, estreitamente associada à Cultura Popular. O Programa Nacional de Alfabetização (PNA) de Paulo Freire, criado em 21 de janeiro de 1964, foi extinto dia 14 de abril de 1964, um dia antes da posse do golpista Marechal Castelo Branco, por ato de Ranieri Mazzilli, presidente em exercício. Neste ato, ele afirma que extinguiu o PNA para “preservar as instituições e tradições de nosso País”.

A ditadura de 64 começou por dismantelar vários movimentos de jovens e adultos e eliminar a representação estudantil. Os educadores perderam a capacidade de influir nos rumos da educação. O que aconteceu depois, todos nós sabemos, mas, talvez, não sabemos bem o que persiste ainda hoje. Por acaso o tecnicismo pedagógico da política educacional da ditadura desapareceu? Não. Ele não foi ainda inteiramente superado. Ele está presente hoje no iluminismo pedagógico enraizado na educação brasileira. Ele se expressa nessa arrogância das elites que nos dizem que elas já sabem do que o povo precisa e, portanto, ele não precisa ser consultado. Por isso, estamos aprendendo por pacotes, por módulos, por “sistemas” prontos, apostilados, que concebem o conhecimento como um grande depósito que precisa ser “repassado” ao aluno, considerado uma “lata vazia”.

O tecnicismo da ditadura está particularmente presente nos sistemas de avaliação. Aperfeiçoam-se os meios de avaliar sem se perguntar o que se está avaliando. Discutem-se os meios e não se fala dos fins.

Não há dúvida que tivemos significativos avanços nas últimas décadas, mas o golpe na Educação Popular ainda não foi revertido. Sim, tivemos um belo capítulo sobre a educação na Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”. Tivemos a conquista





do Piso Nacional dos Professores e o aperfeiçoamento do regime de colaboração, embrião de um Sistema Nacional da Educação, na criação do FUNDEB. Tivemos, finalmente, em 2014, no Plano Nacional de Educação, a conquista de 10% do PIB para a educação. Mas, hoje, essas conquistas estão ameaçadas.

A Escola Sem Partido, se for definitivamente implantada pelo governo golpista, deverá destruir o que se construiu nas últimas décadas de educação para a cidadania, fruto de muita luta, de uma escola como espaço de convivência, de formação em valores, de solidariedade, de amorosidade, um espaço acolhedor para as crianças, de construção da liberdade e da autonomia.

Estamos diante de uma iniciativa que visa a retirar da escola seu papel essencial de formar para a democracia, o que demonstra o caráter autoritário deste movimento. Com isso, quer-se evitar que as crianças possam tomar a palavra. Querem construir uma escola de egoísmos, de individualismo, de competitividade insolidária, que são os valores do capitalismo selvagem que defendem. Competir em vez de compartilhar. O neoliberalismo, que “nega o sonho e a utopia”, nas palavras de Freire, é uma grande ameaça à educação brasileira.

Como fazer frente a essas ameaças?

Estamos diante de dois modelos de educação que resultam de dois modelos de sociedade, de dois projetos em disputa.

Conhecemos essa história, que vem desde os anos 30 do século passado, consagrada no debate entre católicos e liberais, na luta por um estado laico, por uma escola laica. Até hoje o debate continua em relação ao ensino religioso nas escolas públicas. O tema da doutrinação nas escolas continua atual. Por isso, temos agora uma nova oportunidade de aprofundá-lo.

O papel do professor não pode ser o de um pregador, de um doutrinador. A escola deve ser livre. O ensino deve ser plural. Pluralismo





não significa não ter nenhuma opinião, não tomar partido. Significa ter um ponto de vista e dialogar com outros pontos de vista. Quanto mais debate político, quanto mais reflexão crítica, mais se torna possível o equilíbrio e a pluralidade de opiniões.

A liberdade de ensino dos professores, assegurada pela Constituição e pela LDB, e a autonomia da escola, ainda em construção, contribuem para a edificação de uma sociedade plural e democrática. O que distingue um professor, entre outras profissões, é a autoria. Ele ensina o que é e não só o que sabe. Antes de perguntar-se o que ele deve saber para ensinar, ele deve perguntar-se como deve ser para ensinar. O que é ser autor? É ter autonomia, ser protagonista, ser um organizador da aprendizagem e não um mero lecionador. É posicionar-se, é ter opinião própria.

Paulo Freire, desde muito cedo, percebeu a importância da formação política, da conscientização, na construção de uma sociedade de iguais, mesmo reconhecendo que esta não seria suficiente para mudar a sociedade. Ele trabalhou intensamente, desde os anos 50 do século passado, pela alfabetização de adultos, que era uma forma de inseri-los na cidadania. Ele intuiu que os programas de alfabetização de adultos não tinham por função apenas formar letrados. Antes de mais nada, os alfabetizados deveriam ter acesso ao direito de compreender melhor o mundo em que vivem e se reconhecerem capazes de transformá-lo para viver melhor. Alfabetizar; não escolarizar. Alfabetizar na perspectiva da vida e não da escola. O fundamental do ensino fundamental é formar o cidadão.

Numa das manifestações que ocorreram no Brasil, no último ano, havia uma faixa que pedia que a obra de Paulo Freire fosse retirada das escolas. Essa faixa demonstra quão profundamente ele é mal compreendido por aqueles que, talvez, nem chegaram a ler seus livros. Houve até alguém que alterou a sua biografia na *Wikipedia* taxando-o de “doutrinador”, apesar de ele ter contestado veementemente todo tipo de doutrinação e de alienação, deixando claro que a educação se sustenta no diálogo, na problematização, na





consciência crítica, na esperança, na autonomia. O doutrinador não problematiza, impõe sua própria verdade, é sectário.

Educar para e pela cidadania

Em 1994, com base nas primeiras experiências de educação cidadã, o Instituto Paulo Freire sistematizou as linhas fundamentais de um projeto de educação para e pela cidadania, o *Projeto da Escola Cidadã*, acentuando a corresponsabilidade na gestão da educação pública entre o poder público, a escola e a comunidade. Essas ideias foram ganhando força não só no Brasil, mas em outras partes do mundo.

Cada escola é única, fruto de suas próprias contradições e lutas, mas ela só será realmente cidadã se aliada e solidária com todas as outras escolas. Por isso, os Conselhos de Escola não ficam isolados na sua própria escola, eles também atuam organizados em interconselhos, por meio do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, o CRECE, como é o caso da Cidade de São Paulo. Autonomia não significa isolamento. Para que a escola seja realmente autora, instituinte e não burocrática, passiva, precisa superar o localismo e o particularismo, e estabelecer, com autonomia, relações de âmbito nacional e global.

A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos direitos.

Parece que foi Paulo Freire quem melhor definiu uma educação para e pela cidadania quando, no Instituto Paulo Freire, em São Paulo, em 1997, numa entrevista à TV Educativa, falou de sua concepção da Escola Cidadã: “A Escola Cidadã”, dizia ele, “é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. É uma escola coerente com a liberdade. É uma escola de comunidade, de companheirismo, que vive a experiência tensa da democracia”.





A Escola Cidadã freiriana é uma escola una e diversa, uma escola na perspectiva unitária de sociedade e de educação. Por isso é uma escola que luta pela superação das desigualdades perante o direito à educação. Unitária não significa uniformizadora. Ao contrário, significa síntese do diverso. Mas, a diversidade só é democrática quando existem condições de produção social da existência igualitárias.

Nos últimos anos, diversos autores se destacaram pelo estudo e pela análise dessa concepção de escola, transformada em movimento de renovação pedagógica. Cito aqui o livro de José Eustáquio Romão, cujo título é *Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal* (São Paulo, Cortez, 2000), que contrapõe o projeto da escola cidadã ao projeto pedagógico neoliberal. Partindo da experiência político-pedagógica da Escola Cidadã do município de Porto Alegre, Jose Clovis de Azevedo, no seu livro *Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã* (Porto Alegre, Sulina, 2007), contrapõe o que chamada de “dois polos constitutivos dos movimentos educacionais da atualidade”: a Mercoescola, a escola liberal, que converte a educação em mercadoria, e a Escola Cidadã, como movimento e ação pedagógica contra-hegemônica. Para ele, a Escola Cidadã consiste na reconversão cultural da escola em um projeto político-pedagógico fundamentado nos princípios emancipatórios da democratização política, social, econômica e cultural.

Um dos principais alvos do movimento Escola Sem Partido é Paulo Freire e, particularmente, um de seus últimos sonhos: a Escola Cidadã. Se Lula, neste momento, é o principal alvo das elites no campo político, Paulo Freire é o principal alvo no campo da educação.

Por isso, entendo que o movimento Escola Sem Partido é uma reação ao avanço das diversas práticas de Escola Cidadã, de Educação Popular, de uma educação para e pela cidadania. Um confronto que já dura mais de dez anos, mas que se tornou mais visível quando a política educacional dos golpistas começa a instituir o Escola Sem Partido como eixo estruturante de sua proposta educacional.





A Educação Popular Cidadã não se restringe ao campo da educação não-formal e também não deve ser confundida com a educação voltada às populações mais empobrecidas. Trata-se de uma rica e variada tradição reconhecida pelo seu caráter emancipatório, alternativo e participativo. Portanto, o que define a Educação Popular Cidadã não é a idade dos educandos, nem a classe social deles, mas a opção política assumida na prática educativa. Trata-se de um processo que se constrói ao mesmo tempo dentro e fora do Estado. Por isso, ela pode e deve inspirar políticas públicas de educação.

Nossa luta, no Instituto Paulo Freire e em tantos outros espaços, instituições, fóruns, movimentos sociais – como o Fórum Mundial de Educação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, os Fóruns de EJA, os Fóruns de Educação Popular, apenas para citar alguns – busca contribuir para que a sociedade brasileira tome consciência do atraso dessa proposta do Escola Sem Partido e a rechace. A democracia deverá prevalecer sobre a insensatez. ●



[ANEXO] OS PROTAGONISTAS DO ESP

DANIELE BRAIT

Formada em Letras pela Faculdade Editora Nacional, especialista em edição de livros didáticos e assessora editorial na Ação Educativa.

O Escola Sem Partido tem a primeira data de registro no ano de 2004, quando o *site* (<www.escolasempartido.org>) foi veiculado. Miguel Francisco Urbano Nagib, define-se como coordenador do movimento. Ele é advogado, articulista do Instituto Millenium (instituição privada de ensino, da qual o citado se desvinculou recentemente), escritor dos *Deveres do Professor* – criado para o ESP – e proprietário da Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli – ME (Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial) e da Associação Escola Sem Partido (Atividades de associações de defesa de direitos sociais).

Em 2008, encaminhou à Promotoria de Justiça do DF, uma representação solicitando inquérito civil e condenação das escolas, mediante motivos, já conhecidos, do ESP¹. Fora o nome de Nagib nenhum outro aparece na coordenação da organização. Inclusive, em pesquisa sobre a propriedade do domínio do *site*, nem o nome do

¹ Disponível em: <textospra.blogspot.com.br/2008/03/322-escola-sem-partido-uma-representao.html>. Acesso em: 22/09/2014.





mesmo é registrado publicamente, trata-se de uma informação confidencial. Seria então uma organização gerida e concebida apenas por uma pessoa? Quais seriam suas fontes de financiamento? Será que partiu somente de Nagib, por uma insatisfação pessoal²?

Há poucas informações disponíveis na internet sobre as ações do movimento entre 2004 e 2014. As matérias de imprensa que tratam do assunto em geral mencionam a criação em 2004 e depois ações a partir de 2014.

Os colaboradores do ESP foram se tornando mais conhecidos com os projetos de lei apresentados, primeiramente no Rio de Janeiro pela família Bolsonaro – PL 2974/2014 (estadual) e PL 867/2014 (municipal) – e posteriormente em âmbito nacional.

Em 2014, o primeiro projeto nacional apresentado (PL 7180/2014), sem citar o movimento, pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA), propunha incluir, entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa³. Anexado a esse projeto, o PL 867/2015, apresentado pelo deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF) propôs incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido⁴. Izalci Lucas, formado em contabilidade, atuou como professor e é empresário da área de educação, recebeu verbas para campanha de candidatura a deputado federal em 2014, com valores acima de 270 mil reais vindos de instituições privadas de ensino⁵. Em 2016, o STF autorizou a quebra dos

2 Entrevista em que Nagib informa sua motivação para o ESP <brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em: 22/09/2016.

3 Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722&tord=1>. Acesso em: 21/09/2016.

4 Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 21/09/2016.

5 Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>. Acesso em: 22/09/2016.





sigilos fiscal e bancário do deputado, como parte do inquérito que investiga um esquema de desvios de recursos públicos do programa DF Digital⁶.

Na página do ESP existe um link para o blog “De olho no livro didático”⁷, escrito por Orley José da Silva, que se intitula “um ser-vo atuante no ministério de evangelismo universitário”. Membro da Assembleia de Deus de Goiânia, milita no evangelismo universitário há 17 anos. É mestre em Letras e Linguística (UFG) e professor universitário⁸. O autor analisa e reproduz páginas de vários materiais didáticos, fazendo crítica a conteúdos tidos como marxistas e aos livros que apagam valores fundamentais do cristianismo. Denuncia a presença de livros que podem doutrinar as crianças.

Outros defensores do ESP são membros da bancada evangélica na Câmara, como João Campos, deputado federal (PSDB-GO), em seu terceiro mandato. É presidente da Frente Parlamentar Evangélica em prol da “defesa da ética, da vida humana, família, da liberdade religiosa e de uma sociedade justa e igualitária”. Essa frente é composta por 92 deputados, que votam a favor dos projetos propostos pelo movimento ESP⁹. Campos é defensor da redução da maioria penal, autor da PEC 99 – emenda constitucional que prevê a inclusão de entidades religiosas de âmbito nacional na lista de instituições que podem propor ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade ao STF, e autor do projeto apelidado de “cura gay” (PLC 234/2011), retirado pelo próprio, após várias manifestações da sociedade.

Magno Malta, pastor evangélico, senador (PR-ES) é autor do PL 193/2016, que inclui o que denominam de Programa Escola Sem

6 Disponível em: <www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/stf-autoriza-quebra-de-sigilos-fiscal-e-bancario-do-deputado-federal-izalci-lucas>. Acesso em: 22/09/2016.

7 Disponível em: <deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br>. Acesso em: 22/09/2016.

8 Disponível em: <www.gospel10.com/usuario-professor/>. Acesso em: 22/09/2016.

9 Aqui está a defesa do projeto no *site* Gospel mais <noticias.gospelmais.com.br/escola-sem-partido-por-que-cristao-deveria-entender-projeto-84558.html>. Acesso em: 22/09/2016.





Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em forte campanha a favor do projeto, abriu uma consulta pública sobre o PL¹⁰ que até a presente data contava com 182.984 votos a favor e 196.138 votos contrários, apesar de seus esforços na internet para motivar a população a apoiar o projeto.

Em defesa do discurso do ESP e para além, colocando a escola prioritariamente como formadora de mão de obra, está Rogério Marinho, deputado federal (PSDB-RN), coordenador da comissão de educação do PSDB. Ele cita a necessidade de “um ensino fundamental focado na alfabetização e na matemática”; um ensino médio “flexibilizado e diversificado” que qualifique e profissionalize para o mercado de trabalho, tendo a educação a obrigatoriedade de “manter os níveis de produtividade do trabalho elevados e qualificar mão de obra”. Também é autor do PL 1411/2015, que torna crime o “assédio ideológico” em ambiente escolar, caracterizado pela conduta de “expor aluno a assédio ideológico, condicionando o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou constranger o aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente”.

Nas eleições municipais de 2016, uma página do *Facebook* anunciava os candidatos a vereador pelo Escola Sem Partido¹¹. Lá estavam candidatos de vários partidos: PMDB, PSDB, PMN, PSC, DEM, Solidariedade, PPL, PRTB, PP, PTN e PV.

Fora do legislativo, é possível citar alguns outros apoiadores do projeto como Beatriz Kicis, Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino.

Beatriz Kicis, advogada e procuradora do DF aposentada, é cunhada de Miguel Nagib e membro do grupo *Revoltados Online*. Ela faz o seu apoio ao ESP com discursos de Olavo de Carvalho, que se auto intitula como filósofo. Rodrigo Constantino é formado em

10 Disponível em: <www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 22/09/2016.

11 Disponível em: <www.facebook.com/CandidatosESP/>. Acesso em: 22/09/2016.





Economia, presidente do Conselho do Instituto Liberal e membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL). Foi colunista da revista *Veja* e de *O Globo*. Atualmente escreve para o jornal *Valor Econômico*. Entre os livros publicados por ele estão *Privatize Já!* e *Esquerda Caviar*.

Os textos e ilustrações que você leu estão veiculados na mídia brasileira, e em sua maioria, foram produzidos pelos autores antes da concepção dessa publicação. Os autores organizados nesta coletânea são, acima de tudo, cidadãos atuantes em defesa da Educação e dos Direitos Humanos. ●

